

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

NÍVEL MESTRADO

FABRICIO SAFADI CARDOSO

**MEMÓRIAS DE INSULANO: A IMIGRAÇÃO ALEMÃ E A REPÚBLICA ANTE OS
OLHOS DE DUARTE PARANHOS SCHUTEL (1861 - 1900)**

SÃO LEOPOLDO

2021

FABRICIO SAFADI CARDOSO

MEMÓRIAS DE INSULANO: A IMIGRAÇÃO ALEMÃ E A REPÚBLICA ANTE OS
OLHOS DE DUARTE PARANHOS SCHUTEL (1861 - 1900)

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História pela
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador.: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt

Coorientadora: Prof(a) Dra. Isabel Cristina Arendt

SÃO LEOPOLDO

2021

À minha família, um agradecimento.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de investigação a trajetória intelectual e política de Duarte Paranhos Schutel. Mediante a leitura de duas de suas principais e mais proeminentes obras literárias, quais sejam, *A Massambu (1861)* e *A República Vista do Meu Canto (1900)*, empreendeu-se o esforço de compreender como ambas as obras literárias oferecem a contraparte descritiva de suas experiências que se estendem desde a época de sua juventude até o tempo em que, amadurecido pelos serões políticos e pela sua atuação jornalística no bissetmanário *A Regeneração*, escrevera a *República Vista do Meu Canto* – diário no qual lê-se da recente República brasileira e de sua superveniente instalação. Para efeito desta pesquisa, buscou-se usá-la, em sua primeira parte, na intenção de discutir possíveis considerações teóricas a respeito das criações literárias e o que delas podem derrancar o ofício do historiador. No entanto, a parte que secundara a primeira incide, com ênfase, nas duas obras literárias de Duarte Paranhos Schutel, uma das quais *A República Vista do Meu Canto*.

Palavras-chave: Santa Catarina. Literatura. Imigração. República brasileira.

ABSTRACT

This dissertation has as its object of investigation the intellectual and political trajectory of Duarte Paranhos Schutel. Through the reading of two of his main and most prominent literary works, namely, *A Massambu (1861)* and *A República Vista do Meu Canto (1900)*, an effort was made to understand how both literary works incorporated the descriptive counterpart of his experiences that extend from the time of his youth to the time when, matured by political evenings and by his journalistic work in the biweekly *A Regeneração*, he wrote the *República Vista do Meu Canto* - a diary in which one reads about the recent Brazilian Republic and of its supervening installation. For the purpose of this research, we sought to choose it, in its first part, with the intention of discussing possible theoretical considerations about literary creations and what the historian's craft can take from them. However, the part that seconded the first inicide, with emphasis, on two literary works by Duarte Paranhos Schutel, one of which is *A República Vista do Meu Canto*.

. **Keywords:** Santa Catarina. Literature. Immigration. Brazillian republic.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2. O PROBLEMA DAS NARRATIVAS	20
2.1 Sobre a natureza do conhecimento que dá forma às narrações	31
2.2 A verticalidade das representações	40
3 A OBRA A REPÚBLICA VISTA DO MEU CANTO.....	52
3.1 A República Vista do Meu Canto e os escritos de A Regeneração	65
3.2 A motivação da obra	69
3.3 Duarte Paranhos Schutel e a questão da imigração	70
3.4 Duarte Paranhos Schutel e Eduardo Prado: uma correspondência ideológica.....	92
4. Considerações finais	114
Referências bibliográficas	118

1. INTRODUÇÃO

Escolher, no inteiro mar de documentos a que o historiador tem acesso e no qual pode garimpar, em sua peneira, algum a que possa perguntar e sua rotina de investigador, uma fonte cuja característica conste de algo que faça pensar na natureza ficcional de seu conteúdo, representa, de saída, um desafio instigante. E todo desafio tem sua razão: mais do que um desafio de método, cresce, neste caso, o desafio de, com toda preocupação, não pisar em falso – no dever de não esterçar sua direção num caminho que não o da ciência de que se ocupa. É instigante por isto: consiste em não pôr em dúvida o talhe científico da disciplina a que deve sua formação – talhe cuja existência e tradição dá estofamento ao empreendimento e justifica seu ofício. Evadir-se da total indistinção entre as narrativas, eis uma tarefa que deve orientar cada linha deste escrito, embora não tanto pelos estudos de História como pelos estudos da Literatura¹ seja a primeira parte deste trabalho confirmada. Pois o trabalho torna-se dificultoso em razão de sua caminhada em meio à forma literária parida por esforço dos ficcionistas, os quais, tomando à realidade sua matéria-prima, não carecem do método que caracteriza o trabalho historiográfico.

Parece-me que o drama de identidade dos historiadores se assemelha àquele experimentado por um grande personagem da literatura de língua alemã. No romance *Marcha de Radetzky* (1932), de Joseph Roth, um capitão do exército Austríaco zanga-se com a situação em que se encontra desde que, após ter salvo o Imperador Francisco I numa batalha, descobre, anos depois, no excerto dum livro destinado à formação do imaginário infantil do Império, o fato maquiado por literatos. Mesmo com o prêmio da sua bravura, o tempo feito de espera pelo reconhecimento público tropeçara nas pernas da História Oficial do Império.

O seu sacrifício militar que consistira no extravio do Imperador à seta inimiga fora sumariamente modificado. A história real havia sido esta: o tiro destinado a abater o Imperador acertara seu salvador no ombro. O Imperador estava a descoberto, caminhando à zona morta entre as fileiras dos oficiais e praças. O capitão, preocupado, lançara-se para cobri-lo: e um disparo inimigo acertara-o em cheio. Sendo atingido o capitão no ombro, pôs o Imperador a salvo. No entanto, o que estava impresso no livro afirmava que a brava marcialidade de Francisco I se impusera sem o auxílio do Capitão. O Imperador sobrevivera por si e para os

1 A respeito da relação entre a criação literária e o estudo historiográfico, cabe a reflexão a propósito da relação entre o historiador e suas fontes. Amostragem da generosa elasticidade de natureza de fontes a que o historiador pode ter acesso corresponde ao esforço do historiador canadense Modris Eksteins que, em seu livro *A Sagração da Primavera*, ao tentar identificar as causas da Primeira Guerra Mundial, intuíra nos esforços literários de muitos dos escritores europeus e de línguas estrangeiras do início do século XX, o prenúncio das motivações ideológicas e estéticas da Primeira Guerra Mundial.

outros à vista dos soldados que o haviam obedecido ontem e hoje – e também naquela longa batalha de Solferino.

Atacado pelo fato do desvio histórico, o “injustiçado” entregara sua inquietação ao cargo de seus amigos; e estes pouco se deram pela desgraça. Afirmo: quando dei esse drama à conjunção da disciplina histórica encontrei nele não pouca relação. A notável definição classificatório entre o Romance e o texto histórico mantêm-se em pé. No entanto, há sempre um desconforto ao tomar as fontes narrativas como fonte.

Mas, por certo: nesta comunicação não haverá caminho por onde o método que transitara nas ciências duras se sobreponha, de todo, às intenções que, impulsionadas por um desejo de compreender a imigração alemã em Santa Catarina à luz do que consta num diário e num romance-relato escritos pelo mesmo autor – o político e escritor Duarte Paranhos Schutel, visam levar as fontes à época que as animaram e à qual deve o autor a originalidade de seu testemunho menos a favor do que contrário aos efeitos políticos e sociais da política imigratória de seu período. Isso porque o relato de Paranhos Schutel, cuja escrita tomara a forma do seu texto de híbrida classificação, *A Massambu*, não teve encalhe nem interrupção.

Fruto de uma experiência direta que, parte por parte foi sendo publicada na Revista Popular em onze edições - à maneira dos autores de folhetins - os símbolos registrados em seu texto implicam no de que se tratam de experiências sensíveis por que o passou o autor.

Assim sendo, coloca-se a obra sob um prisma relacional: obra e contexto. Juntos interpretados, a fim de compreender o contexto da metade do século XIX, em Santa Catarina, com base em dois textos literária – *A Massambu* e *A República vista do Meu Canto*. São estas as duas fontes, ambas textuais – o que reserva um fenômeno subjacente: um breve exposição a respeito dos métodos que nela refratam luzes a partias das quais a disciplina histórica discerne possibilidades interpretativas em obras dessa natureza.

Bem verdade que o conhecido ensaio *A Morte do Autor* (2004), de Roland Barthes já criara ensejo para discussões bastante interessantes a respeito dos referentes materiais e históricos que o conceito *autor* representa e representara. Mas toda a linha desse estudo não se furta ao trato da seguinte preocupação: a de que a voz do autor une-se, por vezes, com a voz da personagem. Para o bem de seu argumento, não precisou referir-se ao que faz o importante do discurso indireto livre: não precisou ou não quis. Mas de sua obra intuímos o reconhecimento da íntima e mútua dependência entre autor e contexto.

Mas a respeito do livro: época em que não só escritores, mas também emigrantes alemães escreviam aos “de fora” as suas naturais – e talvez já imaginadas - desabituções do contexto estrangeiro a que haviam sido lançados, viu surgir o escrito *A Massambu* – em linhas

gerais, uma crônica dessa época. Este tempo durante o qual, grosso modo, a Imigração Alemã vai indo longe de ser tomada por meios opinativos de forma inteiramente unânime – ora elogiada, ora tocada por tons agrestes –, esta época – contexto em que as fontes foram criadas – muito pode revelar: e há o fato de que nela frutificaram potenciais narrativas (auto)biográficas, relatos, documentos que, nas mãos dos historiadores, municiados com seus métodos heurísticos, oferecem passeios figurativos da época em que foram registradas.

Lionel Trilling considerava que o poder literário se afirma por outras vias; parecia estar a sugerir, letra por letra, que a validade da obra literária corresponde ao valor humano que nela se registra. Esta percepção será entregue às partes da dissertação cuja tema encontre, em seus pontos teóricos, a discussão preliminar a respeito do alcance efetivo de uma obra sob a perspectiva histórica.

Por outro lado, idêntico equilíbrio se buscará na outra ponta: sem engessar a interpretação no formalismo matemático/quantitativo de suas fontes, se empreenderá, no entanto, um esforço de moderação: o trabalho de não levar a investigação para além da fronteira ante a qual, mais segura, a história se ocupa de sua zona de interesse: os fenômenos do passado – por métodos que a afirmam como disciplina. Ora, se mesmo a Literatura atende a métodos de criação cujas caracterizações abriram brechas para as teorias linguísticas, assim é o caso da História: Assim sendo, mesmo que, dentre a dupla ferramenta de que pega este texto como objeto de estudo uma seja de natureza ficcional, este trabalho não se inclinará em caminho da pura *textualidade*. À noção de tempos idos e que todavia deixara ressaibos nas ideias de indistinção entre História e Literatura, tentar-se-á, no que se segue, uma oposição cristalizada na iniciativa

Em termos mais simples: na intenção de somar-se às pesquisas da História Cultural, sem cair no vício pós-moderno cujo sintoma tende a ser a negação ao campo factual de que se deve ocupar a ciência histórica, esta investigação, com as dificuldades correlatas à sua proposta substancial – a de tomar textos ficcionais por fontes de conhecimento histórico – se contentará em apontar os possíveis usos das narrativas do autor Duarte Paranhos Schutel. pedagógico de suas obras; compreender, sobretudo, o efeito da imigração alemã na Ilha do Desterro por meio da leitura de suas obras supracitadas. Mais do que isso, tentar-se-á promover conhecimentos relativos ao fenômeno migratório no século XIX, em Santa Catarina. E o fato aqui posto – o fato de o escritor Duarte Paranhos Schutel não ter sido, em absoluto, apenas ficcionista, mas, não necessariamente antes e sim depois, um político cuja biografia faz ver, no início e fim de sua vida, um interesse quase diletante pela escrita, não anula a dificuldade. Pelo contrário: o

fato é que suas obras, para além de fontes históricas, pedem por diálogos mais íntimos com o tempo em que esta dissertação vai sendo escrita.

Em verdade, longo tempo afasta suas impressões transfeitas em textos – diário e romance - do momento cujo nível histórico, ao menos no que se refere à disciplina histórica, é preenchido por tentativas de levar para frente o diálogo entre a Literatura e a História. Distingue-se, no entanto: a Literatura como canal de expressão artística e a História, disciplina acadêmica. Dessas tentativas, a disciplina histórica, antes caracterizada por uma postura circunscrita à intenção de evocar integralmente o passado, saíra diferente. O método a cuja execução se dá o nome de História positivista degenerara noutras maneiras; e estas são várias. Cai-se aqui no terreno de discussão entre uma abordagem positivista e outra diferente, a qual em relação a outra conserva pouca filiação: a que reconhece, desde a segunda metade do século XX, a dimensão textual das fontes. No entanto, em que pese a forma historiográfica pregressa – ou melhor: seu jeito tradicional de se aproximar de seus objetos -, seu timbre fundamental, visto no seu aspecto quantitativo e na supressão dos registros nos quais a subjetividade das agências têm abrigo, transmudara-se noutra maneira de abordar e colocar os problemas históricos. Em síntese, o exame positivista, cuja qualidade era auferida pela compreensão de certa forma matemática dos acontecimentos, e a que, as lacunas e problemas instados pelas contradições da matéria histórica, ficavam à concha da exposição dos feitos memoráveis de nações e grandes indivíduos, perdera muito de algo próprio.

Mas a respeito dos métodos científicos que abrem brechas à pesquisa com obras literárias, foi descrito acima o fato a respeito das ciências duras. Os métodos desta, impedindo-a, fazem pensar nas perspectivas de caráter atenuante daquilo a respeito do que Karl Popper mencionara em *A Lógica da Pesquisa Científica*. Cabe, no entanto, a distinção entre esta e a que é de melhor uso prático para o exercício da escrita da história – sobretudo esta que, encorajado pelos estudos que tomam a narrativa literária como objeto de estudo. A dissertação *Karl Popper, as ciencias sociais e o abandono da demarcação (2018)* entra aqui como sede de pedaços interrogativos acerca das postulações gerais de Karl Popper. Por tudo quanto na sua pesquisa é afirmação de um contrário das demarcações universais aos modos de conhecimento há a referência às críticas recentes atiradas às descobertas e exposições do autor. E se Karl Popper parece levar ao paroxismo o rigor metodológico que, uma vez posto em prática, pode assegurar à ciência o escape às *fasleabilidades* ou guardar a privacidade de seus métodos; se, embora peça ao menos a possibilidade de submeter as enunciações ao critério universal de sua demarcação científica – e isso é algo que reclama a título de conclusão em sua obra *A Lógica da Pesquisa Científica* -, acerta noutro ponto: reconhece no exame “positivista” da ciência –

algo que, talvez por ocasião do tempo em que sua obra fora redigida, pesava forte no meio científico de que participara Karl Popper - o não haver docilidade aos objetos investigados. Para o autor austríaco, cuja obra supracitada é um dos mais conhecidos estudos a respeito dos métodos da ciência, o positivista “desaprova a ideia de que possam existir problemas significativos fora da ciência empírica positiva” (POPPER, p. 53). Mesmo postulando a criação de leis do campo científico – fato que provocara em Sérgio Tules Tarbes de Carvalho uma indagação acerca de sua boa ciência -, seu acerto em relação a isto aponta o fato de elevar à ciência a uma posição rígida.

Sérgio Tules Tarbes de Carvalho, ao evocar o “famoso artigo” de Larry Laudan, *O Desaparecimento do Problema da Demarcação (1983)*, segundo o que as expressões *pseudociência* e *ciência* perderiam sua validade na indistinção proposta pelo autor, afirmara a importância de compreender as asseverações do sujeito no mundo, “sem nos preocuparmos se elas devem ser classificadas como “científicas” ou “não-científicas”” (CARVALHO, 2018, p.10). Nesse sentido, cabe salientar, pela natureza dos objetos propostos nesta investigação, que ambos, não sendo científicos, confirmam-se pela forma com que tratam de uma experiência vivida e ressignificada na forma de um relato e de um diário. O título em si já havia tratado do desaparecimento das demarcações universais: sobra, no entanto, matéria para uma investigação histórica, em que o aspecto das ciências físicas não tem lugar.

É curiosa a abordagem de Ezra Pound a respeito do método biológico no estudo literário. Em 1934 – data da primeira publicação de *ABC da Literatura* - esteve a falar das *Condições de Laboratório* de um bom estudo da matéria, antes concentrado nos fundamentos práticos que o exercício do escrever e criar demandam. No entanto, cabe aqui o registro: em *ABC da Literatura*, o poeta modernista Ezra Pound esteve a comentar, com garbo poético, que um bom autor de poesia, douto em belas artes, desenvolve-se com a leitura assídua de várias formas de exposição poética. Quanto mais obras assimiladas tanto maior será sua capacidade expressiva. Seu tom biologista e laboratorial de compreensão das obras justifica-se pela figura de linguagem por ele escrita: a de comparar, *lâmina com lâmina*, as diferentes obras e disso alcançar uma maior compreensão das mesmas. A cavidade de sua explanação é ligada ao formar um bom escritor, e tal esforço possui a importância de demonstrar, segundo o autor, o ser necessário fazer “uma boa poda no Jardim das Musas” – ou melhor, separar das obras comuns aquelas que apontam a um apogeu criativo. E essa dimensão, por assim dizer, mecanicista e laboratorial do estudo literário só pode ser entendida como uma provocação extraliterária.

Pois tal exatidão prática não nos dá a dimensão intelectual das obras, através das quais depreendemos, por seus conteúdos fácticos, o que há de relação entre obra e contexto, entre criação e tempo durante o qual esta foi sendo escrita. Desinteressados dos aspectos da criação literário, delas aproximamo-nos pelas condições históricas.

Disso outra abordagem surge, dando lugar a uma nova maneira de abordar os temas: estes vieram acompanhados pela busca de fontes em parte alternativas, cujo conteúdo penetra dimensões que os símbolos quantificáveis e quantificados não apresentam. De certa forma, o texto de Paul Ricoeur, *O si mesmo e o Outro* (2014) apresenta a dimensão de que no narrar e no reconhecer a noção de alteridade ganha expressão. Tão logo alguém conhece outro sujeito, entende-o à base do que em si reconhece. Nesse sentido, o uso das biografias é um exemplo, não exatamente sobressalente, dessa possibilidade.

Mas antes de tudo, que fique claro: empreender a pesquisa encavalgado na ambição de trazer um texto literário à luz do exame da História não impõe a tal tarefa o dever de abrir os diques que a separam da Ficção: e embora tal diferenciação apareça cedo ou tarde (sobretudo no capítulo inaugural deste estudo) – e isso ocorre com frequência em trabalhos semelhantes cuja feitura evoca, por via rápida e livresca, a argumentação que caracteriza a proposta da Crise dos Referentes -, nas páginas que se seguem, a conclusão de que esta e aquela são uma e mesma coisa não terá prevalência.

Nem poderia: à base argumentativa de Peter Burke, reconhecemos no seu ensaio *A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa*, a validade das argumentações de Hayden White – quiçá principal expositor de uma ideia facilmente apanhada por uma indistinção entre a História e a Literatura: nem este anula o próprio ofício de historiador, apenas lamenta o *pretensio erro* da profissão de que faz parte – seria melhor se ela não negligenciasse “as reflexões literárias de sua época” (BURKE, p.335, 1991).

Nesse sentido, o autor desta investigação corre em paralelo a esta ideia, compartilha de uma fração sua. Somente se afasta por uma ou outra discordância pontual, que, em matéria de pesquisa, surge por ocasião das fontes com que se trabalhará: a forma expressiva de literatos deveria atrair aos historiadores. Talvez este exemplo esclareça o caminho. Não obstante levar a introdução à paragem com que se discute a memória e a forma pela qual ela se expressa num texto narrativo: romancistas como Marcel Proust e sua obra *Em Busca do Tempo Perdido*, cujo conteúdo é um minucioso vasculhamento da memória ao longo da qual se descobre seu feitio involuntário, por exemplo, poderia engordar a massa do trabalho historiográfico – nem tanto pelo seu conteúdo intimista e alongado, mas, sim pela sua forma na qual há algo que convida para o reconhecimento do feitio evanescente da recordação. Mais precisamente: é sabida a

dualidade integrada pela sua escrita e a filosofia bergsoniana: há no conjunto de sua obra o reflexo da percepção de que aquilo que é relacionado à matéria chega ao espírito – os objetos que cercam o recordante fazem-no ainda mais recordar; e aqui entra em jogo o caráter mnemônico das sensações: um cheiro, um lugar, um vitral...: este e aqueles despertam a memória, familiar, domesticada – quase sempre alongada na narrativa.

De texto a texto, salvo as devidas proporções, também a fonte primacial desta pesquisa, o romance-relato *A Massambu* – fonte com que se buscará contraste com a outra do mesmo autor – apresenta, a despeito do fôlego mais curto e do menor número de personagens, a questão da lembrança. E, é certo, esta memória é por vezes provocada pela presença dos imigrantes alemães em Santa Catarina. Nisso bate o conteúdo histórico da pesquisa. E, a partir dele, fazer-se-á as necessárias correspondências entre o que sabe nos textos disciplinares e o que tem contraparte descritiva das recordações de Duarte Paranhos Schutel

Sob uma perspectiva antropológica, Joel Candau encaminhara sua observação num caminho semelhante. A respeito do antes exposto, o autor francês, embora atenuando o dualismo – matéria e memória – que, em linhas gerais, é a filosofia de Henri Bergson, não descreve a memória como um objeto de estudo: o vitalismo de sua pesquisa se explica por outras questões – pela relação entre memória e identidade.

Essa relação cujo efeito se faz sentir nas distinções entre três subcategorias da memória – mas o mesmo se dedica ao estudo da memória. Ele, um cientista encarregado das relações entre memória e identidade, também reconhecera – embora isso não haja sido sua tese fundamental – a potencialidade mnemônica dos objetos e o arrasto subsequente de hábitos familiares e sociais. Mais circunstanciada, sua elaboração intelectual vai longe no assunto. Dito melhor: compreendera por depreendimento das manifestações simbólicas (fotografias, receitas de cozinha, brasões) o caráter de certa forma perene dos hábitos supraditos; hábitos esses que vivem em linguagens e naturalizações de comportamentos que têm lugar no ambiente em que se fortalece a lembrança. No entanto, a fim de fechar a argumentação que pegara por princípio o exemplo da obra de Marcel Proust, conclui-se que a correspondência entre memória e escrita, aponta, é certo, essa relação de que se falara antes.

Por caminho de suposições que escapam ao campo da historiografia, é interessante referendar essa dualidade que, em diferentes modos de exposição – ficcional por um lado, ensaística por outro – assumem a forma de um texto. No entanto, tal importante obra já esteve presente aqui e lá, num escrito ou numa discussão: Beatriz Sarlo, interessada num tema bastante diferente deste que anima o presente trabalho, referendara a obra do escritor francês. E com acerto: seu trabalho, ocupando-se das memórias da ditadura militar na Argentina, e a crítica

literária não se furtara a dar referência, breve, é verdade, à obra e a descoberta que em sua leitura se intui. Mas bem assim outras obras poderiam deitar-se ao exame historiográfico. Em matéria de prosadores modernos, cabe o registro de que muitas obras literárias precipitaram-se no exame de fenômenos que há certo tempo e ainda hoje despertam o interesse de historiadores: a memória e a linguagem.

Encarregado de escrever o prefácio da obra de Maurice Halbaks *A Memória Coletiva*, Jean Duvignaud destacara que alguns escritores – Joyce, Proust, Conrad - tomaram a dianteira nalgumas questões vinculadas aos movimentos subterrâneos da consciência humana. Este levantamento de inspeção qualitativa do alcance das obras poderia sugerir outro: o de Chinua Achebe, cujo *An Image of Africa: Racism in Conrad's 'Heart of Darkness' (1977)*, ao tomar a obra *Coração das Trevas* como caixa amplificadora de uma noção redutora do Congo Belga, avoluma-se pela economia das páginas e pela densidade do relato. O peso canônico do romance seria uma perspectiva ameaçante à África: e um dos cortes mais fundamentais do trabalho de Conrad, cujo enredo demonstra o resgate de um louco comerciante ocidental no Congo Belga, seria apresentar a África como um “other world” (outro mundo).

À leitura de Chinua Achebe, este dualismo entre civilização e barbárie, à qual associa-se a loucura e a desorientação, não fica para trás do talento individual de Conrad. Aos olhos do autor nigeriano, o talento baixa as velas sob o sopro da construção de estereótipos. Disso nasceu sua má acolhida à obra. E em face do alcance representativo da obra, cuja permanência e resistência às novidades garantiram-no como um texto canônico, podemos inferir, mesmo num texto literário, seu valor estético e seu valor de representação, em que os adjetivos não desaparecem de vista quando associados aos substantivos alheios à experiência de vida do autor europeu. Em suma: há nesta obra, como há em outras, a função do registro e do reconhecimento do outro, para cima ou para baixo – em todas as direções da qualificação. Mas sob outra perspectiva, Jean Duvignaud enaltece que estes autores – Joyce, Proust, Conrad - avantajaram-se aos cientistas, lançando à comunhão de coisas consabidas as descrições dos fenômenos a que estes se aproximavam quando descreviam circunstâncias do enredo e personagens. Na literatura, sobretudo aquela feita por esses escritores se intuiria a presença dessa percepção geral da experiência. No grosso de suas obras há a descrição das perturbações oníricas, certa intimidade memorialística através de períodos longos no decorrer dos quais estes mesmos se dão a ver em sua forma expressiva. Em suma, são obras que vencem e afastam leitores pelos detalhes. E nisso está o barro de que o historiador, provocado por problemas mais evanescentes – memória e linguagem – pode lançar mão.

Ademais, uma vez reconhecido o convite ao intercâmbio entre historiadores e críticos literários – uma relação confirmada por Peter Burke no mesmo livro antes referido -, cumpre evocar um interessante ensaio de Lionel Trilling. Tal autor se debruçara sobre os escritores de seus país, num contexto determinado pelas décadas de Guerra Fria. Seus textos não se destinaram a recheiar a historiografia e a seu respeito muita coisa é dita: o conjunto de sua obra pode parecer suplantado diante da presença de abordagens mais recentes em cujo bojo, seja nos estudos latino-americanos, seja em outros, dança uma atenção voltada às camadas populares.

O entusiasmo do crítico pelas obras de Rudyard Kipling – autor do poema *O Fardo do Homem Branco* (1899) -, por exemplo, poderia passar por um gosto pouco moderno ou, até, por um gosto que não entra bem na perspectiva decolonialista das representações literárias. No entanto, o conjunto de sua obra não ignora as importantes relações entre a Sociedade e a Literatura. Vejamos: num livro seu intitulado *A Imaginação Liberal: Ensaio sobre a relação entre Literatura e Sociedade* (2015), há um capítulo justificado pela relação visível (e talvez supramencionada com a referência de autores como Proust, Joyce e Conrad) entre a psicanálise – ciência cuja parte de sua energia se ocupa de movimentações mnemônicas – e a literatura. O capítulo chama-se Freud e a Literatura. Nele, o crítico norte-americano abre seu texto com um parágrafo cujo fim corresponde a uma afirmação de Sigmund Freud. Este dissera, quando saudado no seu septuagésimo aniversário, como um “descobridor do subconsciente”: “Antes de mim, os poetas e os filósofos descobriram o inconsciente. O que descobri foi o método científico pelo qual o inconsciente pode ser estudado”. (TRILLING, p.63, 2015).

No decurso ao longo do qual se desdobram as orientações seguintes, Lionel Trilling faz vir em benefício de sua argumentação – contagiada pelo reconhecimento, talvez retórico, de Freud à importância da ficção – uma série de exemplos que, bem ou mal, apontam às correspondências entre as “influências literárias” e os cientistas. Ou melhor: sua argumentação equivale a um apontamento que direciona a atenção ao peso que tais “influências literárias” tiveram sobre a formação científica de intelectuais do século XIX: Nietzsche, Schopenhauer são alguns exemplos. E neles é dado a ver, pelo menos, a habilidade aforística. A despeito da inconexão com o tema que estimula esta introdução, cumpre salientar o feitio didático e pedagógico de algumas obras literárias, quer poemas ou romances. *O Sobrinho de Rameau*, por exemplo – romance confessional escrito por Diderot. Do cânone de obras afirmadas pelo tempo, Trilling toma a obra de Diderot à guisa de exemplificação. No entanto, nas linhas durante as quais prepara seu argumento, Lionel Trilling reconhece a ausência de provas para

considerar as reais influências que estas tiveram sobre Freud; mas, por outro lado, destaca o fato de que

[...] alguns pensadores do século XIX resolveram descobrir uma importância especial nessa obra pequena e brilhante: Goethe a traduziu, Marx a admirava, Hegel elogiou-a e explicou-a detidamente – por Marx tê-la mencionado na carta em que anunciava que estava enviando o livro como presente. Shaw ficou impressionado com esse livro, e o próprio Freud, como sabemos por uma citação de seu *Introductory Lectures* (Palestras Introdutórias), o leu com o prazer da concordância. (TRILLING, 2015, p.64)

Em outras palavras, este parece dizer: a obra expressara algo não ainda formalizado em teoria. Parte do capítulo inaugural desta dissertação empenhar-se-á sobre esta dimensão representativa, cuja importância da representação parece antecipar-se ao exercício lógico e analítico dos cientistas. Mas Duarte Paranhos Schutel, de Marx nada escreve; não se encontra nenhuma referência a respeito de um possível intercâmbio entre suas obras e os intelectuais acima referidos. De Goethe, soubera o bastante para escrever um ensaio a respeito da obra inicial da carreira do autor de *Fausto*, *Os Sofrimentos de Jovem Werther*. E isso é tudo.

“A crise dos Referentes..”: lançamo-la aos ouvidos de nossos pares e percebemos que ela é de uma expansão acústica formidável; ela não cai no vazio e sempre levanta um constrangimento que caracteriza o clima de discordância ou anelo à integridade da disciplina de que fazemos parte. E tudo o que não cai no vazio, tudo que não ricocheteia na atenção de nossa disciplina merece atenção. Se causa angústia a respeito do próprio alcance do conhecimento histórico, tanto melhor: nesse caso, a despeito dos efeitos que congestionam a naturalidade com que o historiador pôde escrever alguma coisa a respeito do que aconteceu, tal angústia convida a bem outras discussões.

Abrem uma porta ampla; exemplo: por parte dos que fecham os portões à forma ancestral de que descendem, a saber, que anulam o fato da História como disciplina formalizada ter sido emprenhada pelas belas-letas nasce algo que anima a inteligência. Basta ressuscitar o texto literário como fonte e afirmá-lo em sua capacidade pedagógica. Peter Burke anunciara, por exemplo, *O Som e a Fúria* (1929), de William Faulkner, como uma interessante fonte de informação histórica a respeito da Guerra Civil Americana e dos anos que se seguiram a ela. Presentido-lhe a distorção temporal do romance, pela afluyente hermética que tomba do início ao fim do texto, Peter Burke comentara, também, o fator *distorção do tempo*. Peter Burke anunciara o aspecto fragmentário da escrita que poderia interessar aos historiadores, fosse pela

condição de objeto, fosse pela condição de poder ser emulado na escrita dos profissionais da história.

Se *O Som e a Fúria*, pela proposta radical da exposição cronológica fragmentada, é por si só desafiante, quanto mais não seria pela escolha de colocar, como narrador inicial do romance, um adulto autista? Essa consideração fizera Jean Paul Sartre, em um de seus conhecidos ensaios literários. Interrogara-se a esse respeito. Ao reconhecer, com o melhor encaixe dos romances por ele conhecidos, a ausência de *nós* do enredo na obra (um algo que acontece e que está para acontecer, qual somos dado a observar na obra de Duarte Paranhos Schutel), advertira, a par da excentricidade da técnica do Faulkner, a dificuldade pelo caminho da interrogação: “Por que a primeira janela que se abre nesse mundo romanesco é a consciência de um idiota?” (SARTRE, 2017, p. 363).

De uma maneira ou outra, este trabalho engorda a si mesmo na medida em que explora o traquejo que faz abrir o leque à mão do historiador; após gerações durante as quais a literatura era acantonada como o gênero menor dos escreventes, tentar-se-á compreender um cadinho do processo migratório de alemães em Santa Catarina a partir de um texto romanesco escrito no início da primeira metade do século XIX, *A Massambu*. Outra fonte animará a investigação: o texto *A República Vista do Meu Canto*, escrita pelo mesmo autor, alguns anos depois. A primeira obra é um texto de cor indefinida, escrito por um autor cuja história, a despeito de sua ativa movimentação em cargos públicos, é um tanto desconhecida; ou melhor: é um texto emprenhado de hibridismo – não há consenso: é um texto ficcional e relato de viagem. O seu conteúdo, transfeito numa reedição em 1989 pela editora UFSC regalou à leitura uma breve análise que expôs ao leitor uma dúvida a respeito da etiqueta sob a qual pode ser classificada a obra. A professora Zahidé Muzart, mais debruçada sobre os aspectos formais da obra do que seu conteúdo, ressalta o caráter híbrido do texto - e ela tem boas razões para pensar assim. Aliás, não seria incongruente comparar, a despeito da dessemelhança notável concernente ao volume e riqueza de detalhes geográficos que animaram a outra, *A Massambu* – fonte primacial desta pesquisa - com a obra intumescida de detalhes escrita por Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902). Ambas representam uma viagem em cujo progresso desdobram-se as circunstâncias, características geográficas e espirituais do povo que a habita. Versam a respeito de diferentes regiões do Brasil, e, afora a extensão desafiante da última, as duas têm semelhanças interessantes. Assim sendo, a característica híbrida do texto não retrai a sua importância; ao contrário: estimulará a primeira indagação, na primeira parte desta pesquisa.

E, sob o ponto de vista estético – a saber: sob o ponto de vista abaixo do qual interessa a qualidade narrativa e a habilidade literária do escritor em verter suas impressões numa forma

literária -, a hibridez textual não diminui a importância, nem a significação do texto. Com vistas a corroborar tal afirmação, recorre-se ao trabalho de Morton Zabel - professor e crítico literário norte-americano. Na década de 40, este autor viera para o Brasil a fim de ensinar os daqui muita da literatura de seu país. Nos idos da década de quarenta, instituíra-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a disciplina de Literatura Americana. Este autor encarregara-se da escrita de um guia aos alunos: e nele expusera o contentamento em expor que a primeira obra escrita no Brasil traduzida ao idioma inglês havia sido justamente *Os Sertões (1902)*, uma obra híbrida.

Poder-se-ia deixar a indefinição classificatória a cargo daqueles que se interessam por encaixilhá-las num estilo; mas fica, no entanto, estabelecido o partidor de que esta pesquisa irá saltar: entendido como um texto híbrido, a obra literária *A Massambu (1861)* – publicado em folhetim na Revista, no Rio de Janeiro será, então, uma das obras a serem analisadas - quer pela sua indefinição formal, quer pelo seu conteúdo pedagógico a respeito da imigração alemã em Santa Catarina. E, a outra, um texto que gira às voltas da classificação de um diário de Memórias, será entregue ao mesmo trabalho. A bem da síntese, lança-se mão da comparação: ambos textos de Duarte Paranhos Schutel marulha certa paridade de apreciações a respeito dos imigrantes; Em suma: não se tentará derreter a barreira que a disciplina historiográfica antepôs às letras – romances, poemas, contos, novelas -; tampouco será posto em comunhão ao raciocínio de que o texto historiográfico é beletrismo e nada além. Antes se tentará, com obediência e consciência das fronteiras que albergam os conceitos disciplinares do lado de cá, tocar no texto ficcional para ver o que ele fala.

No texto de Julio Arostegui fica estabelecido, destacando-se ao lado de bem outras considerações, a simples e todavia correta afirmação de que a História é uma qualidade de todas as coisas. Não há nada que existe que não tenha história, e mais didaticamente se pode pensar assim: tudo é pejado de historicidade; bem ou mal possui um início, está inserido no devir da história. Mas com efeito, o historiador espanhol não estava interessado na só discussão no tocante à definição do que vem a ser a palavra História, isto é: a que referente tal palavra busca designar. Ele vai mais profundo, revolve o solo da disciplina e a chama de volta.

2. O PROBLEMA DAS NARRATIVAS

Se há algo que tem força perpassante tanto no texto historiográfico quanto no ficcional, este algo é a narrativa. Um texto – de qualquer tipo: romance, livro de memórias, livro de história – pode não se apresentado sob a forma conhecida de uma capa ou contracapa. No entanto, não se pode dizer dele que tal objeto deixa de ser feito de narrações. As narrações são um elemento integrante, interconectam os símbolos e os emissários a que se dirigem. Com ela de permeio, o emissário esforça-se em comunicar-se – às vezes a toda a gente, às vezes a um público cujo número é da mesma extensão de seu diminuto tema. Concorre nelas uma série de pensamentos expostos com palavras, escritas ou verbalizadas.

Desde há muito a história dera largas à sua feição descritiva, em detrimento de sua pregressa oralização. No entanto, as narrações – escritas ou faladas – não reúnem qualidades contra as quais não se pode arremeter objeções céticas. Mas esse polimento teórico cujo resultado por vezes faz surgir certa desconfiança quanto ao real alcance das palavras no curso de uma narrativa, não ficará sem o contraste que afirma sua segurança. Tal ceticismo – este ceticismo que carrega possíveis discussões a respeito das narrativas - aqui será vertido em uma análise concernente à sua natureza, sobretudo aquela que tem lugar nos textos ficcionais ou autobiográficos. Por outro lado, num exercício preliminar de aplicação dialógica, discutir-se-á o conceito de narração que caracteriza a história; e é bom apontar ao fato de que tal discussão por vezes tange outra a qual não se ignorará: as relações entre elas e as memórias – mais recorrentes nas páginas que se seguem. Em suma: que a natureza narrativa da história é dada a ver em seus escritos é coisa estabelecida. Contudo, cumpre refletir sobre esse conceito antes de adentrar na caracterização literária da fonte primacial de que se ocupa esta investigação, no subcapítulo seguinte.

Mas se até aqui tratamos das narrações, cumpre salientar a existência das narrações descritas e também as oralizadas. Para os estudos que tomam a segunda como fonte, recrudesceram-se métodos heurísticos; alicerçados de tal forma na disciplina historiográfica, representam então certa inibição em tomá-las por fonte totalmente fidedigna do pretérito. As narrações orais e textuais requerem prudência dos investigadores. Gwyn Prins, em *História Oral* (1992) é enfático: “Os historiadores das sociedades modernas, industriais e maciçamente alfabetizadas – ou seja, a maior parte dos historiadores profissionais – em geral são bastante céticos quanto ao valor das fontes orais” (PRINS, 1992, p.163). Em suspenso o compasso entre os historiadores e as fontes orais, estas adicionam ao problema uma solicitação por maior instrumental: não se procede fácil a empresa de tomá-las por objetos.

Numa época antecedente – idos da década de 30 - Ortega y Gasset muito desconfiara das palavras ditas. Em *Rebelião das Massas*, preferiu enxergar sua presença sob um véu de ceticismo – e como crítico à decadência cultural da Europa na primeira metade do século XX, aproveitara de sua reconhecida capacidade argumentativa para destacar sua preferência em vê-las cercadas de grande cuidado – tanto da parte de quem as enuncia como da parte de quem as escuta. Mudando o destinatário, estas perdem eficácia: servindo-se de sua experiência, cria que, ingênuo, o comunicador falando a *urbi et orbi* (a tudo e todos, sem distinção), fracassa em seu empreendimento comunicativo. Tal reconhecimento e exposição teve lugar quando, à vista dos novos leitores franceses que o haviam requerido, decidira, sob o título Prólogo aos Franceses, apresentar o combativo pressuposto de que, aonde quer que vá uma nova edição, esta deve rearticular-se aos seus novos leitores.

Otto Maria Carpeaux considerava-o um grande expositor de ideias. Mas tratando-se dos aspectos comunicativos e narratológicos desta disciplina, o livro *História como Sistema* (1941) já antecipara seu trato mais aprofundado da História e sua relação com a experiência humana. Escrevera o autor: “Toda a palavra é circunstancial” – e por meio deste registro indicara, em nota, o estudo supramencionado cujo timbre é de distensão e compactação do significado de uma experiência humana, sempre a encontrar em suas circunstâncias um “estado de fé constituído” (GASSET, 1994, p.19). De certa forma, as experiências literárias e políticas de Duarte Paranhos Schutel também evidenciam as dimensões impositivas que lhe ocuparam a vida – também ele não escapara aos estados de fé constituídos, expostos por Gasset. Sendo assim, estas ganharam expressão em seus escritos, tanto como jovem literato como político em fim de vida, cujas exposições traíam o desgosto com os efeitos da política imigratória em Santa Catarina.

Walter Benjamin reconhecia em cada manifestação humana uma linguagem – a linguagem da técnica, da escultura, da justiça (BENJAMIN, 2018). Para ele, o espírito faz-se comunicar através dela. A linguagem seria a *médium* da comunicação - a mediadora, qual a noção que se apresentou no início desta dissertação sem abundância de argumentos, como um espaço simbólico entre quem se usa dela para expressar-se e quem se usa dela para entender o que está a ser comunicado. Em resumo: a linguagem seria o mais expansivo canal de manifestação do espírito humano. Porém, revestindo-a de significações várias, não deixava de se reportar às comunicações pelas palavras, esfera de que se ocupam os escritores. Tocara no objeto de discussão: a linguagem com palavras, quer dizer, narração.

Com vistas a recrudescer o que foi exposto, poderíamos começar com referência ao ensaio de William Dray, cujo título é *Da natureza e função da narrativa na historiografia*. Ela

abre trilhas para estancar algumas inquietações dessa discussão. É um de tantos que tratam deste problema – tão sobressalente onde a teoria da história se justifica pelo seu empenho em rearmonizá-la. O efeito do rearranjo é simples: o grosso da produção literária a seu respeito tem por consabido as distinções entre ambos os textos – o historiográfico e o literário. Não há muito consenso a respeito do tema sob o qual se impõe o título de seu ensaio (a narrativa na historiografia), mas sua exposição lança luz sobre o problema inicial aqui proposto. Seu texto faz-se interessante devido ao reconhecimento do peso narrativo exercido pelo exame historiográfico: quando escrito, recente se demonstrava o fato de haver, na disciplina e entre os filósofos, a suposição de que o exame da história implica no exame da narrativa. Não dá nome a essa experimentação intelectual; mas aqui poderíamos aditar uma suposição: talvez estivesse a falar de algo cuja natureza tem paridade com o *linguistic turn*. Narração e história: essa relação parecia inexpugnável. No escoar de tempo por que a disciplina historiográfica ocupou-se do que é a sua matéria – a ação dos homens no tempo – houve um período em que a mesma experimentou um hiato que ainda não teve termo: o problema das narrativas, em maior ou menor grau vinculados à suposições que suprimem as características diferenciais entre História e Literatura, tomou forma e pediu por atenção.

A respeito do caráter narrativo da disciplina histórica, cumpre evocar a obra de Lawrence Stone, *O Ressurgimento da Narrativa: Reflexões sobre uma Nova Velha História*. Esta obra comunica o efeito de seu desprendimento para as questões narrativas da disciplina da História, ainda a viver nas distinções semânticas entre *story* (estória) e *history* (história). No entanto, a despeito dessa exposição, fica suficientemente estabelecida a distância que corre entre a primeira e a segunda. Os exames posteriores sobre sua matéria cuidaram de acrescentar camadas de polêmica sobre o estudo – era o retorno às narrativas, e pelo que parece das escolhas expressas em sua elaboração textual, estas foram ascendidas ao primeiro plano de sua investigação. Tratava-se de retornar o olhar da disciplina para a questão narrativa: o aviso do caráter narrativo das expressões históricas não era bem um aviso, mas uma afirmação.

Assim sendo, Lawrence Stone reconheceu o mesmo fenômeno – sobretudo este que, não sendo e nem podendo ser inédito nesta investigação, afirmara a convergência, ao menos semântica, entre História e Estória.

De sua publicação passou-se meio século, e muito do que foi exposto em seu artigo permanece vivo: tanto como objeto a que se dirigem confrontações quanto como referencial confirmatório de uma tese. Mas este autor inglês, cujo trabalho faz destaque à presença de escritores também ingleses – Edward Gibbon e Macaulay, por exemplo – trata de questões fundamentais desse processo que muito diz respeito às fontes desta dissertação. Uma vez que

busca-se compreender os fenômenos migratórios à luz que se expande sobre o que é próprio, pessoal e biográfico de um autor que se lançara às discussões políticas de seu tempo, é importante deter-se, . Exceptuando os autores clássicos – Tucídides e Tácito – o nominal do exemplo foi feito dos títulos em língua Inglesa, embora ambos ingleses tenham descrito suas ideias em formas até mesmo latinizantes, com períodos longos e riqueza retórica. Evidentemente, a trama e problema no qual colocamos Lawrence Stone não se justifica pelo buscar na sua exemplificação o matiz linguístico análogo àquele que se faz presente nos textos em língua portuguesa de que lançou mão Duarte Paranhos Schutel. De fato, as menções aos nomes de Edward Gibbon e Macaulay não parecem empurradas por um braço definitório e excludente. E pouca e baixa semelhança vive entre o idioma inglês e português – idioma com o qual escreveu Duarte Paranhos Schutel.

No entanto, é certo que o caráter de História narrativa não foi centro nem limite da Inglaterra. Nesse sentido, é digno de nota o fenômeno que, histórico porque expressão de uma inclinação positivista – principalmente próprio da metade do século XIX -, mas, também, interessado em História como matéria-prima do enredo, fez nascer, a partir das obras de Alexandre Herculano, em Portugal, os romances Históricos – todos escritos em língua portuguesa. Este foi um gênero literário cujo padrão guia das obras é a síntese imaginativa feita da erudição dos acontecimentos – acúmulo de eventos heroicos e de batalhas - e a imaginação artística que, tendo os fatos como conteúdo e a capacidade retórica com antítese, tornou possível a escrita de fenômenos históricos de Portugal.

O histórico desse gênero, reconhecemo-lo no fato exposto por Michelle Fernanda Tasca no estudo *Alexandre Herculano e a construção do texto histórico: escrita, fontes e narrativa* (2018). Segundo a autora, durante grande intervalo de tempo, “ [...] muitos documentos medievais ficaram esquecidos no interior dos mosteiros e arquivos reais portugueses, até que no século XIX o nacionalismo crescente e a busca pelas origens da nação, encabeçada pelos movimentos românticos europeus, reabilitaram a Idade Média como um momento ideal a ser seguido.” (TASCA, 2018, p. 67). Tal interpretação cai aqui por seu próprio fundamento. A par do fato, reconhecemos que Alexandre Herculano, qual outros literatos do século XIX, ampliaram o interesse sobre a matéria histórica.

A autora estava a tratar da produção específica de Alexandre Herculano: metade romanesca, metade histórica. À fortuna ficcional do autor português, soma-se ao grosso dessas obras as outras de gênero diferente e de mesma autoria – os textos de *História de Portugal* -, no qual a missão inventiva se afirma na riqueza estética do texto, mesmo que este seja dedicado para lançar luz sobre um fenômeno do passado de forma menos idealizada e mais calcada no

passado vivo nas linhas documentais. Neste último exemplo, o uso de fontes para a escrita da História faz-nos distinguir a profundidade de sua fidelidade aos acontecimentos entre o gênero histórico e o literário escritos pelo autor. Há uma distinção de atitudes de enunciação entre um gênero e outro. O fôlego introdutório desta investigação havia soprado, como interrogação, o fato de Em um trabalho historiográfico, o autor não se dá por isso: e cada obra expressa uma conversa com os autores seus contemporâneos, antecedentes e pares. Mas em que pese a presença narrativa nas obras ficcionais históricas (*O Romance Histórico*), mesmo escrito num contexto pregresso, em que o denso da produção de texto histórico não era intumescido por exigências formais e pelas leis internas do gênero, já havia um cuidado, tanto incipiente quanto mais elevado que o só descrever à base da imaginação. Isso feito com as fontes disponíveis. Em síntese, o gênero histórico constaria de novas exigências, dentre as quais o lançar mão às fontes existentes. Embora o resultado final da escrita não fosse um entendimento da mesma extensão total das fontes, no estudo de Michelle Fernanda Tasca fica claro que “A história de Portugal, conforme narrada por Alexandre Herculano apenas foi passível de ser escrita a partir do conhecimento e trabalho com a documentação histórica sobre o período abordado.”

É um exemplo de gênero que se realiza à custa dos fatos e não só da criatividade ou domínio narrativo. O narrador, no seu ofício de contar o que se passou, não estaria a narrar à base daquilo que a sua preferência lhe incitou: antes elabora uma narrativa cujo um dos eixos condutores é, também, o uso das fontes. Mesmo que interessado num tempo e num objeto diferente, a similitude narrativa das fontes abrem um arco que torna possível saltar da reflexão posta sobre a obra de Paranhos Schutel para a consideração de Cláudio Pereira Elmir ao caráter narratológico das exposições históricas. No artigo *O caso Benjamin Wilkomirski: a dupla invenção da memória* (2008), Cláudio Pereira Elmir, a destacar a confusão entre algo anunciado como história sendo em verdade invenção narrativa, destacara, à guisa de aviso, o fato de jogar o jogo “com as regras impróprias” (ELMIR, 2008, p. 46). Colocando o gênero autobiográfico como problema da ciência histórica, decidira pelo reconhecimento das barreiras entre narrativa ficcional e texto histórico. Mas num outro Em sua tese *A História Devorada: No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo* (2013), a quase meio volume do início de sua argumentação total, o autor chega em um ponto importante, que aqui tem sua importância: a *seletividade* do narrador. A seleção e hierarquia a que faz referência correspondem a graus menor ou maiores de interesse pelo aspecto formal ou estético da enunciação. A intriga, o clímax, e todo o resto que eleva a qualidade dum texto ficcional não ficam em primeiro plano.

No entanto, a respeito da erudição dos acontecimentos acima mencionada, seguida pelo hábito de contar histórias, Lawrence Stone toma-a por um caminho de rápida conexão com a

história dos acontecimentos – *histoire événementielle*. Assim sendo, um passe da mera narração dum fenómeno do passado para um texto de história – compreendidos os dois, já se expôs, como estória e história – seria constituído por um esforço como que inspirado por algo a que Lawrence Stone dá o título de “princípio fecundo” – um tema, um empenho em usar-se do saber noticioso segundo uma perspectiva em nada teleológica, mas, porém, explicativa.

Uma significação abrangente investe esse conceito de uma história não só acontecimental de grande importância. O texto seria convertido de sua qualidade só narratológica para uma unidade de complexidade à qual não se esconde a capacidade narrativa com que é feita à medida em que tal “princípio fecundo” encoraje a busca por causas explicativas de transformações históricas. Certa argumentação de Ortega y Gasset, a par do ponto a que boa parte deste capítulo toma forma e justifica-se, entra aqui de maneira interessante. Se não esclarece tudo, ao menos o salienta sob a perspectiva de um compromisso afirmado pela clareza. Quando trazida para cá, está não se encolhe, pois, a negar o saber noticioso, apresenta-o mais saudável na medida em que haja esforço de sistematizar o que se sabe dos fatos do passado. Dir-se-ia que o texto estaria a apresentar uma fileira de tentativas de explicações, em que as correspondências, no decurso de um longo tempo, entre causas e efeitos são colocadas na narrativa. E não somente isso: Por consideração à validade de seu argumento, cumpre assinalar a percepção de que Edward Gibbon – mencionado nas primeiras linhas do conhecido ensaio de Lawrence Stone -, mesmo a escrever sobre o caráter marcial e disciplinado dos treinamentos militares romanos, empreendera o esforço de intuir na biografia de Roma a decadência que se seguiu ao auge do Império.

No entanto, sua argumentação não toma a direção da última consideração; em verdade rebate-a, pinça-a para seu cenário de que fala. Em seu ensaio, o autor relata a crença – com a qual não compartilha em absoluto - de que se pode depreender e explicar a história por meio de narrações; que a história é simplesmente narrativa; que sua narração é o que a caracteriza como *história*. Contudo, não chega a levá-la a ombrear com o texto ficcional; trata antes doutros problemas. Por outro lado, relata o oposto: evoca as objeções endereçadas à forma simplista com a qual se toma a narrativa histórica como uma ferramenta autossuficiente, como se ela, a narração, bastasse por si mesma para explicar ou expor algo a respeito do passado. Crédito e débito das narrativas são apontados pelo autor; em cada um desses conceitos estão oposições de gosto; no primeiro, a confiança de sua capacidade, e, no segundo, sua desconfiança – a narração, devido à sua própria natureza, é incapaz de oferecer confiança ao que nela e por ela é representado. Este tipo de problema é exposto em síntese, em poucos parágrafos. e, a fim de tocar o problema a que se dá a resolver, vai ao encontro de narrativistas

como Hayden White, por exemplo. Compartilhamos de sua argumentação; não se toma da história seu estatuto de ciência – nem uma coisa, nem outra. A ideia que de Gallie por exemplo pousada ao ensaio – a saber: a ideia de que a *história* é um tipo genérico de *estória*. Segundo o autor William Dray, a narração, ocupa, pois, o centro de muita atenção historiográfica.

Se tomarmos por princípio a consideração de *A Massambu* ser um texto ficcional, então poderíamos restringir a ocupação analítica no exercício de buscar, no exterior da disciplina histórica, algo para lá da só classificação da obra: e se faria tal à luz da Teoria Literária; dir-se-ia que, desse modo, por onde cada elemento literário fica intelectualmente organizado, se possa descuidar do constrangimento disciplinar historiográfico e voltar atenção ao preparado feito de análises construídas a partir de outros temas e ferramentais teóricos. Mesmo as obras de estudo literário não podem lucrar boas considerações senão com olhar histórico, em que ao menos passa o reconhecimento dos gêneros diferentes desde as alterações históricas que tiveram lugar entre uma forma expositiva e outra.

A despeito da antiga consideração de John Jay Chapman segundo o que, ao tempo em que suas ideias ganhavam forma descritiva com a trena disponível em sua época e seu ensaísmo foi forçado a aparecer a propósito dos escritores de língua inglesa, o especialismo investigativo das obras literárias – empreendidos em geral por acadêmicos - parecia carregado de sensibilidades reflexivas arrancadas às ciências físicas. Lionel Trilling foi um dos autores que não ficou a dever sobre a análise desse problema.

Em seu conhecido ensaio *O Senso do Passado* – estudo no qual a parte alta de sua argumentação corresponde à consciência histórica da literatura e de seus autores -, Lionel Trilling recuperou a denúncia ao descrever as palavras de Chapman concernentes ao “arqueológico, quase científico e documental estudo das belas-artes” – a despeito da supracitada consideração que dá contrapeso à prevalência, àquela época, do estudo acadêmico dos textos, mesmo assim a acertada ideia de que as obras artísticas se afirmam sobre outro eixo – num caminho que parece alcançar amplitude e qualidade literária na mesma proporção do desinteresse pelo só registro das condições históricas em que foi o texto escrito, isto é: pelo não ser, em essência, apenas documento de época - não desdiz a consideração que leva em conta a interdependência entre as obras e o seu contexto específico. Esta abordagem de laivo arqueológico de que trata Chapman e do qual maldiz como se de um erro de método não esgota-se em si mesma: não só insinua as tendências de época, mas também ajudam, se bem orientada, a depreender contextos em que obras literárias foram escritas.

Sem este não há aquele. Dito de outro modo, mesmo na obra mais intimista, em que as impressões vão-se em formas de diário ou autobiografias sela-se uma mútua dependência entre contexto e escrita. Nesse sentido, Gyorge Lukacs, em nada reativo a uma filosofia multidisciplinar na qual o prestígio literário fica congregado ao todo que fez seu interesse, ao conferir à massa de seus escritos uma análise de erudita digressão marcada pelo não estar distante o bastante para poder estudar os aspectos mais humanos dos textos, intui, nas obras modernas, um caráter de protesto, justificado, de certa forma, pela ação de personagens em parte desorientadas em meio à sociedade capitalista. Nesse sentido, as obras de Balzac, encheu-as de muitas qualificações: e em seu estudo *Ensaio sobre Literatura*, salva a afirmação de seu argumento ao destacar que *Ilusões Perdidas*, expressão da maturidade literária de seu escritor, é um livro onde a vida individual de um homem desaba diante da “prepotência da vida capitalista” (LUKACS, 1965, p.95). Há nessa afirmação uma ideia que parece validar a mútua correspondência entre texto e época. Escrevendo de forma reduzida, a unidade de seu pensamento a esse respeito – o caráter de protesto latente que marulha sob e acima das ações das personagens – inclui, como outro acontecimento literário, o quixotismo de Cervantes, de que tem por outro texto - preliminar, antigo - mas que reservaria essa condição ao extremo: um louco porque diante da sociedade “capitalista em vias de formação” vê suas ilusões feudais fenecerem.

No tocante à disciplina histórica, a questão patrimonial não se furtara a carregar os canais expressivos da literatura ao todo de que é feita a expressão cultural de determinado país.

Um exemplo desse fenômeno histórico dos gêneros é apresentado na consideração de Brigitte Monique Hervot, em *Georges Gusdorf e a Autobiografia (2013)*. Interessada numa região intelectual além da qual se encaminha a disciplina histórica a autora revela a linha temporal ao comprido do que, de um gênero a outro, a autobiografia aparece sob a forma de uma natureza textual eminentemente distinta de suas predecessoras.

Detêm-se, de início, na seguinte consideração: “Sempre existiu no homem um desejo de dar testemunho de sua existência, fazendo-o sob inúmeras e diversas formas” (HERVOT, 2013, p.95) – e mais adiante faz vingar em seu argumento inicial a suposição de que, na origem helênica do supracitado gênero, já havia a natural disposição de dar-se ao registro de suas experiências.

Além disso, para fora do próprio desenvolvimento narrativo da obra, cumpre ter em claro que as personagens do texto – imigrantes, etc. - foram construídas pelo autor. Como qualquer obra dessa natureza – ficcional e todavia expressão de um testemunho -, tanto as

personagens quanto os lugares têm um pé na realidade intuída pelo mesmo, e as mudanças e alterações pressupostas desde o início da narrativa, são expressões do que foi imaginado do mundo contextual de que teve participação ao longo de um período curto ou longo de tempo. Por essa razão, confunde-se o gênero da obra. Sob o pseudônimo de Insulano, Duarte Paranhos Schutel descrevera suas impressões a respeito das circunstâncias por que passou. Não fosse assim, a determinação classificatória do texto – ao menos neste caso - seria coisa estabelecida, e o prefácio escrito por Zahidé Muzart não teria um porquê nem mesmo um problema sobre o qual tratar e que justificasse o trabalho empreendido. Mas como posto anteriormente, alcançar as áreas ocupadas pelas teorias literárias e delas pedir elucidações, neste caso, cremos, não seria um exercício de todo escapista, pois dessa convergência disciplinar de que saltam aparas – isto é, os conceitos que no frígir entre História e Literatura não conversam em absoluto -, pode surgir inferências que ajudem a elucidar a qualidade do texto e, por extensão, a qualidade das personagens a respeito das quais escreve Insulano em sua obra.

Mas qualidade aqui não corresponde, em essência, à beleza estética da obra – embora isso não seja de todo rejeitado por outros polos de interesse acadêmico -, mas sim às propriedades humanas que a constituem como texto – fala-se aqui, antes e com certa prevalência, das ações humanas possíveis, bem como das formas pelas quais são registradas na obra/relato.

O breve estudo de Jorge Luis da Cunha *Aprendizagem histórica: narrativas autobiográficas como dispositivos de formação (2016)* já esboçara a silhueta argumentativa de certas propostas segundo as quais um autor/relato constrói a representação do outro com base em suas próprias experiências e com seus próprios símbolos com os quais dá significado a si e aos outros. Mesmo no exercício de alteridade, em que o objeto representado é um sujeito humano, o outro é representado de acordo com o que levamos em si – e pouco sabemos dele, além do que é desconhecido por nós e que no entanto tem existência em nossa vida individual.

Desse exercício de alteridade, resultante das experiências em comum e trocadas no decorrer do contato, saltamos para o caráter amplo da representação de Duarte Paranhos Schutel. Escrevendo de sujeitos humanos seus hábitos, sem classificá-los apresenta-os de acordo com sua versão aversiva à imigração.

Tendo como ponto de partida o fato de Duarte Paranhos Schutel apresentar sua visão contrária aos estímulos da política imigratória, cumpre evocar a interpretação de Northrop Frye a respeito dos Modos da Ficção.

Parece-nos que são vários os caminhos de diferenciação das obras. Mas a respeito de A Massambu: se crônica ou relato de viajante – ambas, de únicas, tornaram-se também partes de

um todo a que se chama literatura brasileira – então essa narrativa reserva qualidades que lhe são próprias; e para lá das classificações à base de análises que se curvam à lupa nas características formais da obra, escolhe-se aqui intuí-las tendo como partidor os distintos poderes de ação das personagens. Este foi o com seguimento intelectual de Northrop Frye, cujo estudo *Anatomia da Crítica* apresentara uma visão provocativa do que faz o distinto de uma obra. Nesse sentido, ver-se-á que, não raro, os imigrantes alemães recebem, como por uma imaginação limitada às experiências comuns e por isso em nada capazes de algo a mais, classificações não muito boas: seus hábitos, costumes e modos de vida são representados duma maneira tal que, em comparação ao grosso do que ganhava registro nos meios opinativos, aparecem entregues à crua realidade.

Pouco do que consta em *Anatomia da Crítica* decanta ao natural na leitura historiográfica: a leitura de sua obra não é feita com bom progresso a não ser que, antes, se se tenha dado ao trabalho de ter lido muitas obras literárias – peças, poesias e romances, dos idiomas os mais diversos. O autor empilhara, no estudo, o nome das obras acima das análises a respeito das mesmas: e quando trata dum tema específico e o examina, e quando depois traz o título das obras a fim de demonstrar suas impressões, o faz de modo sugestivo, numa amostragem no decorrer da qual a leitura pode tropeçar na curiosidade a propósito da referência artística proposta pelo erudito filólogo. Todavia, determinado polimento histórico corre sobre as anúncios dos modos literários: depois de decorrida a exposição até o marco último do gênero comédia (passa por todos os modos da ficção: do trágico ao da comédia) – o único tipo narrativo no qual a personagem é um sujeito humano para o qual podemos dirigir um olhar “de cima para baixo”.

Este mesmo fez suas exposições nascerem a propósito da noção de contraste entre “importantes” e “sem importância”. No entanto, as velhas tradições classificatórias ressurgem em Frye sob o traje de uma nova roupagem: *importante* não corresponde a bom, e *sem importância* não corresponde a mau. Aliás, sua intenção real fica aquém de uma exposição moralística das personagens.

Ou seja: é normal que muito da Teoria passe incompreendido, sendo de compreensão apenas os fenômenos que incidem ou se aproximam de nosso objeto de investigação. Como em todo trabalho crítico, a análise, síntese e todo o resto que qualificam o ofício têm por função demonstrar o alcance humano das obras, algo que não se torna menos verdadeiro quando entra no mesmo plano a consideração de Aristóteles segundo o que a distinção fundamental entre História e Ficção é intenção de mostrar o que ocorreu, de um lado, e mostrar o que poderia ter ocorrido, de outro. Mas, partindo da referência à muitas delas o pensamento se finda na

proposta de reconhecer as classificações literárias à luz do *poder de ação* das personagens. A Tragédia, o Mito, a Comédia – não necessariamente nessa ordem -, são possíveis porque diferentes *graus* de poder ou força individual existem no que é imaginado sobre vidas humanas possíveis, em diferentes contextos e períodos históricos.

Entre uma representação humana e outra pode haver sensíveis graus de diferenciação ativa. No caso de sua obra e de muitas outras que se somam a gêneros análogos – relatos de viajantes, crônicas de viagens -, E o peso *moralístico* que essa palavra confere ao que se pensa de bons e maus personagens, ao seu ver, não deve ter império sobre a interpretação que ele arranca ao termo: em se deixando de lado a consideração moralística, adota, com bom nervo semântico, Diferentes níveis de ações possíveis que podem arrancar - seja mito na mitologia, seja nas lendas - a personagem às condições comuns de seu meio. Heróis da mitologia, os mais simples, têm condições ontológicas superiores ao cenário dentro do qual suas ações ganham existência. Mas nas representações literárias modernas, aquele que, de certa forma, se recolhe à suspeita do desequilíbrio do mundo, tem suas ações sujeitas à “crítica social” de que fala Frye.

De certa forma, a modernidade apresentou personagens mais humanos, ou antes, que erram com mais frequência. E o herói – a personagem central – não é nem em grau nem em condição superior aos demais. Em situações das melhores, é apenas de uma força de vontade superior, compensada, na outra ponta, por um defeito de caráter, como os demais sujeitos históricos que tiveram lugar num contexto determinado e que por isso mesmo criam a empatia por situações análogas que ganham vida a partir da imaginação do narrador. Talvez seja a esse fenômeno que Northrop Frye tenha encontrado a expressão de que são pessoas possíveis sujeitas às “críticas sociais”.

No entanto, reconhece-se que, ao andar de um longo período de tempo, os gêneros supracitados cederam lugar a um realismo em que as personagens não têm orientações divinas e se comportam, dentro de uma normalidade contextual. Afirmamos essa enunciação pelo característico da primeira fase modernista do Brasil, que teve em Macunaíma, de Mário de Andrade, a exposição de uma personagem sem caráter e sem tintas de heroísmo. Ações empreendidas por personagens, sobretudo. Os sujeitos da narrativa, pensamos-las sob influência de uma impressão discriminatória: alguns têm certo poder definitivo, outros sequer compreendem as forças que determinam o contexto por que atravessam em determinada narrativa. E não é estranho que Northrop Frye tenha reconhecido, no espaço ao comprido do qual grafou suas ideias preliminares, a validade atual das considerações de Aristóteles a respeito dos gêneros ficcionais.

Sobre Poética, escreve Frye, “Aristóteles fala das diferenças nas obras de Ficção, causadas pelas diferentes posições das personagens. Nalgumas ficções, diz ele, as personagens são melhores do que nós, em outras piores, em outras ainda ficam no mesmo plano” (FRYE, p.39). Com referência a essa ponderação, parece ter presidido o que foi imaginado por Duarte Paranhos Schutel a representação de imigrantes cujo horizonte de ação não foi para além de seus costumes mais banais: as que nasceram de seus vícios e de suas virtudes nas ciências, vistas com humor ácido pelo autor da obra. Engajado na criação das personagens, apresenta-as inferior até mesmo a ele, viajante em regresso. De certa forma, sua linguagem descritiva a este respeito parece ter sido o canal de seu humor – e deles descrevera o básico.

2.1. Sobre a natureza do conhecimento que dá forma às narrações

Conceito e imagem; lógica e intuição: estas tipologias são apresentadas na filosofia de Benedetto Croce em seu livro *Estética como ciência da expressão e linguística geral (2016)*. Pensador cuja vida intelectual deparou a ocupação política na década de 40 do século XIX, Benedetto Croce tem sua produção, no campo literário, dividida em três períodos: 1) a fase em que é profundo seu interesse pela História e Marxismo; 2) o empenho de sistematização de suas exposições literárias progressas; 3) o derradeiro revisar da saturação de coisas escritas, onde o empenho de organizar intelectualmente o bloco literário a que deu vida determinou o alcance mais amplo de seu pensamento. No decorrer, porém, de sua biografia intelectual, desenha-se, nítido, na primeira e segunda fase, o empenho seu em fazer surgir a sua filosofia substancial: a que dá conta da estética, e, por extensão, sob e abaixo dela, da representação.

Do fôlego dispendido nesse último estágio emanaram as obras dentre as quais o livro supramencionado exhibe as tipologias de conceito e imagem e lógica e intuição – aqui importantes à medida que, por designarem fenômenos contrários e todavia complementares, afastam, em certa medida, a ideia posta em um nível de precisão rarefeita pelo seu estilo de apresentar os problemas e suas soluções. Por vezes este autor apresenta os exemplos como argumento, de modo que torna-se necessário a leitura das obras ficcionais a que faz ele fazer referencia.

Em verdade, tais tipologias não são só apresentadas; antes são termos que, em diálogo, fundamentam sua filosofia; abrem a inteira exposição de seu pensamento. São conceitos que

integram sua *Filosofia dello Spirito*. No que expressam ambas se enxerga aquilo que, para Benedetto Croce, aponta à integração da *expressão* na vida humana. Mas no que toca ao que se anuncia sob o título deste subcapítulo, elas são aqui apresentadas a fim de buscar esclarecer a natureza do conhecimento que dá forma às narrações – sobretudo as artísticas. Acompanham, como instrumentos da filosofia, o empenho de compreender a Imigração Alemã em Santa Catarina; por outra: tornam possível a tarefa. Dessa forma, nessa busca se dá para inferir o aspecto pedagógico das obras literárias; elas correspondem à tentativa de compreender alguma circunstância epocal, algum fragmento – amplo, estreito... – da realidade histórica.

Nesse sentido, a despeito da vetustez dos estudos que, em uno, dão forma ao conjunto de sua obra – quer dizer: a despeito do fato de sua contribuição intelectual ser, no campo historiográfico, colocada sob o escrutínio daqueles que mais se ocupam de historiografias; embora também sua filosofia – histórica e crítica – ser apanhada pela crítica *literária* brasileira – Antônio Cândido e a Alfredo Bosi – embora, enfim, tais fatos cujos limites vão desde o supradito até certo alheamento em países de língua portuguesa em relação à sua produção, restringirem, ao menos parcialmente, o uso de seu pensamento como um elemento em torno da qual oscilará contribuições mais recentes da historiografia, tem-se em vista apontar, por intermédio de seu pensamento, que tipo de conhecimento pode produzir uma exposição literária. Ademais: tem-se em vista, por corolário, discernir o tipo de conhecimento que se depreende de uma obra de Arte.

Pelo atalho do dualismo, poderíamos adiantar que, é do conhecimento intuitivo que as representações nascem.

A estrutura de seu pensamento passa a ser como que um registro intercessório através do qual se pode fazer comunicar, por semelhança, àquilo que atualmente se escreve na História, a respeito dos conhecimentos possibilitados pela narrativa artística.

Referiu-se antes a dualidade que consta das tipologias supracitadas: conceito e imagem; lógica e intuição. Essas duas tipologias são dialógicas, é certo: correspondem ao pôr em conexão os contrários – mas, o mais importante: justificam umas às outras. O conhecimento intuitivo precede ao lógico, por exemplo. A filosofia crociana empenhara-se em compreender o funcionamento da mente humana: o resultado de tal sistema interpretativo consiste no fato de “quem raciocina mal, também fala e escreve mal” (CROCE, 2016 p.65). Segundo ele, é acertada a suposição de que o conhecimento lógico tem relação com o intuitivo. Este segundo – o intuitivo - é uma forma mais simples de perceber algo; instrumento através do qual há de se dar ao luxo de anular as sofisticadas conceituações, é como que um conhecimento doméstico, usado no dia a dia; a definição dicionarizada, aquela que toma-o por um conhecimento de e por

presença se coaduna à interpretação originária da filosofia de Croce. O filósofo apresenta-os – o conhecimento intuitivo e o lógico - como dois caminhos ao conhecimento da matéria; mas destaca que o primeiro – este de que escreverá a respeito ao comprimento das páginas – é o que tem mais prevalência; ademais: com ele propõe a maior parte de suas críticas literárias. O grosso de sua obra dedicada à interpretação artística – como crítico e historiador – aponta à importância de contemplar o efeito da intuição, isto é, o efeito que se traduz numa obra de Arte. Essa atividade, fê-la também com apelo intuitivo; recomenda a mesma postura aos seus leitores. Para bem compreender uma obra, o pensamento guia teria de furtar-se à intrincadas elaborações do intelecto. Nesse sentido, mencionara o “ponto de honra” que constituía nessa ação: deixar de lado as altas elaborações conceituais, as teorias, para, por via direta, sem conceituais mediações, depreender os significados possíveis duma obra.

Mas no que concerne a este estudo que pega por fonte um romance e um diário do escritor Duarte Paranhos Schutel, deve-se levar a teoria de Croce a uma região mais próxima da matéria de que se ocupará este estudo. Embora o conteúdo das fontes fique, por ora, em suspenso para posterior exame, cumpre oferecer respostas às formas originárias que possibilitam pensar na relação entre expressão artística e realidade. Com efeito, Croce ofereceu-nos importantes apontamentos para essa necessidade. Sua exposição leva a crer na correspondência entre a Arte e matéria, no sentido aqui exposto. Eis uma distinção fundamental de sua interpretação:

Em seu estudo não está despegada a distinção entre matéria – *materialiter* - e forma - *formaliter*: a primeira é tomada pela semelhança com algo que nos assalta, um quê que “vem de fora” – e talvez não estaríamos exagerando em levar este conceito à paridade dos referentes subjetivos a que podemos chamar de “realidade” e “experiência” -, ao passo que a primeira, vinda de dentro, nos meandros das possibilidades intelectivas humanas, pega a matéria e atribui um sentido em regra formalizado numa exposição artística. Conquanto este estudo lance mão de duas expressões descritivas, é digno de menção que, através do prisma interpretativo de Croce, por metonímia, o conceito de Arte designa, também, as outras formas representativas – tais como: escultura, pintura, literatura, etc. Cada uma a seu modo, elas todas podem enformalizar a matéria. Essa questão insinua-se no bojo de um capítulo justificado pelo interesse em investigar as correspondências entre *intuição* e *expressão*.

À guisa de iniciação, tomemos o *conceito* por uma representação mais bem elaborada da realidade (isto se coaduna às impressões fundamentais de Croce) – e, além disso, ressaltemos: os *conceitos* marulham no mar dos historiadores. Em seu estudo *A História dos Conceitos*, Reinhard Koselleck dera proeminência ao longo de sua elaboração teórica, aos *conceitos*, por

exemplo. Mas, bem entendida a exposição filosófica de Benedetto Croce, estes não são usados eficazmente sem o exercício preliminar das representações. Mas, por outro lado, a fim de retomar ao antes exposto – a saber: ao pensamento de Croce -, tomemos a *intuição* na forma por ele expressa: “Como um conhecimento sem padrão [...]”. Para esse autor, a expressão artística é prevalente na exposição do conhecimento – ela é a forma descritiva dum fragmento de realidade que foi apanhado pelo artista; mas tal não significa que dentro dela, isto é, dentro de uma obra de Arte – um romance, uma escultura - os conceitos mais caros ao conhecimento científico estejam ausentes. Vendo na expansividade cultural dum personagem qualquer Croce atesta que o conceito – a representação descritiva melhor elaborada de determinado objeto – não deixa de estar ali, pois “As máximas filosóficas, postas na boca de uma personagem de tragédia ou de comédia, realizam aí a função [...]” (CROCE, p.28)

Talvez seja uma exposição hiperbólica de Croce esta e aquela que tem em vista introduzir no leitor o pensamento de que a expressão artística vez ou outra se manifesta mais profunda e vai mais longe em conceituação que uma dissertação da filosofia. No entanto, cabe o registro de sua distinção fundamental entre o ato intelectual e o ato intuitivo – distinção que se afirma no efeito final da exposição. Tomando de empréstimo ambas as tipologias – e talvez sob o risco de cair num caminho tautológico -, ressaltamos que esta ordem se manifesta no grosso das páginas de seu estudo. Variando os capítulos, mantêm-se a presença. Sendo assim, “o efeito total da obra de arte é uma intuição; e apesar de todas as intuições, o efeito total da dissertação filosófica é um conceito” (CROCE, p.28) Suspeitamos de que, com isso, Benedetto Croce não queira tentar a elaboração filosófica – reconhece nela a sua importância; pelo contrário: sua argumentação não finda enquanto não deixa claro que os conceitos acham-se mesclados nas intuições. A ser sintético prefere ser expansivo, e na intenção de exemplificar a presença do rebuscamento intelectual que grassa na filosofia numa obra literária, toma por amostragem o romance de Manzoni, *Os Noivos*. Nele depreende, “copiosas observações e distinções éticas”.

Contudo, talvez estaríamos a avançar muito fora do alcance de sua filosofia; talvez estivéssemos demasiado autônomos numa ideia que pegamos emprestada: mas supomos que o artista sempre é tocado por algo de real; e, bem assim faz supor este pequeno excerto do autor: o artista que pinta a madeira não poderia fazê-lo se “em cada etapa de seu trabalho, desde a mancha ou esboço inicial até o acabamento, a imagem intuída, a linha e a cor pintadas na fantasia não precedessem o toque do pincel [...]” (CROCE, p. 171). Em seu escrito, a Arte afigura-se como uma exposição larvar do que é elaborado com teoria e conceito – caros aos historiadores.

E além, com a autoironia de quem pede por mais liberalidade de sua disciplina, Benedetto Croce pede também por maior atenção ao peso e importância do “conhecimento intuitivo”, isto é, à natureza de conhecimento de nossas impressões primeiras cujas afirmações não carecem de alongadas elaborações do intelecto. A intuição seria o *conhecimento* mais fiel, aquele com que, na rotina, percebemos o que está à volta e com o qual dispensamos as pesadas formulações intelectivas.

Diz o autor:

“[...] as percepções da sala em que estou escrevendo, do tinteiro e do papel que estão diante de mim, da pena de que me sirvo, dos objetos que toco e faço uso como instrumentos me minha pessoa, a qual, se escreve, portanto, existe, são todas intuições” (CROCE, p. 29, 2016)

Isso posto, cumpre fazer referência à compreensão das objeções a esse pensamento: essa “identidade de intuição” – essa identidade de que se ocupa no estudo *Breviário da Estética*, é, segundo o autor, atacada por “ilusões psicológicas” de sujeitos que, no lugar de palavras e nomes, julgam possuir altas conceituações da realidade, “imagens vivas e concretas em profusão” (CROCE, p.170). Apesar do reconhecimento das objeções, bem se nota sua predileção pela simplicidade de pensamento. Tanto assim que, no bojo de sua filosofia está o alteamento da Arte – canal de expressão das intuições humanas. É expressivo o alcance da conclusão de que “[...] a atividade lógica vem depois da atividade estética” (CROCE, p.62). Sendo assim, antes se faz representação para depois operar conceitualmente sobre esta. E há certa determinante de condições nessas etapas de compreensão de ordens não cambiáveis: ao primeiro se representar para depois conceituar, fica nítido o pensamento de sua filosofia, segundo o qual a “estética inexata arrasta consigo a lógica inexata”. (CROCE, p.62). A boa representação, em Arte, precederia, *grosso modo*, uma boa compreensão de um fenômeno histórico. Convém ir um pouco mais fundo nessa ideia, revolvendo-a em sua base: o que provocaria essa ordem representar/conceituar seria a própria percepção de que os fenômenos humanos necessitam de abordagens sensualistas, em que as hesitações e conflitos do representado entrem na forma com mais a partir de um empenho de mais recursos. Aqui poderíamos citar o reconhecimento das limitações entre o escritor e a realidade pela referência de Rainer Maria Rilke ao emissário de *Cartas a um Jovem Poeta (1929)*. O poeta austríaco reconheceu o fato de as palavras não conseguirem penetrar algumas dimensões da experiência.

Mas sobre a filosofia de Benedetto Croce, tornamos a repetir: vive nela uma convicção de que o conhecimento intuitivo é o conhecimento que dá forma à expressão literária, embora este não anule o conhecimento conceitual. Não à toa sua obra se faz começar pelo estudo que,

sob o título *Intuição e Expressão*, examina, numa longa elaboração ensaística na qual entra, à título de ilustração, referências de obras de Arte, essa importância e seus respectivos referentes práticos, quais sejam: os fenômenos da experiência individual do autor que, sob a forma ficcional, podem ser históricas sem nada a se perder da riqueza estética. Em verdade, mesmo uma falsa ciência poderia continuar a ser falsa com

Isso se depreende de seus escritos; e além: tal se põe em anelo com uma suposição mais antiga: a de que a Arte – neste caso, a Arte literária – trata de possibilidades humanas. A interpretação clássica de Aristóteles parece fazer cadeado com a sua; este pensava na forma literária como a exposição das possibilidades, cujos acontecidos podem refluir às páginas do livro do historiador. Neste caso, poderíamos, inclusive, dilatar a interrogação até o questionamento a respeito da maior expansividade temática das obras, cuja característica é ter, em oposto das obras historiográficas, muitos mais referentes à disposição.

A respeito daquilo que caracteriza a matéria, talvez sua consideração genuína – a consideração de Croce! - que antes tentamos reduzir em síntese, seja um caminho mais curto e por essa razão exprima melhor sua qualidade essencial. Diz da matéria alguma coisa de “emotividade não formalizada”; e, à custa do rigor de seu método investigativo, Croce não escapa ao desejo de evidenciar uma inquietação sua: “Quantas vezes nos esforçamos para entender claramente o que se passa dentro de nós! Entrevemos algo, mas não o temos objetivado e formado ante o espírito.” (CROCE, p.31).

Esse caminho de domínio sobre a região que navega por meio do interior do homem, esse caminho seria melhor executado por via artística. Senda parecida foi trilhada por Ortega y Gasset. E de sua exposição é mais adequado suspeitar da expansão da palavra cultura, não necessariamente pensada em seu sentido etno-antropológico. O filósofo e historiador espanhol parecia colocá-la mais perto do lugar onde o conceito representação bate mais forte e com mais precisão. Antes tratamos do caráter circunstancial das palavras: partindo disso pensamos na realidade relativa que nisso tem lugar: atravessando o que já foi escrito, vindo das páginas de Ortega y Gasset, expusemos sobre esta a sua consideração: “A Cultura nos proporciona objetos já purificados, que alguma vez foram vida espontânea e imediata [...]” (GASSET, p.29). Nisso, verificamos o fato representado e o fato Cultura, o qual é legado às gerações pelo exercício acertado de representar as experiências imediatas.

Partindo desse conceito, poderíamos dizer que o de *lebenswelt* (mundo da vida) - um dos conceitos mais importantes da Fenomenologia de Edmund Husserl – faz pensar, em representando a simultaneidade das propriedades que caracterizam determinado objeto, no fato de que é dali, desse mundo da vida, total - e carregado *evidências originárias* -, que a atividade

artística derranca sua matéria-prima e a coloca sob seus domínios formais. Ao passo que o labor científico dele dependa, o agente o faz operando por abstração, tomando a si uma fração deste. Qualquer fenômeno, por onde quer que o olhemos, convida-nos a dividi-lo: e cada ciência corrente arranca ao *lebenswelt* seu polo de interesse. As dimensões quantificáveis, ao matemático; as dimensões históricas, ao historiador – este e aquele exemplo, de além dos exercícios científicos, comprovam a totalidade a que algumas representações fazem referência. Profundo e prolixo como Husserl, Ortega y Gasset indicara um importante ponto de reflexão.

Edmund Husserl, ao tratar daquilo que entendia ser a crise das ciências, propunha um retorno às coisas em si, apontando, pela palavra *lebenswelt*, o mundo da vida como o cenário sensível de retorno e de contraprova das argumentações – talvez o ambiente no e do qual a Arte expressiva mais se afirme pela sua capacidade de expressar-se. Este caráter é dado a ver na Literatura, cuja posição do narrador também é tocado por certa perspectiva de dilatação horizontal e de verticalismo, os quais serão entregues à discussão no final do subcapítulo seguinte. Algumas delas potencializam a si mesmas na medida em que convidam à leitura o pensamento de que estas possam ser autobiografias, ou, inclusive, crônicas ficcionais de uma época. De parcial ou total fonte de documentos a disposição, o resultado da escrita por vezes tem enclave sobre pontos alheios à vida individual das personagens, ascendendo, pela digressão, a expressão de fatos históricos e extra-humanos.

O sucesso de uma exposição artística poder-se-ia verificar no sucesso que esta teve em investir contra a matéria e vencê-la. Muito pode interessar-nos esse reconhecimento da parte estética no trato das representações, por onde, discernido o estético e conceitual, se discerne o particular do universal – sendo esta última qualidade lançada às narrativas históricas, cujo esforço entrega-se à busca de “princípio fecundo” (qual descrito por Lawrence Stone), em que os dados fácticos e sensíveis servem à exposição de uma abordagem de aspiração cêntrica e, talvez, universalizante dos dados.

No entanto, em regresso ao que está em seu pensamento acerca da abordagem intelectual duma obra, seria um mérito escapar às abstrações conceituais e compreendê-la à luz da intuição. Mas cumpre antes esclarecer bem a que referentes essas tipologias – intuição e lógica - se dedicam a expressar. Essa tarefa se completará na medida em que os exemplos (completar). Antes disso, é salutar apresentar sua filosofia ao mesmo tempo em que esta passe a ser contextualizada. À sua leitura e extração aparece a ideia de que elas pouco dialogam com autores seus contemporâneos – ao menos assim parece. Não há, ao comprido de suas páginas, as referências diretas a autores restritamente coevos ao período durante o qual sua obra havia sido escrita. As notas de rodapé, cuja presença, em dissertações recentes, conferem um acerto

entre as partes individuais debruçadas sobre a matéria, não aparecem. Talvez isso seja consequência de sua “austera rotina de autodidata” referida por Omayr José de Moraes Júnior, autor cujo trabalho de tradução ao português implicara na análise, ao menos dentro dos limites de um tradutor de quem não se pede uma bem elaborada apuração, do todo que é a obra do filósofo e historiador italiano.. Seu pensamento inspirado nas obras de autores desprendidos no tempo e no espaço como Hegel, Giambattista Vico, por exemplo, diz algo a respeito de seu trabalho intelectual.

No entanto, parece que, desde que a literatura imbuíra-se de um realismo característico do Séc XIX – evoca-se aqui, a forma romanesca a que dera vazão a Stendhal tentar criar uma longa Crônica do Século XIX no seu conhecido *O Vermelho e o Negro*; e também, na exposição alongada Balzac empreendera símile esforço ao escrever, no decorrer de algumas décadas uma Crônica de Época a que dera o nome de *A Comédia Humana*. – os trabalhos literários demonstram mais e mais força de trabalho histórico. Isso foi referenciado antes, na parte durante a qual, partindo do ensaio de Lawrence Stone, tocou-se nas exemplificações dos Romances Históricos.

Mas a narrativa moderna – na ficção caracterizada pelo desafio literário que consta em ler Joyce, Proust ou Virginia Woolf por conta de sua “decomposição da continuidade temporal” (BURKE, p.334) – fez com que nascesse em Siegrified Kracauer, a propósito das formas artísticas (quer cinematográficas, quer literárias) abordagens sociológicas importantes. Muitas delas representadas pela ideia fundante de compromisso social, de resposta às conjunturas da experiência individual e coletiva de determinado período. Afirmar a correspondência ingênua entre estas ideias – de autores apartados pelo tempo e pelos conceitos limítrofes de cada disciplina - seria excessivamente analógico, até mesmo anacrônico. No entanto, estas e aquelas exemplificações dão conta de fazer pensar na possível relação entre *materialiter* (proposto por Croce) e a *formaliter* (o resultado final alcançado no trabalho estético).

De certa forma, essa anunciação vem a convergir com o que exposto antes. E embora o estudo de John Jay Chapman e Lionel Trilling rejeitem, em partes, a atenção essencialmente polemista e combativa da Arte, mantêm-se aqui a abordagem nem muito longe da erudição desses dois autores, tampouco muito distante da ideia segundo a qual há encadeamentos possíveis entre as obras e seus respectivos contextos.

Não ocorreu a Lionel Trilling que talvez exista, não sob a forma do erro mas sim do acerto, uma correspondência íntima – ou, como ele diz, erótica – entre e realidade experimentada e criação literária. Não fosse assim, como poderíamos responder às questões

históricas levantadas com o primeiro texto de Duarte Paranhos Schutel? Aliás, sua inteligência suspeitara da mente que une, de forma direta e irrefletida, ambas as coisas. Lionel Trilling não só rejeitara como também combatera a má utilização desse conceito. Tomemos este exemplo: ao tratar da criação crítica de V.L Parrington (um historiador e estudioso da literatura) escrevera o seguinte: Parrington

“Acredita que exista uma coisa chamada realidade; uma coisa única e imutável, totalmente externa, irreduzível. A mente dos homens pode oscilar, mas a realidade é sempre confiável, sempre a mesma, sempre fácil de ser conhecida. E a relação do artista com a realidade é concebida por ele como simples. Sendo a realidade fixa e dada, o artista deve deixar apenas que ela passe por ele como uma lente no primeiro diagrama de qualquer livro elementar de óptica [...]” (TRILLING, p.29).

De certa maneira, Lionel Trilling reitera, pelo *não* ao argumento que combate e do qual discorda, que o artista vai à realidade para corresponder às suas exatas proporções. Trata-se, portanto, de uma visão essencialmente documental da literatura para a qual, como ele menciona – imutável, externa, irreduzível – a realidade é representada sem constrangimentos ou quaisquer outras complicações nascidas da dificuldade do labor artístico. Com as suas preferências ideológicas, estes (os autores) iriam até lá (à realidade) a fim de extrair os acontecimentos para seu texto. Tratava-se dos escritores liberais dos anos 50 – escritores de língua inglesa, sobretudo. E se pararmos por aí, Lionel Trilling afirma, estaríamos em erro. Ao se testar a exatidão desse exercício, o resultado pode ser uma leitura em que o valor humano e universal das personagens fica escondido sob o enfeito que pede por “adulações de concordância” a que faz referência.

Como já havia escrito sobre a facilidade de reconhecer nas obras a realidade/contexto em que foi escrita, foi escrever também seu desgosto a propósito da intenção e crença de levar a sério demais essa correspondência. Se a realidade é simples, como ele menciona mas não acredita que o seja, é também complexa. Mais complexa parece ser, ainda, essa intimidade entre contexto e criação literária. Mas é preciso recordar que, como crítico e estudioso da literatura, seu trabalho empenha argumentos em favor da riqueza literária da obra. Aliás, para além do exercício crítico – por assim dizer, próximo à filologia - Lionel Trilling fizera incursões pela criação literária. Assim sendo, suas impressões assumem forma empenhada de musicidade e bom alinhamento de palavras: e no melhor dos casos, seu estudo

evoca fenômenos do passado de forma rápida, isto é, de modo que chegue à sensibilidade superior pelo caminho mais curto.

Isso posto, cumpre pensar que o acerto de Lionel Trilling revela um erro na outra ponta. De certa forma, entre alguns acertos, apenas um erro aqui interessa. Para o bem, ao menos, um erro menor – evidenciado unicamente pela intenção declarada do autor. As dezenas de linhas ao comprido das quais revela seu aborrecimento com o “rebaixamento geral de *status* da literatura” (TRILLING, 2015, p. 131) afastam o não haver percebido que sua obra mesma é reflexo – ou parece ser – de ma época. Se sua análise é rica em argumentos fortes e constantes contra e a favor de autores canônicos de seu país, economiza na reflexão de seu próprio nascimento. Sua obra mesma é sintoma de uma preocupação externa – o caráter progressista da literatura norte-americana no período da Guerra Fria. Ainda que Trilling descreva os novos gostos e opiniões de leitores que, já não aceitando o antagonismo político entre suas preferências ideológicas e as expressões vivas nas obras literárias progressistas, por si só não diz tudo.

A energia com que Trilling examina determinados aspectos da representação, fora acompanhada pelo objetivo de assinalar, a partir dos autores de maior divulgação no período, que as ideias no mercado eram as ideias liberais. Pela longevidade de seu argumento, muita coisa pôde ser discutida; no entanto, sua denúncia às deduções obrigatórias de obra e contexto confrontam-se com a própria iniciativa de discernir, da e pela Literatura, uma modalidade conhecimento das situações humanas sensíveis, as quais se tornam o próprio fato estético evidenciado por Benedetto Croce.

2. 2. A Verticalidade das Representações Literárias

No caso do trabalho literário de Duarte Paranhos Schutel, o fenômeno político não aparece em destaque; este fenômeno surge com ênfase em seu diário – só ali o escritor Duarte Paranhos Schutel escreve como a pessoa Duarte Paranhos Schutel, amadurecido e pronto a escrever o que antes escrevera sob a capa do pseudônimo. Mas basta colocar sobre a sua expressão artística um mapa de contornos sociológicos para que, de sob ele e por meio de sua obra – se assim o queiramos definir, mais apolítica de - algumas interrogações surjam a respeito

dos contextos externos mas não totalmente alheios à escrita e reprodução de seus escritos. A análise desse contexto não é possível sem a análise – geográfica e espacial – das representações e lá por isso -, a ideia de que estas poderiam oferecer um “desafio e uma oportunidade aos narradores históricos”. (BURKE, p.335). Ou melhor: estas apresentam formas mais “decompostas” cronologicamente, de modo que, o historiador dela se apropria não só devido à sua qualidade estética, mas sim na intenção de adotar uma forma literária que seja uma ferramenta de expressão que o possibilite destacar a fragmentação do tempo. À medida que a leitura avança na reflexão seguinte, encontramos a rápida e sugestiva demonstração da inquietação do historiador Golo Mann. – filho terceiro de Thomas Mann (escritor alemão cujas principais obras, *A Montanha Mágica* e *Doutor Fausto* representam duas obras importantes de um todo que tipifica um estilo distinto daquele que deu cores tipicamente alemães às obras anteriores).

Atentos à ideia de que é salutar ter, nas impressões dos críticos literários, uma visitação assídua à crítica, cumpre assinalar as reflexões² de Franklin de Oliveira a propósito do período histórico durante o qual a literatura de língua alemã, diferindo-se dos estilos precedentes, foi assumindo um novo estilo expressivo. A singularidade diferencial do romance moderno de língua alemã seria uma capacidade de transcender o gênero próprio do Romance.

Para Franklin Leopoldo de Oliveira, essa singularidade distinguiria a literatura de língua alemã de todas as outras: da Russa, da Francesa, etc. Mas isso teve lugar no século XX, com as obras de autores nascidos entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte. Antes, o *Bildungsroman* – o Romance de Formação – encarnado e dado à leitura pelas obras goethianas e pelos autores que se seguiram, em estilo e em temas, a Goethe – era a forma típica da ficção de língua alemã. E embora tenha, como Franklin de Oliveira menciona, alcançado seu *punto oro* em autores mais recentes que Goethe, deve-se ao *Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister* seu batismo.

No entanto, durante o século XX não se pôde encontrar forma expressiva mais acostumada à combinação entre a prosa narrativa tradicional e o ensaio filosófico e histórico do que a que deu forma à ficção moderna de língua alemã. Pensando nessa perspectiva acentua-se o caráter de exceção de alguns desses textos que deram forma ao que se pôde tomar por

2 As reflexões de Franklin de Olivera que neste subcapítulo justificam a extensão de seus argumentos e o nome do mesmo correspondem à tentativa de demonstrar, pelo esforço da exemplificação, que muitas das obras a respeito das quais o autor escrevera considerações críticas, caracterizaram-se pela força de saltar da relação aproximada entre personagem-personagem e personagem-realidade externa para as grandes considerações ensaísticas entre as circunstâncias das personagens e suas situações presentes. Nesse sentido, o autor reconheceu nos romances a respeito dos quais escrevera críticas a combinação entre o Romance e o Ensaísmo filosófico. Eis nisso, pois, o verticalismo presente em seu entendimento literário: o verticalismo cujos dois extremos consistem na elaboração tradicional do romance e a elaboração ensaística.

romance-ensaio ou algo próximo disso. Sob a palavra *moderna*, entende-se: não necessariamente ao modo de hoje, mas os textos publicados até a metade do século XX. O que fez o diferente desses textos foi a segunda característica diferencial da ficção germânica, escrita por autores não necessariamente alemães, mas também austríacos: a combinação feita, de um lado, da prosa narrativa, e, do outro, da elaboração ensaística.

Guardadas as devidas proporções, a obra ficcional de Duarte Paranhos Schutel se manifesta semelhante sob certos aspectos. Mas “ensaio”, a palavra que Otto Maria Carpeaux e Franklin de Oliveira tiveram para qualificar uma das partes do gênero supramencionado não pode ser assim compreendido em sua obra. Esse estilo que tivera lugar no século XX, gerações depois, lá isso ele não foi dado a conhecer, ao menos na prosa partilhada pelo autor, à época de seus escritos. No entanto, sua análise em primeira pessoa por vezes fica a favor de determinada inclinação analítica – e talvez este fator literário venha a explicar a recepção tardia de sua obra a qual tomou-a por um gênero híbrido – algo de ficcional, algo de real.

Ao ser lido por Zahidé Muzart, Duarte Paranhos Schutel revive na introdução como um autor de aspiração histórica, de testemunho amargo, pois amargo era o novo tempo” (MUZART, 1989, p.25). Suas linhas têm muito da capacidade de narração e exame: e as personagens, sem que as possa esconder, são usadas também como elos para pensar em contextos mais abrangentes, quais sejam: a imigração alemã e o hábito destes imigrantes. E eis aí que vemos nascer a consequência do esforço reflexivo anterior. Embora não demonstre encadeamentos reais, puxa, pelo característico das obras de língua alemã posteriores, o alcance vertical das mesmas.

Como se disse, o *super-romance* descrito por Franklin de Oliveira ao longo da introdução do importante romance de Hermann Broch, *A Morte de Virgílio*, seria um estilo de capacidade superativa da espécie narrativa precedente. Superativo porque, em relação de convergência e divergência com o passado literário de seu idioma – influenciado pela narrativa romanesca e tendo em mira a elaboração de períodos longos a partir dos quais deparamos um romance-poema - , esse tipo a que Franklin de Oliveira dá o título de *super-romance* tem, muitas vezes, um fôlego que pela descrição de fenômenos históricos emerge e alcança expressão. Descrições narrativas e elaborações de caráter filosófico adquirem unicidade nesse estilo. Mas cumpre pensar, sobre a *Massambu* e sobre os romances que, para Franklin de Oliveira, atendem pela alcunha de *super-romance*: basta que uma forma se modifique para que o gênero romance deixe de ser o que é? Em *A Massambu*, de Paranhos Schutel, os diálogos alteiam a obra ao grau do romance, ao passo que achamos, confirmados pelos estudos sobre a matéria, elaborações cujo acerto relativo cobre a nossa certeza classificatória e faz evadir-se. E

a respeito do tema, resta-nos ainda outro fenômeno: o ensaio na prosa. As páginas, por onde a análise, passando para o interior suplantando a narração, assumem a forma

O breve e todavia interessante estudo de Franco Moretti, *O Romance: História e Teoria* (2009), como todo o estudo que torna-se do interesse da História e da Literatura, aponta os fatores históricos e literários do gênero Romance. Este estudo, motivado por três dúvidas teóricas: “por que os romances são escritos em prosa; por que tão frequentemente são histórias de aventuras; e por que houve, ao longo do século XVIII, uma ascensão do romance na Europa, e não na China” (MORETTI, 2009, p. 201) abrem brechas ao pensamento que aspira à história. Instala-se aqui de modo que possamos tomá-lo com bom proveito.

Excetuando a última dúvida, ao pé da qual nosso estudo não oferece nem busca oferecer nenhum argumento, as duas indagações primeiras são importantes. Suas dúvidas empurram o próprio de um problema literário para o espaço à roda do qual a ciência histórica adquire função primacial ou no mínimo auxiliar. Em primeiro lugar, a escolha pela prosa se operara na decisão literária de Paranhos Schutel. Fato foi que outrora seus textos foram publicados segundo a tradição desta forma literária de exposição. Seus trabalhos literários eram algumas destas obras ricas de prosa a que o instinto classificatório dos estudos literários dá o nome de *novela* ou *romance*. Mas além desse elemento demarcatório de um gênero, há, de outro lado, o fator *enredo* na obra. Percebido assim, ele nem sempre tem lugar nas obras poéticas, por exemplo. Pois que o enredo, a espinha dorsal da obra à qual Northrop Frye entrega sua definição de algo que “consiste em alguém fazer uma coisa” seja algo pertencente às ficções novelísticas é dado a ler no grosso das ficções literárias, ao longo das quais as ações das personagens emulam as possibilidades reais de existência. A percepção da constância do haver alguma coisa sendo realizada, assim definido por Northrop Frye, não desabitua nosso entendimento do fato de que, muitas vezes, alçada ao grau das circunstâncias do perigo, da viagem, estas assumam a categoria de aventuras.

Ou ainda: o fator aventura, embora atenuado pela análise mesma. Pensando nesse problema duas vezes, primeiro como uma propriedade íntima do gênero romance, depois como um fator historicizado cujas transformações não passam ocultas pela análise histórica, podemos deparar o seguinte na ideia José Ortega y Gasset, rearticulada por Jorge Luiz Borges ao fazer seu passeio crítico da obra *La Invenion de Morel*, de seu amigo Adolfo Bioy Cazares.

O escritor argentino apresentara uma ideia segundo a qual as peipécias e aventuras – isto é: os acontecimentos que imprimem novos destinos às narrativas e às personagens – foram o que menos importou para o público reconhecido por Stevenson, autor da obra *O Médico e o Monstro* (1896). O fato psicológico parecia vencer o fato do enredo. Tal

compreensão, ditada por Stevenson para o público leitor inglês, contra o que tomava por distinções equivocadas entre a pretensa superioridade intelectual de uma obra intimista em relação às obras de aventura, entra aqui como uma porta de saída à reflexões mais próximas de nossos objetos, sobretudo àquelas em que vivem as dimensões de aventuras e relatos de viagem – fonte de discussão para os historiadores.

Por exemplo: o interesse pela *alteridade* como é o do historiador, que em geral arranca aos escritos, mesmo ficcionais, matéria dentro e entre a qual se possa intuir a relação entre civilizações, etnias, modos de ser, fica expresso na consideração de... : Eis sua exposição: “Os trabalhos dos historiadores, cientistas sociais, antropólogos conduzem à reflexão de que as viagens e seus relatos são marcados por uma experiência de alteridade, pelo encontro com o “outro”, pela construção de um olhar sobre o “outro”. Nesse sentido, a começar pela exposição ensaística, passando pelo estudo literário, chega-se ao estudo histórico sob uma natureza distinta de interrogação. Esforço semelhante de análise empreendera Jorge Luiz Cunha, pois é por um de seus estudos, que o conceito de (auto)biografia aparece recortado diante à abordagem historiográfica, para a qual seria importante acrescentar como matéria os títulos catalogados como textos pessoais e ficcionais.

Mas ao desdém reconhecido por Stevenson, porém, Borges contrastava a sua entrega elogiosa às obras de tal categoria para as quais dava uma consideração que as fazia subir às alturas de um *rigor intrínseco* não facilmente reconhecido. Mas percebe-se, contudo, que esse valor literário é um valor literário/estético. Nesse sentido, alçava tal gênero ao grau de importância por via do reconhecimento técnico de quem escreve um texto aventureiro. Ora concentrado no contexto inglês em que, segundo ele, os leitores britânicos “desdenhavam um pouco as peripécias e achavam ser prova de grande habilidade escrever uma novela sem argumento ou com argumento infinitesimal atrofiado.” (BORGES, 2016), pensara também, de muito se servindo para falar de seu período, no contexto da literatura de língua espanhola.

A passagem crítica de seu prólogo, cuja concordância com o grosso dos leitores que preferiam o psicologismo literário ao caráter de aventura, intriga e trama nas ficções, é desestimulada pelo elogio feito à aventureira obra *A Invenção de Morel*. Nisso, marcara o seu desejo de mostrar a importância que se representa nas aventuras firmadas no plano ficcional. Nesse sentido, ao evocar o estudo de José Ortega y Gasset, a *Desumanização da Arte (1926)* – estudo no qual não deixamos de ler o tom contrafeito do autor em relação às formas que os estímulos da época radicaram na Arte, mas, também, na literatura – evoca também, de dentro dele, alguns símbolos expositivos cheios da incompreensão da validade das obras de aventuras. A enfática desconsideração pelas aventuras – para o que disso se entende sabemos haver

correspondência, ao menos indireta, com os textos de viajantes -, . As preferências pelos títulos de conteúdo psicológico percebidas a princípio por Stevenson reaparecem nesta consideração: a de “ser muito difícil, hoje em dia, inventar uma aventura capaz de interessar nossa sensibilidade superior”. O que menos se pretende elucidar com demasiado fôlego é o fato do contexto em que essa ideia foi publicada. No entanto, essa ideia, por páginas abaixo, encontra a noção de que também os textos de viagens, sobre os quais não há desapoio de análise que impeça a percepção de certo alcance de aventura, não podem abrir à leitura mais que o nível o qual, se não imediatamente inferior, bastante abaixo deste a que, erigido à força de expressão dos movimentos interiores , se diferencia pela nota psicológica do texto. Nesse sentido, Gerson Roberto Neumann, nos termos usados pela disciplina debruçada sobre estudos literários, evidenciara o fato desse gênero ser tomado por gênero *inferior*. Em seu estudo *Literatura, narrativas e migrações. Reflexões e perspectivas (2019)* o autor traz, a seu modo, o fato exposto e lido

Uma forma expositiva que consta de análises históricas e filosóficas, isto é, um texto que com o entusiasmo da progressão por zonas alheias à narração romanesca, descreve e elabora digressões de alcance mais amplo do que a só descrição de acontecimentos narrados de acordo com a ação individual das personagens que a compõem. Neste sentido, o narrador não teria o empenho único de descrever uma cena, elaborar uma intriga, provocar um clímax. Pelo contrário: o esforço literário gastar-se-ia na escrita de destinos colaterais e todavia superiores às figuras humanas sujeitas a estes: tragédias epocais, dramas intelectuais e históricos passam por entre as páginas desse gênero literário.

A responsabilidade da clareza e, nem sempre, da qualidade literária em si, dá lugar à *irresponsabilidade* autônoma de, ao partir de um acontecimento fictício, qualificá-lo, colocá-lo em um quadro reflexivo a partir do qual se possa descrevê-lo à base de uma elaboração ensaística. Os menores referentes, portanto – para não falar nos maiores -, são pontos de partida para um plano mais abrangente.

A contemplação do assunto, do tema, do pano de fundo à frente do qual transcorre o enredo têm sua contraparte material nas longas e variadas páginas ao longo das quais o assunto principal deixa de ser as ações possíveis das personagens. E ocorre que por vezes, sem malformar o contexto histórico, algumas dessas obras aspiram à comunicação com o período em que a obra vai sendo redigida e publicada. Do contexto para a criação e deste para o contexto presente é o itinerário comum que teve lugar, ao menos, na obra que bem representa essa natureza narrativa: o romance *A Morte de Virgílio*. No entanto, foram a capacidade de síntese e habilidade retórica ganhos com a leitura assídua desses romances que tornou possível

Franklin de Oliveira afirmar que, nestes casos, as personagens não são necessariamente figuras humanas possíveis, mas sim a cultura, a civilização.

Relações intertextuais empreendidas entre o grosso das obras literárias de língua alemã destacadas por Franklin de Oliveira e as obras principais de Duarte Paranhos Schutel tropeçariam pela ansiedade da conclusão. Tanto que não só o idioma e o contexto anulam a busca, mas também a barreira do tempo entre ambas deve ser destacada. E ainda outro fator espalha-se como empecilho: a baixa divulgação da obra *A Massambu*. Das ficções supraditas até o texto ficcional de Duarte Paranhos Schutel são mais de um século: e não cremos que entre os espaços temporais entre este e aqueles haja influências determinantes. Esta e aquelas obras guardam especificidades próprias e causadas por uma época diferente. A diminuição do encargo narrativo corresponde ao carregar a possibilidade de análise e apreciação do contexto. Mas o não haver parentesco entre ambas, evidentes e por ressaltar não proíbem, no entanto, o pensamento de que, também a obra *A Massambu* tem ligação com certa verticalidade narrativa. Dito de outro modo, o desenvolvimento analítico detém o desenvolvimento narrativo das personagens. Nisso, suas considerações apresentam a arte das expectativas.

A fim de não perder o sentido inteiro de sua exposição, cabe aqui evocar o trecho integral de sua ideia: “Os super-romances são súmulas civilizatórias, sínteses enciclopédias de um determinado tempo social e humano, nas quais o grande personagem é a cultura (cultura tanto no sentido humanístico do termo, quanto no sentido etno-antropológico). A cultura de uma época, de uma sociedade, eis a sua matéria” (OLIVEIRA, p.11). Por que de tal fenômeno, o autor não responde. Mas poderíamos espichar sua percepção até o período criativo de Duarte Paranhos Schutel, pois este tomara não só as figuras humanas como personagens. O rio *A Massambu* não aparece incerto; antes aparece sob a forma do título da obra.

Tendo espalhado um pouco de luz sobre o que fez a distinção das ficções literárias de língua alemã, Franklin de Oliveira destacara a missão literária dessas obras. Nesse sentido, é importante destacar, de longe ao menos, o contexto a partir do qual o aspecto linguístico se precipitara em relação aos conteúdos de ação das personagens. Com ela e através dela a expressão final da obra ganharia o alcance vertical proposto ou alcançado por circunstâncias diversas. Mas em primeiro lugar, a escolha pelo não arrancar à terceira dúvida de Franco Maretti do por que o romance ter se expandido na Europa e não na Ásia matéria para reflexão foi uma tentativa mas não exatamente um fato. Indiretamente, ela aparece aqui, quando para os argumentos de Franklin de Oliveira podemos lançar mão das considerações pouco airoas e até combativas de Wilson Martins a respeito das semelhanças e diferenças dos romances, ou, ainda, das distinções fundamentais que têm lugar entre os romancistas e escritores. Mesmo a se

debruçar sobre a literatura, moderando-lhe os excessos modernos, não é negligenciada, por outro lado, sobre na conta de históricas haja vista seu esforço canônico de entender a época romanesca desde as obras de Balzac até a obra *Ulysses*, de James Joyce.

Para Wilson Martins, só há para alimentar a linguagem a trama e o enredo, sendo que, depois de *Ulysses*, a linguagem, retroalimentando a si ao longo das inovações mostradas a princípio, se transformara em “vítima ou objeto das mais furiosas manipulações”. Preferências estéticas à parte, o fato é que a sua afirmação caminha como que tomando a hermética obra de James Joyce como um ponto de inflexão, para menos e para pior. Que quererá dizer, então, sua afirmação de manipulação de que a linguagem fora vítima? O que quer que isso signifique, aponta, é certo, às perspectivas segundo as quais a linguagem torna-se, de certa forma, a protagonista da história; e que o enredo não trilha o trilhado pelos autores clássicos. É clara a sua preferência pelo grosso das obras cuja forma clássica ocupa-lhe o centro, o início e o fim. Mas foi, pois, um destes argumentos que fizeram pensar na diferença entre o psicologismo literário e o tratamento psicológico do autor para as suas personagens – dimensões distintas, embora semelhantes. Sendo assim, o caráter documental das obras de Duarte Paranhos Schutel, onde ao largo de suas descrições o externo vai ao centro de sua atenção,

No caso do trabalho artístico de Duarte Paranhos Schutel, é o que há de mais aproximativo entre o seu gosto e o que foi feito por parte de Insulano, pseudônimo do autor da obra. O julgamento que disso se faz é o haver a impossibilidade de efetivo encadeamento de influências entre o estilo moderno e o estilo do qual Duarte Paranhos Schutel lançara mão e, depois, com o qual escrevera. Mesmo a tratar dos fenômenos geográficos, humanos – políticos muitas vezes -, Duarte Paranhos Schutel o faz de modo claro, sem inovações na forma nem na linguagem. Mas pouco ou nada, a não ser o fato de sua obra anteceder o ponto de viragem percebido por Wilson Martins (a obra *Ulysses*, de James Joyce) é a figura explicativa mais forte dessa escolha por expressar-se sob a forma quase epistolar de um relato. Esse fato faz colocarmos a grande distância as possíveis inquietações a respeito da carga de influências literárias que pesaram na escrita e no desenvolvimento literário de Duarte Paranhos Schutel, ao menos no início de sua carreira como escritor, no Rio de Janeiro. Se houve influências decisivas, não foram aquelas ficções modernas que as comprovam.

Mas esta pergunta cuja inquietação nos dá uma experiência didática da Literatura em seus aspectos históricos, podemos pensar na verticalidade temporal de um autor ao outro. No interesse da matéria literária, bem como no dos estímulos antecedentes que a influenciaram, Harold Bloom, em *O Canône Ocidental* e em *A Angústia da Influência*, ornamentara uma importante inquietação a respeito da História que faz peso sobre a espontaneidade dos

escritores. De semelhante ideia nasceu a de David Lowenthal, que em *Como Conhecemos o Passado* (1998), reiterara, pela referência ao ensaio *Tradição e Talento Individual* (1989), de T.S Eliot, o *fator passado* que se encarna nas escritas dos autores, mesmo naqueles mais vanguardeiros. De entre a inteira massa de escritos referentes à criação literária, talvez este seja o que melhor represente a História que está a assistir, em sua simultaneidade de forças, o novo escrito. De Homero aos mais recentes, a Tradição da Arte Escrita faz com que o escritor “não tenha sua significação completa sozinho” (ELIOT, 1989, p.39). Essa conclusão não se desmancha diante a percepção de nossos objeto: mesmo Zahidé Muzart reconheceu, no estilo do autor Duarte Paranhos Schutel, a influência de Machado de Assis e Lawrence Sterne – os dois atenuados pela força de originalidade do autor.

Os termos de carne poética: “caducidade dos mortos”, o “escrever não somente com a própria geração a que pertence em seus ossos” não discutem o campo historiográfico mas a ele interessa. Revelam que, a partir da consciência histórica – formal e literária -, uma obra nova tenha mais história do que originalidade, embora a imitação completa deva ser, segundo o poeta e ensaísta, desestimulada. Qual T.S Eliot, Harold Bloom crê que ninguém escapa à influência dos escritores das épocas antecedentes, e entende que a maioria a evita com insucesso devido à angústia aniquiladora das inteligências médias, ao passo que os escritores canônicos não só absorvem esta herança como também atenuam-na com outras – dos idiomas os mais diferentes -, de modo que possam dar forma a uma obra original, propícia o bastante para ser levada à Tradição.

Talvez a comprometer este estudo e o de Harold Bloom, tenha se usado da expressão *espontaneidade*, como a indicar a independência dos estímulos que partilham da mesma época durante a qual a vida literária do escritor vai amadurecendo. Segundo Luis Fernando Martins de Lima (autor que se dedicara à recepção das obras de Harold Bloom no Brasil, cujos fatos literários sul-americanos convidaram-no a construir pedras a que a criação imaginativa de Macondo, de Gabriel Garcia Marquez e a criação imaginativa de Yoknapatwaha, de Faulkner refratam perspectivas análogas de criação), de desde o Romantismo, os escritores “nasceram com o sentimento de que chegaram tarde demais ao universo literário, o que lhes causaria imensa angústia” (LIMA, 2009, p. 21). Em outras palavras, o fato propriamente histórico que envolve a criação consta exatamente da presença inegável da História, seja na poesia, seja na prosa do romance.

Ao descermos abaixo dessa ideia, podemos compreender a sua base: sem descer das percepções fragmentárias da literatura de seu período, este crítico e historiador buscava, pelo alcance de seu catálogo de obras, mostrar que um bom autor poderia escrever essas dimensões

com uma linguagem não fragmentadas. Elas levaram o contexto alemão ao plano vertical de suas representações literárias. De certa forma essa percepção vai ao encontro da de um dos três principais receptores dos trabalhos artísticos de Hermann Broch no Brasil. Foram três principais: Anatol Rosenfeld, Otto Maria Carpeaux e Paulo Quintela. O estudo de Daniel Bonomo, *Recepção Lusófona de Hermann Broch – Período 1959 – 2015 (2016)* nomeara os três, destacando destes a apreciação de um gosto pelo tom psicológico da obra.

Assim compreendida a obra de Hermann Broch, os períodos menos vibrantes não são, portanto, aqueles que correspondem à ausência de intriga narrada: podem ser, antes, aqueles durante os quais está ausente a alta capacidade artística de armar-se de recursos retóricos a fim de representar o drama – a decadência, o infortúnio, a crise – de sua cultura, de sua civilização. O que se perde em ação se ganha em análise contextual.

Os principais acontecimentos que dizem respeito ao contexto alemão – A Primeira Guerra, o Nazismo – detém a atenção da leitura e não se encolhem sequer durante o tempo necessário para que as personagens assumam vida fora do elo de encaixe entre suas experiências possíveis e seus respectivos cenários de época. Mesmo recorrendo a um sentido mais qualitativo de cultura do que etno-antropológico a que Franklin de Oliveira por último faz destaque, seu argumento se perfaz de uma consciência histórica das obras. E eis por que suas eventuais separações entre Boa e Má literatura se oferecem (sobretudo em seu estudo a respeito dos efeitos caudatários da semana de 22) carregadas da necessidade de seleção. Se Otto Maria Carpeaux estabelecia a nata da literatura destacando, em *História da Literatura Ocidental*, que “tanto mais durável é a obra quanto mais universal foi o símbolo”, Franklin de Oliveira, então em sua preocupação com as ficções modernas de língua alemã, destacava a afirmação desse gênero pelo sacrifício da narrativa em nome da *verticalidade* da representação. Algumas das coisas representadas – os referentes materiais e imateriais representados no texto - ganham expressão equivalente à do enredo (qual entendido por Northrop Frye).

Nesse sentido, um só ponto da consideração exigente de Otto Maria Carpeaux não aparece na sintética abordagem de Franklin de Oliveira. Esse tom expansivo das obras, depois da só exposição das personagens, o mais presente e o que mais a qualifica a e a distingue, se verificaria em sua capacidade de *inventar civilizações* – talvez não em seu sentido literal mas sim em seu sentido figurado, ou seja: em seu trabalho na conta de romancista, mas, também, na de ensaísta. Dito de outro modo, o caráter expansivo das obras – expansivo e também condensado, que “cresce por saturação” – centraliza a exposição de um conhecimento histórico que se conhece na literatura.

É digno de nota que a leitura dessas representações afirma, pelas partes mais fundamentais, a antiga e, no entanto, curiosa interpretação de Franklin de Oliveira. Os romances a que dá destaque têm muito daquilo a que ele chama *mural de época*. Nesse sentido, convém acrescentar, com nossas palavras, a riqueza expressiva do autor: uma leitura desatenta poderia tomá-las (as obras) por um punhado de textos simples e de entretenimento, quando elas são, por aquilo que as distinguem e as classificam, uma *radiografia* de determinado tempo. De certa forma, as memórias conservadas dos romancistas a respeito dos importantes fenômenos alemães registram-se na ação de concessão subjetiva às leis do romance por parte de seus autores – suas memórias chamam às palavras. Seria bastante

Há na obra para cuja publicação no Brasil ele atuou como prefaciador, uma *circunstância histórica*. E essa capacidade, não sei se diga radiográfica, se testemunhal, é dada a ver em outras obras do período. Tal é registrado e dado ao público com a referência aos títulos e autores das obras. E ela não fica é exposta como casual aparição; como se disse antes, as páginas de Hermann Broch são páginas de sugestão ao contexto histórico em si – e, em que pese o trabalho artístico de Duarte Paranhos Scutel, a Massambu não orienta-se sob critérios muito diferentes. Sobre os contextos que correm fora do alcance imediato das personagens, Duarte Paranhos Schutel disso dá expressão em notas de rodapé, com o cuidado de um realismo cuidadoso que fez nascer, durante e após sua leitura, a dúvida a respeito da classificação de sua obra.

Sem mencionar o resto que é próprio de sua consideração que vai desde a percepção do alcance “além fronteiras” da obra de Duarte Paranhos Schutel até as influências machadianas do texto, Muzart, ao reconhecer na exposição de Duarte Paranhos Schutel a hibridez de seu texto (quais os fatores de testemunha, quais os fatores de enredo ficcional) reconhece também a capacidade historiográfica do autor da obra. E levando o efeito de sua análise ao encontro do que foi exposto nas linhas últimas do parágrafo anterior, o haver notas de rodapé, quantificados e concluídos no total de 19, estabelecem bem sua conclusão a respeito da hibridez do texto. Narração e relato individual congregam-se ao ângulo de observação da autora. Se não por critérios estéticos idênticos aos que tiveram lugar nos textos de língua alemã do início do século XX, ao menos pela sugestão histórica. Se não sob a forma do ensaio, ao menos sob a forma do relato. As impressões a respeito de alguns imigrantes que têm vida em seu enredo participam, então com a rigidez da opinião pública de um político, em seu último texto, *A República vista do meu Canto*. Pois de entre tudo o que foi escrito por ele nas décadas que se seguiram à publicação de seu romance-relato, nenhuma obra se comunicara com mais clareza de ideias com a que fechou o círculo intelectual desse autor.

Algumas inferências que pudessem ser feitas a seu trabalho poderiam destacar as correspondências: impressões entregues à semelhança. Mas a distância cronológica e linguística que, em matéria de literatura, a tudo limita, aqui apresenta veto: no entanto, entre estas obras literárias conhecidas também pela recepção crítica avançada e pelo empenho tradutório de um dos mais importantes intelectuais radicados em Porto Alegre, Herbert Caro,

Mas ora bem, duas páginas inteiras se escreveu a fim de apresentar os vários exemplos que assinalam a volta dessa interpretação que toma por objeto um bom número de ficções literárias de língua alemã do século XX. Embora elas não apareçam às dezenas na consideração crítica de Franklin de Oliveira, a correspondência formal entre ambas serve à conclusão de certo estímulo temporal. Elas não reservam similitudes por pouca coisa. E, ao lê-las, identificamos a amplitude histórica nelas representada. De certa forma, esse fenômeno literário vem a quebrar as ideias que correspondem ao ceticismo – às vezes acertado – em relação ao caráter documental de um bom número de representações.

Essa extensão vertical por onde de ponta a ponta, vai a ser representado, pela conciliação entre o ensaio e o romance, parece também ser expressão da escolha pelas narrações em terceira pessoa. Nisso cumpre trazer a percepção de Cláudio Pereira Elmir que em sua tese *A História Devorada: No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo (2002)* não vê a importância do texto perder-se pela escolha dos textos em terceira pessoa. Ao contrário, disso se intui que o narrador, ao assumir esta posição equidistante, assume também uma posição onisciente com a qual faz com que nenhuma perturbação interior ou externa escape à seta da imaginação.

3. A OBRA A REPÚBLICA VISTA DO MEU CANTO

Ao ano de 1889, Duarte Paranhos Schutel, então com 52 anos completos, dá início à escrita de seu derradeiro livro, a obra *A República Vista do Meu Canto*. Essa foi uma obra rematada no final de sua vida e só postumamente publicada, em cujas páginas foram escritas, à mão e de modo incompleto, opiniões sobre a República no Brasil e seus posteriores efeitos. No ofício de apresentação da autora Rosângela Miranda Cherem à obra republicada em 2002, tal registro sobre a categoria e natureza dos homens que integravam a alta-roda da República levava o título de *Registros sobre a infâmia*, e de modo a apresentar a obra *A República Vista do Meu Canto* ao público, tivera a autora, nessa frequência de relatos contra a infâmia e corrupção republicana, o terceiro aspecto presente na obra de Duarte Paranhos Schutel, antecedido, em primeiro plano, com a narração do encontro que tivera com a obra de Duarte Paranhos Schutel e, em segundo e já referente à forma da obra e seu conteúdo, às características da obra.

A confissão e o protesto, essas são as qualidades mais prevalentes de seu último trabalho literário. A confissão, sob a forma de um texto feito aos moldes de um diário, para cujas datas há ora um título, ora apenas instigantes denúncias que se seguem à transcrição das datas; o protesto, lá e cá presentes, cujo alvo é, quase sempre, a República e, não menos importante e nada infrequente, os seus líderes. Transformado de médico em político muitos anos antes, a atividade literária possibilitou criar, pela força da linguagem, aquilo que uma importante pesquisadora de sua obra última, Rosângela Miranda Cherem, entendera por uma interessante fonte para “leitores e estudiosos da atualidade” que, em posse de obras da mesma natureza de *A República Vista do Meu Canto* podem nelas encontrar “um caminho para imaginar o que os homens imaginavam e assim tentar compreender as diferentes colorações e nuances de uma época” (CHEREM, 2002, p. 24). Nesse sentido, todas as notas da obra, como que feita nos moldes de um diário, tratam do tema da recente república do Brasil, e as linhas que a compõem não menos do que elas. Mesmo os períodos mais comprometidas pelo contato de ideias sobre ideias (fala-se aqui dos trechos confusos, das referências incipientes, dos lembretes e anotações que escrevera para si) expressam alguns bastidores do trânsito que tivera Duarte Paranhos Schutel pelo âmbito da política catarinense e, também, nacional.

Em *A República Vista do Meu Canto*, muitas são as notas e datações que testemunham sua reserva, sua desconfiança e seu temor em face da República e em face daquilo que ela representava ou poderia vir representar à época. E, com muitas notas de semelhante quantidade, o autor também se dirigira, em embates pessoais e públicos, contra os líderes

republicanos, um dos quais Floriano Peixoto, a respeito de quem escrevera, assim como no *Jornal A Regeneração* notas a propósito de Visconde de Taunay, boa quantidade de linhas.

No entanto, se a obra *A República Vista do Meu Canto* reservara proporções semelhantes aos textos polêmicos do *Jornal A Regeneração* (recorda-se aqui o tempo durante o qual Duarte Paranhos Schutel, em franca disputa eleitoral com Visconde de Taunay, escrevera uma série de textos dirigidos ao oponente) o mesmo não se afirma sobre a correspondência possível com e entre as obras anteriores e autorialmente relacionadas ao pseudônimo *Insulano* (o pseudônimo remetia, à época de sua juventude literária, ao aspecto ilhado de um observador que enxerga, de longe, o fluxo dos acontecimentos) com o qual o mesmo escrevera prosas e poesias. A obra *A República Vista do Meu Canto* se afirmara por um modo distinto de expressão: nela, o autor assim como em outras obras também não publicadas e que antes se caracterizavam por notas íntimas, pessoais e, até mesmo, incompletas, escrevera notas, denúncias e apelos de modo alheio aos princípios de ordenação que orientaram alguns de seus escritos anteriores.

Aliás, a característica incompleta das muitas das notas que, juntas, conferem à *A República Vista do Meu Canto* o aspecto símile ao de um diário, pareceu, ao autor Iaponan Soares – estudioso da literatura catarinense -, uma característica que também estivera presente, segundo o seu gosto e opinião, na biografia artística do autor Duarte Paranhos Schutel. Indiretamente e segundo o autor, algumas de suas produções ficaram largadas à sorte. E pelo que se depreende do breve e todavia amplo resgate cronológico das produções literárias de Duarte Paranhos Schutel feito por Iaponan Soares, em *A República do Meu Canto* e mesmo antes dela, a feição desorganizada e íntima – sem edição, tampouco correção dos trechos ilegíveis - aparecera no processo artístico do autor, bem como em suas produções textuais cuja divulgação ficara comprometida e obstada devido aos trechos ilegíveis escritos à mão.

Nesse sentido, pelo que se lê da *Notícia Bibliográfica de Duarte Paranhos Schutel* redigida por Iaponan Soares – uma *Notícia* preparada para a reedição de uma das mais proeminentes obras de Duarte Paranhos Schutel, *A Massambu*, em 1989 -, entende-se que tal característica dispersiva de criação artística foi uma nota constante em sua trajetória intelectual que, segundo Iaponan Soares, se evidenciara diminuída defronte às atividades de médico, de jornalista e de político – todas elas atividades e ocupações com os quais Duarte Paranhos Schutel se tornara mais reconhecido, embora, diga-se, a ocupação literária tenha sido coetânea, sobretudo no início de sua carreira médica, aos anos em que o autor, lenta e gradualmente, foi e projetando como tipógrafo, editor e literato.

Reconhecendo a proeminência das ocupações de Duarte Paranhos Schutel no âmbito de uma profissão liberal e no alcance das ocupações públicas como Deputado ligado ao Partido Liberal Catarinense – e assim, de certa forma, segundo o que, Duarte Paranhos Schutel líder foi até o advento da República, Iaponan Soares reconheceu a atuação artística do mesmo um reconhecimento parcialmente desproporcional aos conseguimentos artísticos do autor. De certa forma, Iaponan Soares reconheceu na trajetória artística do autor uma ovação ocultada devido à baixa divulgação de seus escritos – e desse parcial ostracismo e baixa ampliação de leitores de sua obra, Iaponan Soares tivera como causa explicativa não somente o espectro de suas ocupações profissionais e públicas, como, também, a desorganização de seus escritos anteriores. Além disso, o autor Iaponan Soares, cuja trajetória intelectual também recebera a atenção que o levava à condição de acadêmico da Academia Catarinense de Letras, entregara à própria conduta do autor parcela da responsabilidade pelo seu gradual ofuscamento: e isso porque, segundo Iaponan Soares, Duarte Paranhos Schutel, mesmo depois nos anos durante os quais adotara o pseudônimo Insulano, entregara “à própria sorte o destino de seus escritos” (SOARES, 1989, p. 22).

No entanto, cumpre destacar que, embora feito de modo relativamente indisciplinado, o conjunto de sua obra, malgrado o ofuscamento, (reserva correspondências sobre as quais supor certo planejamento individual do autor em escrever uma obra como a que escreveu de 1889 até 1900. Em relação à *República Vista do Meu Canto* de desde, ao menos, três décadas antes, o autor havia meditado na escrita desse livro, ou, ao menos, na escrita de um livro similar a este – em prosa, mas não ficcional, distinto das lendas (uma das quais a obra de nome *Um Raio*, obra que, embora prestasse contas à materialidade e circunstâncias da Província de Santa Catarina consistira numa de suas criações não publicadas) : em 1857, passando por boa parte do ano de 1858, Duarte Paranhos Schutel redigira, num caderno, um texto a que dera o nome de *Viagem a S. Catarina, em férias de 1857 a 1858*. No mesmo ano da publicação de *A Massambu*, um texto de nome servira como um molde rudimentar de um trabalho descritivo semelhante ao suprarreferido texto. Nesse sentido, a simpatia por uma obra que expressasse suas opiniões ao modo de um diário esteve em exercício desde os anos durante os quais Duarte Paranhos Schutel escrevera *Viagem a S. Catarina em férias de 1857 a 1858*

Em *A República Vista do Meu Canto*, com reflexões, registros e linhas ao longo dos quais por vezes não há conclusões ou informações que se correspondam – esse é um característica da obra, ser por vezes incompleta e lacunar, cujo tema por vezes resvala para outro sem indicação alguma, tendo apenas como indicador dum tema algum traçado rude e horizontal que afasta um argumento de rarefeito nível de acabamento do seguinte, quando não

interrompido por um intervalo que se afirma por uma nota pessoal, escrita como um lembrete de suas leituras e ordens do dia e para a semana -, o tema principal da obra é a República no Brasil.

No que alude ao tema da obra e à sua motivação pública, é importante avisar do seguinte: na obra há muitas notas que dizem respeito à condução pública do modelo republicano; e um tema escrito em tanto tempo (nos quase dez anos ao longo dos quais o autor, atuante em suas funções públicas, a despeito da referência criticamente combativa ao bom número de comandantes militares da República (alguns dos quais, e com ênfase, Floriano Peixoto – comandante que recebera, ao longo do escrito, várias atenções, uma das quais dedicada ao iminente julgamento como “homem público”, em Novembro de 1894, cujo mandato, naquele ano, teria chegado ao fim), de entre os comandantes e presidentes militares, o que se tornara objeto direto de sua iniciativa literária havia sido Prudente de Moraes, a quem Duarte Paranhos Schutel escrevera significativa quantidade de pedidos e reclamações a propósito da organização do Brasil. Curiosamente, a preocupação com o vulto político de Prudente de Moraes fez parte da época durante a qual Duarte Paranhos Schutel.

Além do direcionamento literário à figura de Prudente de Moraes, houvera outros assestamentos críticos cujo alvo não guardava o aspecto de um presidente mas que, todavia, guardava, direta ou indiretamente, determinada relação com a República - fosse como um entusiasta renhido, cuja exemplificação Duarte Paranhos Schutel reconheceu no impulso contestatório dos jovens, fosse como algum escritor de obras doutrinárias em benefício da ideologia republicana, um dos quais Benjamin Constant. E a maior parte deles tinham como objeto não só as ações públicas de seus desafetos, como, também, o modo como esses, uma vez levada a cabo a implantação da República, se davam com a política no Brasil.

Da metade da obra para o final, sobretudo quando o autor cada nota que se afirmara pela comunicação aberta a Prudente de Moraes experimentara, em si, um pedido e com ele uma preocupação. Coube ao autor, de hora chegada o mandato de Floriano Peixoto, vigiar os passos seguintes da política republicana, doravante comandadas por Prudente de Moraes. Com fortes críticas à República e a seus governantes (no livro há críticas igualmente e de menor frequência direcionadas aos entusiastas da República, alguns dos quais os jovens de que faz crítica como sendo eles adidos a uma “geração toda tocada” pela mentira feita por aqueles que a ela davam lições republicanas), esse escrito teria sido dirigido, no ano de 1895, ao Presidente da República Prudente de Moraes, embora estivesse sendo redigido antes, provavelmente desde 1889, precisamente a partir da data correspondente à primeira nota do livro, em tudo referente ao dia e aos eventos pessoais, públicos e profissionais que se seguiram à data da Proclamação da

República no Brasil, quando o autor, a exercer ainda seu cargo público na Assembleia de Santa Catarina, viu-se a testemunhar o encerramento da sessão do dia 15 de Novembro por ocasião da notícia que até ali havia chegado.

Segundo a nota, a notícia proveio de um lugar não informado na obra (como muitas notas da obra, alguns fatos ficam ocultos), mas é curiosa a forma com a qual a notícia tocara as dimensões da sessão da Assembléia de que Duarte Paranhos Schutel fazia parte. Além disso, como a Assembleia e, nela colaborando, seus representantes, reagiram à nova situação contida na notícia. Cumpre informar também que, a despeito do direcionamento metade público, metade pessoal à figura de Prudente de Moraes ter tido lugar no ano de 1895, o exercício da escrita dessa obra teria se encerrado no ano de 1900, portanto um ano antes da morte do autor Duarte Paranhos Schutel, em Florianópolis.

Nesse literário esforço último, Duarte Paranhos Schutel demorou-se mais de uma década, dos idos de 1889 (a data do início de seu diário, precedida, na edição recente, por um proêmio do qual não se lê datação: 15 de Novembro de 1889, com um relato muito evidente de sua recepção da novidade política republicana, ao longo do que, afora as palavras ilegíveis cuja significação não foram recuperadas mesmo na forma editada, expõe ao leitor o que sucedera a si e a seus companheiros a propósito da proclamação da República) aos meados de 1900, um ano antes de sua morte. A data última que consistira na última nota do livro: 05 de Outubro de 1900, para cuja data, sem título e com três parágrafos sucintos, lamentando a sorte triste da nação brasileira, não chega a encontrar palavras com que se despedir do empenho literário e do seu leitor para o qual, no trecho seminal da obra, expõe uma introdução com a qual buscara encontrar-se “justificado diante do leitor”

Cabe assinalar que a autora da obra biográfica que se debruçara sobre a trajetória política e literária de Duarte Paranhos Schutel, tendo em mãos apenas a edição manuscrita do livro, informara do proêmio com que a edição definitiva iniciara a obra, o fato de que este, assim como as outras notas que integram a obra, tenha sido escrito *a posteriori*, isto é: alguns dias depois da data respectiva à nota. Ao passar os olhos pelo que consta no seu escrito notamos a sinceridade de quem escreve desassombrado de um olho leitor³, e disso, desse fenômeno de ninguém impor exigências sobre suas opiniões é representado logo ao início da obra. Da forma mais íntima que havia, o livro foi tudo uma confissão de suas opiniões e de suas atuações públicas ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, fosse como político, fosse como um

3 Justifico a frase pela noção de intimismo e privacidade que um Diário reserva. Num dos escritos do psicanalista Contardo Calligares, *Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos*, publicado na revista carioca Estudos Históricos, está presente essa noção. O autor esclarece os motivos por que se afirma o ato da escrita de um Diário: a confissão, a justificação.

sujeito em cuja vida os anos que se seguiram à data de 1895. Seus temas são A República nos Estados Unidos do Brasil e os destinos que dela fizeram suas lideranças, com frequência e ênfase denunciadas pelo autor. Com estas palavras o autor abre seu livro de memórias, como que a encontrar-se compreendido perante seus leitores:

“Conquanto as minhas ideias, os princípios que sempre professei, sejam bem conhecidos, pois não os escondi nunca nos tribunais da imprensa, do parlamento e dos comícios, em artigos, programas e discursos de cerca de trinta anos, tão emaranhadas andam hoje as opiniões políticas, tão revirados os crentes e tão falsos os rótulos assim como os próprios conteúdos, que não será demasiado o meu propósito.”

(SCHUTEL,2002, p.41)

Conhecida foi sua atuação pública no Desterro e suas opiniões, mas nem tudo que fez ou opinou bastou para anular o empenho em escrever esse texto em que do início ao fim revela, pela linguagem de Duarte Paranhos Schutel, os descontentamentos, os anseios – numa palavra: as impressões que tinha (e teve) a propósito do Destino do País e dos anos que antecederam a Proclamação da República no Brasil. O livro *A República Vista do Meu Canto* não foi publicado à época; isso ocorreu no ano de 2002, com a edição do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. e, após o trecho correspondente à data de 05 de Outubro de 1900, onde, o autor com bastante veemência vai do deslumbramento dos acontecimentos à denúncia da expansão pública destes, o livro encerra-se no horizonte de algumas palavras ilegíveis. É um diário, de fato. E, além disso, foi uma obra incompleta, diferente das demais que a antecederam e às quais Duarte Paranhos Schutel deve o reconhecimento como Acadêmico de Letras do Estado onde atuou como político.

À época em que iniciou a escrita desse Diário, as outras atividades que, em simultâneo, dividia com a de Político, já haviam sido finalizadas. Por circunstâncias alheias à sua vontade, os cargos a que devia seu tempo e inteligência foram cedendo às novas condições. Em 1883, com 46 anos, afasta-se ao dever obtido com o cargo de Comissário Vacinador e Inspetor de Saúde Pública dos Portos da Província. Motivo: problemas de saúde. Mesmo a sua candidatura em 1884 havia dado em terra com a convocação de nova eleição para o pleito de deputado à Assembleia Geral do Império. Antes eleito, exercera durante pouco tempo o cargo no ano de 1885. Três anos antes da escrita de *A República Vista do Meu Canto*, em 1885, falece seu pai, a 29 de setembro, no Rio de Janeiro.

Com a argúcia de conhecedor da matéria literária, às vezes com veemência, outras com humor, sempre trata dos acontecimentos públicos que tinham lugar no Brasil. Assim como em

A Massambu, a geografia, a política e muito que tem a ver com as duas são representadas na obra final de Duarte Paranhos Schutel. A contraparte simbólica de seus pensamentos, que são as palavras, é aberta com aquilo de que sabemos se tratar de uma justificação, uma justificativa de seu empenho digressivo e íntimo. Com que justificação estava a escrever esse Diário? Para quem estava a escrevê-lo? Esta resposta, encontramos no *Proêmio de A República Vista do Meu Canto*: “**Simples noticiarista poderia fazer bom papel**, destacando de tudo isso, **para o limbo** essas apreciações e essas tiradas que só de mim se ocupam.” (SCHUTEL, 2002, p.41). Duarte Paranhos Schutel justificava seu ofício ao modo de alguém que, por exclusão, abandona as ocupações por que poderia ser tomado. Não queria justificar-se pela posição social, nem pelo valor de cronista ou historiador.

Aliás, ao fim da vida, dizia-se não ser cronista (cronista não, dissera); tampouco se tomava por historiador (historiador, muito menos, afirmara). De uma e da outra classificação escapara pelo novo sentido de vida que estava a atribuir a si: a de noticiarista de acontecimentos públicos e de si mesmo. Contardo Calligaris, em *Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos*, destacara três motivos para o dar-se a escrever um diário. E dos três motivos, tomemos este, não registrado na nota anterior: a de invenção de um novo sentido. Duarte Paranhos Schutel, escrevendo sobre os fenômenos de sua época também escrevera sobre seus próprios limites e sobre aquilo que a análise do Proêmio – o início de seu discurso, de seu texto - revela-nos a habilidade que o premiou do autorreconhecimento em afirmar-se noticiarista, com o que pensava fazer bom papel e achar-se justificado para o limbo – o futuro, talvez.

E junto e abaixo de sua justificação expusera:

“Antes de começar a dizer o que me parece do que se passou de novembro de oitenta e nove para cá, com respeito aos públicos negócios, é indispensável mostrar a disposição do espírito em que então me achava para que bem se possa compreender a feição do ânimo que ditou as apreciações, os juízos, a escolha do assunto e até o estilo do que escrevi.”

(SCHUTEL,2002, p.41)

Com o supradito trecho – uma das aberturas do que viria a seguir – apresentava-se, mais uma vez, o escritor Duarte Paranhos Schutel, quer tratando do estilo com que escreveu, quer escolhendo os assuntos descritos. Muito embora a obra ser aberta com o Proêmio referido e com o detalhamento de circunstâncias de sua vida e de seu tempo sob a forma de uma datação, momentos houve em que, refugando às datas, Duarte Paranhos Schutel usara de títulos a fim de, à maneira digressiva de escritor, expor suas ideias. São os casos onde, em lugar dos números,

expõe as palavras que dão nome e título ao texto que se segue a elas. Um desses casos expressa-se com o título *Ridículo* (correspondente à data de 19 de agosto de 1890), sob o que escreve, em algumas linhas, uma crítica a certo militar “sem disposição de manobra”, aparentemente a epítome de toda a natureza castrense de que desconfiava e a que dirigia ataques à época do Governo Militar no Brasil.

Nesse trecho do Diário – o primeiro que leva um título e não uma data - não fica claro se o *Comandante Militar* a respeito do qual escreve logo abaixo do título é o Comandante do Brasil ao tempo em que Duarte Paranhos Schutel esteve a escrever a sua última obra. Que quererá representar esse Comandante? Não podemos saber, mas as várias coisas escritas que se seguiram a tal comentário (combativo como muitos dos que tiveram lugar em *A Regeneração* ao tempo em que Duarte Paranhos Schutel foi redator principal e editor) convidam-nos a supor o grande enlace que, envolvendo outros tantos comentários a respeito dos Militares Brasileiros da época, dá a forma de unicidade contra o que ele entendia ser *A República* nascente do Brasil. O texto deixa ao leitor essa possibilidade metonímica, como se o Comandante Militar estivesse a representar a Classe Militar.

No entanto, no que se refere ao texto em si, a disposição climática que atravessava o dia da escrita – efeito caudatário dos sete dias anteriores durante os quais caíra forte chuva – é a condição abaixo da qual os militares, em marcha, desfilavam com as fardas de que se revestia a liderança política do quartel. Assim abre o registro de sua memória do dia 19 de Agosto de 1890: “Hoje (19 agosto) pela manhã, mais um **espetáculo ridículo** deu o Comandante Militar.” (SCHUTEL, grifo meu). E o ridículo da ocasião representada consistia na vaidade e presunção de tal Comandante: o desejo de ver-se reconhecido entre os seus e entre os de fora.

O Comandante narrado, entretido em manter seu prestígio pela vaidade com sua imagem pública diante dos fotógrafos, parece estar a representar o ridículo da República que fazia Duarte Paranhos Schutel recusá-la. Os holofotes e reconhecimentos que o Comandante pudera ajuntar para si pareceram a Duarte Paranhos Schutel o caminho para a Vaidade – e isso é dado a ver quando diz que quem “tem por dever rigoroso realçar o prestígio, o respeito e o pundonor de tão importante posição” encontra propriedades aproveitáveis aos tiranos. São tão incisivas suas críticas que Duarte Paranhos Schutel parece ter reservado o espírito de jornal a que se acostumara.

Modo distinto de escrita foi o que teve lugar nessa obra última do autor: diferente das demais com as quais alcançara publicações em folhetins e revistas das quais era colaborador (fosse como proprietário da tipografia do jornal *A Regeneração*, fosse como colaborador em outro jornal desterrense), esse escrito reúne suas impressões a propósito do tema que se anuncia

logo no título: A República no Brasil. Ao passo que os escritos precedentes fossem poesias e textos em prosa, este livro último é apenas um registro de suas ideias que ora se expressam como um pequeno ensaio sobre um acontecimento público, ora sob o registro de um evento pessoal, como uma leitura ou uma solicitação de sua vida prática, quer seja como político, quer seja como amigo de um correligionário ou leitor das obras que circulavam no país, uma das quais do escritor português Eduardo Prado, proeminente. Em outras palavras, as linhas da obra são como que as de um diário, pois para cada anotação há uma data que a corresponda – datas que autor, em momento e período algum, se furta de registrar, embora para algumas dê um título, um breve e pequeno título, por vezes fragmentado e não datado, integrados, aí sim, a uma parte do manuscrito.

Sem que houvesse publicado nenhum outro escrito há muito tempo – desde os escritos de caráter científico, de âmbito da profissão médica (muitos deles aprovados para publicação e correspondentes às normas que o rigor da academia exigia, uma das quais) passando por muitas das obras curtas (em prosa e poesia, muitas delas publicadas em jornais de circulação nacional nos quais autores estrangeiros eram traduzidos e, também publicados) passaram-se muitos anos -, redigiu esse escrito, com cujo título – o título que se anuncia como *A República Vista do Meu Canto* - anunciara algo que pudesse ter valor para o conhecimento de suas ideias e impressões. E tanto assim fez que, servindo-se das páginas iniciais daquilo que seria, ao longo de mais de dez anos, um longo manuscrito não publicado em vida, escrevera uma introdução, ao longo da qual nem evento algum nem considerações de leituras assumem lugar, mas, sim, os fatos e argumentos com os quais encontrar-se ia justificado como autor.

Lê-se, pois, nessa obra última de Duarte Paranhos Schutel a consequência descritiva do serviço polêmico e franco de sua escrita – em outras palavras, compreende-se nessa obra a resultante do papel que a ele atribuíra o escritor e estudioso catarinense Iaponan Soares no ano de 1989. Num de seus ensaios consagrados à carreira literária de Duarte Paranhos Schutel, Iaponan Soares atribuíra ao empenho literário de Duarte Paranhos Schutel o papel de “articulista doutrinador”, bem como o de “poeta satírico”. Nesse sentido, em relação ao primeiro papel atribuído por Iaponan Soares a Duarte Paranhos Schutel – a saber: à tendência política de Duarte Paranhos Schutel, a respeito da qual Iaponan Soares concluíra seu ofício de “articulista doutrinador” -, topa-se, em *A República Vista do Meu Canto*, precisamente numa nota correspondente à data 15 de Março de 1894, com uma expressão confidencial na qual se discerne o seu gosto partidário da sua franca desilusão com a República no Brasil. Em *A República Vista do Meu Canto*, há trechos em que o autor abandonara a descrição de determinado evento político do país para escrever sobre a doutrina da qual se tinha por adido.

Em sua análise introdutória à edição tardia da obra, ao evocar a trama machadiana presente em *Esau e Jacó* – evocara-se disso o diálogo entre conselheiro Aires e o “dono de uma confeitaria” não se passara muitas linhas sem que a autora colocasse à disposição do leitor o vínculo entre a obra de Duarte Paranhos Schutel e um contexto bastante amplo, dentro do qual, além dos confrontos que tiveram lugar na chegada e implementação da República, outros fenômenos ocorreram. Também houvera determinada distinção entre as párias da República e aqueles que possuíam e que estavam, segundo o prisma da autora, no extremo superior e ao mesmo tempo muito próxima daquilo a que ela chamara “camada dirigente” republicana. (CHEREM, 2002, p.28).

Nesse sentido, cumpre destacar que tal frequência de denúncias a que a historiadora Rosângela Miranda Cherem, ao trabalhar na edição definitiva da obra, não deixara de fazer referência levou-a a referenciar a obra *Os donos do Poder (1957)*, de Raymundo Faoro – e assim o fez na intenção de tocar num ponto onde se discerniria as distinções entre o estamento burocrático do Império e o da República, muito comentado por Duarte Paranhos Schutel ao longo de sua última obra.

Aliás, nesse ano – 1889 - cuja ressonância faz-nos pensar na Proclamação da República do Brasil, o sujeito que também atendia pelo apelido Paranhos (diga-se, o sujeito que também atendia por um apelido de origem portuguesa cuja significação, no entender de Iza Vieira Grisard – uma de suas biógrafas -, poderia ser tomado por “lugar no gozo de privilégios concedidos pelo Rei, conforme o Anuário Genealógico Latino, página 26” (GRIZARD, 1999, p. 31)), inicia a escrita do referido livro, o primeiro e único desse gênero em sua trajetória literária. Médico, político e literato (poeta e romancista, para não dizer editor e tipógrafo do Jornal *A Regeneração* – semanário em que Cruz e Souza iniciara, em Santa Catarina, o caminho das letras), nascido em 1837, no Desterro – Duarte Paranhos Schutel, no ano da Proclamação da República e à época amadurecido pelos anos de político e pelo empenho literário que preencheu parcela significativa de sua trajetória (assim foi no curso de medicina, de cuja turma – uma das primeiras da instituição -, no Colégio D. Pedro II, fora orador; assim ocorreu também na atividade jornalística), inicia a escrita de seu último texto: *A República Vista do Meu Canto*, escrito apenas publicado postumamente e de cuja leitura e acesso os Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina serviram como suporte até o ano de sua edição, em 2002. Este esforço criativo – íntimo e também pessoal, de ponta a ponta povoado de trechos ilegíveis e lapsos descontínuos -, cuja materialização assumiu em 2002 a forma de um livro e para o qual o autor entregou o título acima, acompanhou-o durante os anos

últimos de sua vida, durante a qual antes e além do encargo público como deputado estadual, havia sido escritor e médico de atuação no Desterro.

Aliás, a geografia de seu sepultamento, no estado de Santa Catarina, e, a isso posterior, a ressonância e sensação pública que ganhara expressão nos meios opinativos do Desterro em cujas páginas alguns correligionários manifestaram homenagens ao finado político e escritor ajudam a compreender que, não obstante o autor houvesse se dedicado ao tratamento literário da República no Brasil de um modo aberto e muitas vezes alheio às fronteiras políticas entre os diferentes Estados, muitas vezes seu texto passara por algum evento local relacionado a quantas ia a situação recente do Estado catarinense em face da República e sua superveniente implantação. Expressão disso está no que segue: no ano de 1894 isso se dera por mais de uma ocasião: entre as várias notas coincidentes ao ano de 1894, aquela que levava o título *Caldas* (em referência ao desembargador Francisco Antônio Vieira Caldas Junior, morto em Santa Catarina sob o fogo da represália à Revolução Federalista) é uma das que melhor assinalam o efeito sangrento da chacina de Anhatomirim⁴ e a expressão literária que disso fez Duarte Paranhos Schutel em *A República Vista do Meu Canto*.

Expressão dessa preocupação esteve, também, no retorno do escritor para a sua Província, em novembro de 1900, sob a condição de enfermo e saído da Corte, no Rio de Janeiro, onde vivera, como consta numa edição do *Jornal Sul Americano*, durante seis anos, de 1884 a 1900. Ao preço de redigir as notas a punho em dois Estados diferentes, a escrita de *A República Vista do Meu Canto* havia sido escandida pelo intervalo entre a sua atividade como deputado na Assembleia Provincial de Santa Catarina – o seu prestígio, então, já bastante elevado sob a condição de Vice-Presidente – e o seu exercício público como representante na Assembleia Geral do Império.

Em *A República Vista do Meu Canto* - por ocasiões diversas seu foco de observador mergulhara em cheio nos acontecimentos locais, para os quais, ora com um título, ora com a só datação correspondente à data da escrita, o autor dedicara suas opiniões sob a forma de um relato elogioso e, também, temeroso do futuro de sua terra. Embora o estudo de Rosângela Miranda Cherem, ao destacar o fato de ter Duarte Paranhos Schutel, a partir de 1895 (época em que o autor residira na capital federal), escrito as notas da sua última obra desinteressado “em

4 A fim de oferecer melhor detalhamento da Chacina de Anhatomirim, cumpre expressar, aqui, o estudo do historiador Gunter Axt, *A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil*. Em que pese a perspectiva ampla dedicada aos fenômenos da Revolução Federalista em três Estados do Sul do Brasil, o referido estudo dedica atenção, também, à Chacina de Anhatomirim, no ano de 1894. Segundo seu estudo, no eixo das manobras militares de Floriano Peixoto (este mesmo, à época, sequioso de reconquistar o Desterro) ocorreria, como um cruel e trágico desfecho, o massacre de Anhatomirim – morticínio do qual até 189 pessoas tiveram sua vida ceifada.

estabelecer contato com outros intelectuais, escritores ou jornalistas daquela cidade” (CHEREM, 2002, p.31), cumpre escrever que uma das notas que melhor exprimem sua inclinação frequente às circunstâncias catarinenses corresponde àquela que fora escrita em 12 de Setembro de 1890. Nessa nota, ao adentrar no âmbito geográfico da Província de Santa Catarina, (o autor a reconheceu no desenho topográfico da Antiga Província que teria, ao Norte, o Rio Negro e o Iguaçu e, a oeste, a República Argentina) o mesmo destacara que tais e tais limites corresponderiam às condições topográficas que entregavam à Província catarinense a oportunidade de tornar-se uma Suíça Brasileira.

E para o autor Duarte Paranhos Schutel, nem o aspecto ilhado da Província anularia essa possibilidade. Pelo contrário, na nota de 12 de Setembro de 1890 (nota que não leva título algum) o autor escrevera o seguinte, referente à idealização que alimentara quanto ao possível futuro da Província: “E nem pareça que sua posição marítima fosse um obstáculo a essa ideia; com efeito a grande extensão de suas costas, suas ilhas, e seus portos, mais **favoreciam um tal futuro**” (SCHUTEL, 2002, p. 355). Mas afora o interesse pela Província de Santa Catarina existente na nota, é digno de menção que, malgrado a referência escrita por Rosângela Miranda Cherem ter consistido na afirmação segundo a qual Duarte Paranhos Schutel, de 1895 em diante, teria se desinteressado de jornalistas e intelectuais do Rio de Janeiro, não deixando “guardada nenhuma impressão a respeito” no livro (CHEREM, 2002), a mesma nota levava o correspondente a uma exclamação de alívio, quiça comemoração. Uma vez exposto o que o autor pensava do futuro possível da Província catarinense, na mesma nota, registrara “Tempos livres da Imprensa!”, em franca alusão a uma situação que tinha por positiva da imprensa no Brasil.

Além disso e ainda então respectivo à relação entre Duarte Paranhos Schutel e a Província de Santa Catarina, posto que seu enterro tenha ocorrido em Santa Catarina e lá o autor tivesse exercido sua função pública ao longo de muitos anos, há muitas notas que nada informam que não de um acontecimento recente local – a saber: sobre algum evento estadual e que todavia tivesse relação com o fenômeno político republicano, razão de ser de sua derradeira escritura. Exemplo dessa preocupação é o exercício jornalístico do autor que, em 1894 - a essa altura, já tinham elevado o autor Duarte Paranhos Schutel até um importante cargo na Assembleia Geral do Império -, sem tomar parte das edições de *A Regeneração*, teria escrito um texto de nome *Anhatomirim*.

O expressivo número de mortos em Anhatomirim, a respeito do que, ainda no ano de 1894, Duarte Paranhos Schutel escreveria mais algumas laudas reflexivas a propósito da história e das insurgências à época recentes que por lá ocorreram, levava o autor a escrever, em

30 de Abril de 1894 – isto é: seis dias depois do violento episódio -, uma nota de característica informativa, onde se reuniram, depois da lamentação do ocorrido, uma série de relatos incompletos, entre eles um que indicara, pelas palavras, um *massacre*. Como que a tomar de empréstimo uma frase que lera e de cuja fonte não há indicação, Duarte Paranhos Schutel, ao reportar-se à notícia de *Anhatomirim* abri-la sua exposição com uma lamentação para a qual não encontrara, na primeira linha, uma conclusão; tão somente escrevera: “Mais uma cena desoladora vem hoje reabrir as feridas ainda gotejantes do coração catarinense[...]” (SCHUTEL, 2002, p. 131).

Nisso incluído, o gosto pela ideologia liberal e os eventos que do partido liberal catarinense do qual Duarte Paranhos Schutel fazia parte por vezes transparece na escrita de seu último livro, ainda que sob a forma de variados fragmentos parcialmente ilegíveis. Numa das primeiras notas da obra – numa nota correspondente ao dia 17 de Novembro de 1889 -, como a não só registrar seu desagrado mas também lamentá-lo, Duarte Paranhos Schutel expressara a passividade do Partido Liberal diante de uma série de eventos relativos à República recentemente instalada. Diante dos fatos que consistiram no “Imperador embarcado para a Europa” e nas “trinta ou quarenta pessoas na rua” (pessoas que, segundo seu relato, gritavam “Viva a República!”) - diante dos “Foguetes” e de passeatas militares que enchiam a cidade com música e foguetes, Duarte Paranhos Schutel registrara, por último e num alinhamento reduzido o “Partido Liberal passivo.” (SCHUTEL, 2002, p. 44).

Além disso, por mais que fossem fatos sabidos a ascensão e reconhecimento público que caracterizara sua carreira pública no Desterro, nessa data – 15 de Março de 1894 - Duarte Paranhos Schutel escrevera um pouco das experiências que arrancara à saga política da qual fora agente – e em se tratando de seu autorreconhecimento como um político educado nas doutrinas democráticas, traz ao leitor não só a bandeira política que estendeu, mas, também, a surpresa que a ele trouxera a República, discernindo, com isso, sua preferência política e o seu desgosto pelas doutrinas que, segundo o autor, diziam respeito à República:

“Afeito, meu espírito, por mais de 30 anos de vida pública, educado nas doutrinas democráticas nas lutas ativas do Partido Liberal, e finalmente, já formado pela experiência e o estudo, não me surpreendeu o grito da República, senão pela maneira com que se apresentou.” (SCHUTEL, 2002, p. 116)

Diga-se, além disso, que nessa nota em cuja extensão nos deparamos com a sua predileção pela doutrina liberal, da qual Duarte Paranhos Schutel se teve por afeito e, também, por fiel defensor e durante 30 anos partidariamente vinculado, o tema dos eventos que a República levava no bojo aparece em primeiro plano. Com a descrição das dificuldades e

violências republicanas o autor iniciara essa nota. Sendo assim, os eventos entendidos como “campanhas mortíferas”, como “crimes”, enfim, como todas as “medonhas cenas de cruel maldade” a que o autor testemunhou e para as quais encontrou responsabilidade e causa no ano de 1889 em diante, são frequentemente denunciadas, do início ao fim da obra.

Uma vez que a biógrafa de Duarte Paranhos Schutel, Iza Vieira da Rosa Grisard, revelara, em 1999, o direcionamento público e, mais do que isso, o direcionamento também pessoal da obra cujo alvo seria o então presidente Prudente de Moraes, cumpre reconhecer que algumas das notas da obra são reversões das opiniões do autor às condutas assumidas por Prudente de Moraes diante do que se havia dado no Brasil republicano. Uma crítica reconhecível como tal – como individualizada a Prudente de Moraes - em um primeiro momento aparecera somente no ano de 1894, E nessas críticas e denúncias direcionadas a Prudente de Moraes intervêm alguns temas muito presentes na obra: as suas condutas públicas – em Novembro de 1894, numa nota de nome *Herança*, o autor despendera três longos parágrafos em benefício de sua mordaz crítica a, e outras ainda mais instigantes são relatadas na obra, como, por exemplo, a dúvida tanto do que deveria fazer Prudente de Moraes diante dos exilados políticos e – como ele aplicadamente escrevera – como, também, do que

3.1 A República Vista do Meu Canto e os escritos de A Regeneração

A respeito da última obra de Duarte Paranhos Schutel, cumpre escrever o seguinte: de qualidade e natureza distintas das outras obras literárias que haviam sido escritas pelo autor e que, para cuja possibilidade de expansão, o mesmo encontrara meio de as publicar e as divulgar nas colunas literárias de jornais brasileiros (recorda-se aqui, a guisa de exemplificação, o romance *A Massambu*, publicado em folhetim na *Revista Popular*, do Rio de Janeiro, entre 1860 e 1861, em onze edições), muitas das quais de títulos diversos, cronologicamente relacionadas ao tempo em que o autor estudara no Rio de Janeiro o curso de Belas Letras e, depois, o curso de Medicina, essa obra última resgatara algo da função que exercera quando tipógrafo e redator do Jornal *A Regeneração* – órgão de imprensa vinculado ao Partido Liberal Catarinense, da qual Duarte Paranhos Schutel, além de coordenador, havia sido proprietário da tipografia até o ano de 1885.

Mas reconhecidas as correspondências entre a escrita combativa de Duarte Paranhos Schutel e de seus correligionários em *A Regeneração* e a linguagem que foi usada em *A*

República Vista do Meu Canto, cabe aqui uma breve recuperação histórica do que constituía esse órgão de imprensa e do que nele se publicou. Em síntese, o bissemanário *A Regeneração* havia sido um veículo de imprensa em cujas edições reconhecia-se a doutrina liberal professada por Duarte Paranhos Schutel – e mesmo esse aspecto doutrinário dá, também, a profundidade e o tom de confiança ao seu último livro em que, apesar da não divulgação à época de vida do autor, reunira, contudo, muitas de suas opiniões referentes à República do Brasil e, o que é mais, às suas consequências no tempo que, na obra, partem de 1889 e vão até 1900, um ano antes da morte do autor, em Florianópolis.

Em síntese, no tocante aos temas presentes em *A Regeneração* e nos outros jornais catarinenses que comungaram da mesma época e dos mesmos motes políticos, o breve estudo de Marcos Holler e Débora Costa Pires, *Os jornais como fonte para a história musical do Desterro (2011)* revelara, não obstante tratar de um desses temas (a saber: a evolução musical catarinense como eixo central de pesquisa), o caráter opinativo e polêmico dos jornais que ambos os pesquisadores tomaram por fontes de estudo. Malgrado o foco direcionado à produção musical em Santa Catarina, ambos os autores expuseram, numa contribuição musicológica e todavia parcialmente historiográfica, algumas contribuições que estão para além do contexto musical no Desterro. Nesse sentido, o estudo apresentara a relativa correspondência entre os jornais desterrenses (não só o bissemanário *A Regeneração* como também *A Estrela*, *O Conservador*, *O Santelmo*, entre outros que circulavam pelo Desterro) e o contexto histórico em que as diferentes fontes de consulta foram publicadas, de 1831 até os anos finais do Império. Sendo assim, cabe expressar que o estudo ajudara a compreender os fenômenos que habitaram a transição do Império para a República sem deixar de esclarecer, para além do aspecto musicológico (quais sejam: a criação de sociedades, bandas e clubes musicais (HOLLER, PIRES, 2011), os aspectos históricos do surgir dos veículos de imprensa desterrenses. A guisa de exemplificação, a pesquisa manifestara como e quando esses jornais surgiram. A bem da síntese, a pesquisa demonstrara que os jornais desterrenses têm uma historicidade semelhante aos jornais de outros lugares do Brasil e que, assim como em demais localizações do país, prosperaram após a Independência Nacional, em 1822 (HOLLER, PIRES, 2011). E conforme o estudo de Evaldo Pauli, *Santa Catarina Colonial*, publicado na *Enciclopédia Simpozio (1997)*, ambos autores tratam do surgimento da imprensa em Santa Catarina, bastante relacionada ao crescimento da Indústria Gráfica na região, sobretudo na Capital e, mais tarde, nas cidades de Blumenau e Joinville.

Ainda referente ao contexto editorial de *A Regeneração* (um dos jornais tomados por objeto do supracitado artigo), o estudioso da literatura catarinense, Iaponan Soares, encarregado

do ofício de preparar à reedição de 1989 de *A Massambu* (um dos primeiros e todavia mais conhecidos textos de Duarte Paranhos Schutel) um esclarecimento introdutório às produções literárias pregressas de Duarte Paranhos Schutel, ao tratar da atividade jornalística do mesmo não se furtara a escrever, ainda que de modo sumário, sobre o que constituíra o direcionamento ideológico do referido bissemanário. Segundo Iaponan Soares, o jornal *A Regeneração* havia sido colocado, por parte de Duarte Paranhos Schutel, à disposição dos liberais. Ou seja, na conta de um porta-voz do Partido Liberal Catarinense Iaponan Soares tivera a atuação tipográfica de Duarte Paranhos Schutel no referido jornal, do qual este só se evadira de funções legais em 1885, no mesmo ano da morte de seu pai. Isso posto, no referido jornal, o autor, assim como seus correligionários, publicavam suas ideais com as quais se propunham combater seus adversários políticos, um dos quais Visconde de Taunay – franco e tradicional adversário político de Duarte Paranhos Schutel.

Nesse órgão de imprensa Duarte Paranhos Schutel, como tipógrafo e também redator, escrevera muitas linhas, com grandes provocações aos adversários políticos que desencadearam polêmicas de igual tamanho. De certa forma, a escrita de sua última obra - uma obra confidencial e íntima - retomara o modo de articulação doutrinária, bem como o combate franco executado numa linguagem desabrida contra muitos de seus desafetos políticos que, décadas antes, haviam sido referidos em edições variadas de *A Regeneração*. Mas contrastado à atividade na imprensa, o engajamento polêmico e acusatório que está dado a ver em *A República Vista do Meu Canto* afirma-se na direção das lideranças republicanas, um dos quais Lauro Muller, a respeito de quem Duarte Paranhos Schutel escreve a respeito. Assim sendo, entre as páginas de *A Regeneração* e as que formaram o manuscrito *A República Vista do Meu Canto* vive a diferença de que, na segunda, o ideário político do autor fê-lo dirigir, nesse caso, contra as lideranças republicanas, quase que exclusivamente.

E em diversas ocasiões – senão na maior parte das vezes – essa linguagem é usada contra algumas figuras públicas que, antes e em algumas edições de *A Regeneração*, já haviam sido alvos de sua escrita combativa e contestatória que caracterizaram sua criação literária nesse respectivo jornal. Mas nessa mesma edição – a de 9 de novembro de 1882 -, a parte do jornal que se anunciava sob o título “Publicações a Pedido” teria começado com linhas bastante oscilantes entre a agressão e defesa da honra e nome de Duarte Paranhos Schutel. Sem levar a autoria, nessa seção comunicativa de *A Regeneração*, o que se segue além do título “Um Conselho ao Sr. Bayma” é um conselho a certo desafeto público do escritor e político aqui estudado – um conselho de ordem polêmica e combativa a fim de dissuadir o rival de Schutel do empenho de levar seu nome para as alturas mais baixas. É digno de menção que, em *A*

República Vista do Meu Canto, o nome de Sr. Bayma ganha expressão em muitas notas, sobretudo naquelas que incidem sobre a Junta Governativa formada em 1889.

Na edição respectiva, aconselhara-se a certo Sr. Dr. Bayma – o nome inteiro não está inteiramente exposto na edição referida - o não cansar-se em difamar a figura muito estimada de Duarte Paranhos Schutel. Entre outros pedidos que estão na nota, aquele sob o qual jaz o reconhecimento “do passado que muito o honra” demonstra não só os postos de confiança e destaque que Duarte Paranhos Schutel conquistara, mas, também, o destaque que tinha na tipografia de *A Regeneração*. Embora não esteja claro na edição, tal rival e antagonista político provavelmente era o membro do Partido Conservador Alexandre Marcelina Bayma: político a respeito de quem Duarte Paranhos Schutel escreve alguns pequenos comentários em *A República Vista do Meu Canto*. Também ele um médico, a origem maranhense desse antagonista política leva-nos a supor ser ele o alvo dos recados e imprecações que correm ao longo do texto.

Nesse sentido, excetuados os desafetos locais sobre os quais escrevera no jornal *A Regeneração* – um dos quais Alexandre Marcelino Bayma, médico, militar e, o que é mais, um dos membros da junta governativa de 1889 e, também, pai de Celso Bayma, futuro deputado Estadual por Santa Catarina pelo Partido Republicano Catarinense, no início do século XX - há trechos de *A República Vista do Meu Canto* em que o autor se dignara ao trabalho e à constância de criticar alguma ação pública de algum desafeto político e, daí ou mesmo através disso, levar sua opinião ao conhecimento do leitor. Exemplo pungente desse comportamento combativo é dado a ver nas linhas escritas contra a figura pública de Visconde de Taunay, com quem Duarte Paranhos Schutel abria acirrada disputa eleitoral em 1884 por uma vaga na Câmara Temporária e à roda do qual convivera em contínua disputa na década de 1880.

A atividade de Duarte Paranhos Schutel no jornal referido, levada à análise por Iaponan Soares, coincidira com o tempo da derrota dos liberais no Desterro. Sendo assim, a referida derrota política fortalecera as bases daquilo que Iaponan Soares, debruçado sobre a atuação de Duarte Paranhos Schutel na imprensa, chamara de *narrativa da Revolução Federalista* – em outros termos, uma narrativa com a qual os vencidos no certame eleitoral de 1868, buscavam “combater os adversários”, sendo assim os jornais um dos mais eficientes meios de comunicação para o objetivo. Derrotado o Partido em 1868, o primeiro passo a fim de fortalecer as bases políticas constituíra na criação de órgãos de imprensa, um dos quais o Jornal *A Regeneração*, em cujo corpo editorial houvera, entre tantos nomes, os de Juvêncio Martins da Costa e José Elisiário Quintanilha, ambos poetas.

3.2 A Motivação da Obra

Com graus variados de interesse e profundidade, Duarte Paranhos Schutel não se restringira como também não se furtara a escrever muitas linhas sobre a política de Prudente de Moraes, cujas palavras encaminham os temas e problemas denunciados pelo autor. São alguns deles os crimes e violências cometidos pelo governo republicano, mas, também, a evasão da imprensa que, por ocasião disso, viu-se forçada ao estrangeiro – este e aqueles temas e problemas tidos, para o autor, por coisas já circulantes nos domínios públicos e de cujos “acervos de crimes” já o país e seu povo havia denunciado. De fato, a crítica pessoal a Prudente de Moraes (críticas assim e dessa forma foram também endereçadas a Floriano Peixoto, de cujo nome lê-se o relato assíduo na obra) surge muitas vezes na obra e são, além da razão pessoal da escrita do autor, o tema frequente do livro.

Por exemplo, em fevereiro de 1895 – a saber, no meio da obra - havia sido redigida uma nota comprida, toda ela emprenhada de dúvidas sobre a natureza e causa dos crimes e excessos do governo da República. Nessa nota, de nome *Os Processos*, o autor se prolongara em suas denúncias – e repisando nos crimes de que havia dado, mesmo antes e nas outras notas, um relato, foi encontrar, entre muitos líderes republicanos, em Prudente de Moraes a causa e culpa de muitos deles. Mas seja lá o que Duarte Paranhos Schutel tivesse escrito nessa nota de fevereiro de 1895 (as denúncias passaram desde a passividade do povo diante da frequência dos crimes republicanos; caíram, mais tarde, na questão catarinense diante da República, e, depois se justificaram pela dúvida eventos narrados que, quer pelas circunstâncias de Santa Catarina, quer por algo da república .Mas respeito da data ao longo da qual Duarte Paranhos Schutel teria se dirigido a Prudente de Moraes, há um quê problema cronológico.

Em *Duarte Schutel: Escritor, poeta, médico e político (1999)*, de Iza Vieira da Rosa Grisard, isto é, nessa biografia e, portanto, no escrito mais aprofundado na trajetória política, poética e profissional de Duarte Paranhos Schutel, lê-se que a obra *A República Vista do Meu Canto* teria como data o ano de 1895. No entanto, cumpre dizer que, ao tempo em que a referida biografia foi publicada, a autora não tivera ocasião de ver a obra última de Duarte Paranhos Schutel sob a forma de uma reedição. Diferentemente da informação cronológica sobre a publicação de *A República Vista do Meu Canto*, e, em que pese a data das primeiras e das últimas notas do livro, conclui-se que o início do exercício criativo deu-se ainda na década anterior, em 1889 – e mesmo em 1895 (data pela qual a autora concluía a publicação Certo escrito seu de três décadas antes, um texto de nome e que foi escrito com o pseudônimo de

Insulano, serviu como um projeto-piloto desse supracitado escrito, mais ambicioso e alongado, cujo fim foi o mesmo que o anterior: não ser publicado, ao menos imediatamente.

A trajetória política do autor em Santa Catarina – isto é, a atuação na e pela terra para onde rumou depois de corridos os anos em que vivera em Porto Alegre antes de seguir, ainda jovem, para a sede da Corte, no Rio de Janeiro e lá matricular-se no Colégio D. Pedro II e, depois, na Faculdade de Medicina, de cuja turma havia sido o orador e com isso o segundo orador catarinense a orar pela instituição, em frente ao Imperador D. Pedro II -, essa trajetória em grande parte também associada à atividade literária no Desterro e fora dele, fornecera, nesse escrito mais que em qualquer outro, a matéria-prima de que lançara mão a fim de encontrar, para a sua obra, o tema de sua escrita: a instalação da República no Brasil. Mais que em qualquer outro escrito, este tem como contraparte histórica justamente as atuações políticas no Desterro, e ao longo da obra topa-se, com frequência, nas recordações dessa trajetória política, social e, também, intelectual, de cujas lembranças o autor extrai eventos de muita importância e, às vezes, de pouco conhecimento entre os seus correligionários e amigos. Afora os temas de interesse político, mesmo as manifestações familiares e os conflitos que disso advém são representadas nas notas da obra.

A experiência literária de Duarte Paranhos Schutel foi brevemente estudada por como uma atividade durante a qual o autor contribuíra não só no Jornal *A Regeneração*, mas, também e de modo menos frequente, no semanário com que levava ao público um escrito seu de nome *A Massambu*, na *Revista Popular*. No entanto, levadas essas informações sobre sua trajetória profissional e artística (em que também avalia-se o diálogo de suas produções literárias com os seus conseguimentos no campo da música à distante extensão de sua biografia, é preciso salientar que Duarte Paranhos Schutel também tivera trânsito na maçonaria, cujo nome correspondia, à época, ao nome do órgão de imprensa do qual havia sido editor e tipógrafo.

3.3 Duarte Paranhos Schutel e a Questão da Imigração.

Mesmo um dos estudiosos das obras literárias de Duarte Paranhos Schutel e, por extensão e com maior intensidade, da literatura catarinense em seu conjunto, Iaponan Soares registrara, em breve e sintética cronologia das criações artísticas do autor e de seu rol de desafetos que em *A Regeneração* se tornaram os referentes a respeito dos quais o autor escrevera notas, os momentos em que, editorialmente, Duarte Paranhos Schutel, a misturar

poesia e sátira, atacara seu opositor de nome Alfredo d' Escragnolle Taunay. Ao passo que em *A Regeneração* o fenômeno houvera sido mais frequente, em *A República Vista do Meu Canto* o fenômeno ganhara evidência numa nota toda ela entregue à rememoração do autor dos embates que tivera com Visconde de Taunay.

De modo jocoso, até mesmo satírico, publicara-se, em colunas do jornal *A Regeneração*, uma sátira que se tornara famosa. No conteúdo desse texto satírico criticara-se o opositor de Duarte Paranhos Schutel no certame eleitoral daquele ano de 1884. A edição digital do jornal Mas a autoria do texto, publicado sem a grafia do autor que por ele pudesse vir a responder, não está ao fim da pequena provocação à figura de Visconde de Taunay. Continuando, a análise de Iaponan Soares, tendo em vista os poemetos satíricos de nome *As Toneydas*, de franca exposição e de autoria às ocultas, saído anônimo e endereçado ao político Visconde de Taunay, sobre quem Duarte Paranhos Schutel escrevera significativo volume de críticas, fosse em razão da disputa eleitoral que se estabelecera entre cada qual, fosse em razão das diretrizes políticas que orientaram seu opositor, principalmente no que concernia à imigração europeia no Brasil e, nele incluído, em Santa Catarina, estabelecera os escritos de Schutel assestados contra Visconde de Taunay como um dos escritos que assinalam os embates contínuos de que este autor participara ao longo de sua trajetória.

Para além de toda a questão republicana que justifica o título do escrito de Duarte Paranhos Schutel e contra a qual apresenta vetos e denúncias, há também o tema da imigração, menos referido mas não menos importante. A questão da imigração expressa-se nalguns períodos da obra, e nela há tanto de denúncia como no resto do livro de memórias redigido pelo autor e postumamente publicado. Houve muita queixa e descontentamento contra a política imigratória, e isso, como todo o resto que corre ao longo da última obra escrita de Paranhos Schutel – inacabada e povoada de trechos ilegíveis pela acelerada caligrafia do autor – forma a face mais combativa da carreira literária de Duarte Paranhos Schutel, da qual a última parte corresponde às memórias e, as outra anteriores, às obras de poesias e aos romances. Ao lado da transcrição da data Junho de 1894 – mesmo ano em que disputara com Visconde de Taunay o cargo de deputado à Assembleia Geral do Império-, Duarte Paranhos Schutel escrevera o título *A Polônia Brasileira*, e com e abaixo dele, um texto combativo que, reacendendo uma disputa política anterior, atacara Visconde de Taunay e aquilo que cria ser uma má condução da política imigratória nas últimas décadas do século XIX.

Pelo que consta nos veículos de imprensa onde Visconde de Taunay atuara como redator e escritor, nota-se as preferências pela gente imigrante, sobretudo advinda do solo europeu. Giralda Seyferth relacionara as diversas linhas escritas por Visconde de Taunay ao tempo

durante o qual o Império brasileiro mostrava-se pouco resistente e, até mesmo, interessado na imigração alemã. Fazendo referência a um dos estudos de Giralda Seyferth a propósito da identidade brasileira nos idos da década de 60 do século XIX, topamos com um fenômeno no qual a inclinação de Visconde de Taunay pela matéria e tema migratório eleva-se com bastante ênfase – e tal interesse não se havia somente expressado nas páginas de , mas também, em cartas pessoais do autor.

Num estudo de nome *A Ideia de Cultura Teuto-brasileira: Literatura, Identidade e os significados da Etnicidade* (2004), Giralda Seyferth chegara a uma importante conclusão a propósito de duas frases escritas por Visconde de Taunay a um amigo. As frases assumem a dimensão de convicções públicas de seu autor e, nelas, Visconde de Taunay expressara seu entusiasmo pelos resultados da colonização alemã, à época vista com bons olhos pelo Império do Brasil. Pelos limites de suas fontes, o receptor das cartas de Visconde de Taunay não leva nome algum. Mas as frases que a ele se endereçaram teriam sido também publicadas num meio de comunicação chamado *Blumenauer Zeitung*, do ano de 1883.

Nesta época Duarte Paranhos Schutel já havia sido exonerado do cargo de segundo Vice-Presidente da Província de Santa Catarina. O despacho de tal exoneração – uma exoneração solicitada por Duarte Paranhos Schutel - dera-se em 28 de outubro de 1882. Consta na edição de *A Regeneração* correspondente ao dia 9 de novembro de 1882 a oficialização de seu pedido. As razões de tal afastamento não são claras: não sabemos se de fadiga ou provocadas por outro motivo. O Noticiário da Secção Geral do jornal *A Regeneração*, à época em que Duarte Paranhos Schutel seguia a dirigi-lo e ter de sua tipografia as posses, expõe somente: Por despacho imperial de 28 do mez passado, foi concedida ao Illm. Sr. Dr. Duarte Paranhos Schutel a exoneração que pedio do cargo de 2º vice-presidente d'esta provincia. No entanto, dois anos depois, nos dias derradeiros de 1884, algo da supracitada acirrada disputa pública assumiria a forma de um combativo pleito entre o candidato liberal – Duarte Paranhos Schutel – e o candidato conservador, Visconde de Taunay pelo cargo de Deputado Geral. Desse pleito Taunay saíra vencido por pequena diferença.

A fim de ser fiel à argumentação de Giralda Seyferth, cumpre evocar sua apreciação segundo a qual o enunciado de Taunay presente em *Blumenauer Zeitung* é “por si mesmo significativo porque sujeito a interpretação” (SEYFERTH, 2004, p. 167). Na carta endereçada ao amigo, Visconde de Taunay teria escrito: “A colonização alemã, para mim, é a melhor, debaixo de muitissimos pontos de vista. **Com ela é que desejo formar o fundo da nacionalidade brasileira**”. (SEYFERTH, 2004, p. 167). Uma das convicções que a preferência pela imigração alemã radicou em Visconde de Taunay – político a quem Duarte Paranhos

Schutel ditou as palavras desabridas em *A República Vista do meu Canto*, tomando-o por gênio mal desta terra e por alguém que, no poemeto satírico de nome Touneydas (poemeto dividido em 10 partes) estaria a espalhar babuzeira n'esta cidade - parece ser justamente esta: a do fundear a nacionalidade brasileira com o material humano estrangeiro.

Daí a poucos anos – idos de 1886 -, o gosto pelo *Elemento Inmigrantista* permaneceria em Taunay: e por tudo quanto em sua preferência pública era afirmação e gosto do e pelo grande movimento imigrantista que era justificado em seus discursos, havia também a distinção hierárquica entre os elementos da casa (leia-se: os elementos humanos nacionais) e os elementos estrangeiros – europeus e, de preferência, alemães. Aliás, cumpre salientar que este mesmo político conservador e literato teria redigido um texto ao Volume IV dos Livros de propaganda da Sociedade Central de Inmigração, onde o extrato de seu discurso ao Senado na sessão de 10 de setembro de 1886 . Neste discurso, Taunay reconheceu: “Assim como acontece com outras nações da America, precisamos receber da velha Europa o contingente de que tanto necessitamos para dar expansão às forças ocultas do paiz, às riquezas naturaes desta bella terra, sobretudo quando ellás se acham espalhadas por tão grandes vastidões e entregues á desolação do deserto”. E Visconde de Taunay não parara por aí. Do que é representado pelas palavras “outras nações da América” tomara o exemplo dos Estados Unidos da America, com cuja política de imigração concordava. O fato é que entre as partes do discurso a que acha-se justificado acha-se a Para as linhas de cima, como para as debaixo, Taunay dedica a exposição da hierarquia da gente imigrante – nem todos estariam alinhados à “nossa índole”.

No que se refere aos fatos contra os quais Duarte Paranhos Schutel assestara sua opinião e no que alude aos agentes políticos desses acontecimentos, há a presença, primeiro da política imigratória em si, e em segundo, do agente público dessa política cujo resultado, segundo Duarte Paranhos Schutel era efeito e expressão da decisão e vontade de Visconde de Taunay – gênio mal desta terra, no dizer desabrido de Paranhos Schutel. Com isso chegamos à inferência de que, não só entre o imigrante e brasileiro habitava o dinamismo de determinada preferência, balanceamento e hierarquia, mas, também, entre os próprios imigrantes, de cuja origem e disposição as linhas oficiais da imprensa de que participava Taunay tratava a respeito.

Verifica-se, por exemplo, na edição de Setembro de 1889 do jornal *A Imigração* – isto é: sete anos antes da publicação do grande descontentamento de Paranhos Schutel contra Visconde de Taunay – certa publicação que incide luzes de confirmação sobre essa ideia com que se discernia o bom e o mau imigrante – ou seja: aquele que estaria alinhado ou não à índole nacional preconizada por Taunay. Junto aos títulos que se justificavam pela disposição orgânica – organizada e então disposta a fim de informar - dos vários núcleos de colonização do Brasil

nos últimos anos do século XIX - alguns da região sul, outros do norte, todos carregados de imigrantes alemães ou italianos -, há disposto o título “*Turcos*”, abaixo do qual, a guisa de aviso, dava-se a saber da situação indesejada provocada pela vinda de imigrantes turcos ao Brasil. Abaixo do referido título, o jornal manifestara agradecimentos ao Ministério da Agricultura pelo empenho de resolução do problema denunciado cuja dificuldade pedia por informações e auxílio: os turcos haviam vindo ao país por conta própria, e, que se soubesse a propósito do fenômeno, nem uma única linha de boas-vindas se segue às denúncias iniciais contra tal natureza indesejada de imigrante.

A despeito da manifestada ociosidade dos turcos, um outro comportamento é referido em *A Imigração* de setembro de 1889. Apenas encerrada a reclamação, uma notícia, depois outra, deram expressão das maneiras através das quais estes imigrantes mantinham-se a si e aos seus no território nacional ao qual adentraram. É mencionada a “vagabundagem”, mas também é referida a natureza de ocupação dos turcos, de cujo resultado material estes lucravam boa quantidade de dinheiro. Como aqui neste estudo, assim a tese de Adilson Silva Santos, *Síros e Libaneses no Sul do Espírito Santo (1890 – 1930) (2019)* se ocupara, com mais fôlego, da vinda e do posterior ofício dos turcos no Brasil. Sua referência à condição autônoma da imigração turca é enfática, porém mais importante é a referência à mascateação e ao gênero de comércio praticados pelos turcos, atividades as quais foram mencionadas pela suprarreferida edição de *A Imigração*.

A vinda dos turcos ao Brasil e, bem assim, os efeitos materiais e práticos de tal “recém-chegados” são expostos em tons agrestes pelo editor cujo nome não transparece mas que não descartara-se do trabalho de publicidade e menção noticiosa do fato. Com um dos termos povoado de ofensa através dos quais se busca descrever a ociosidade e o nada fazer – “vagabundos” – o jornal trazia a contraparte indesejada do “pretendido movimento migratório” referido ao longo das edições de *A Imigração*. No entanto, a despeito da função descritiva do fato e não obstante o esforço em qualificar os imigrantes “turcos” em termos ofensivos, está presente na notícia a menção à atividade com que estes imigrantes se estabeleciam no Brasil.

Se este político reconhecia o valor e certo alcance da política imigratória dos Estados Unidos, era porque esta nação a que fez referência no Senado do teria ajuntado-se ao pavilhão das Grandes Nações do Globo justamente nos tempos que se seguiram à fase daquilo que entendia por preservação dos “elementos da casa”. Para Visconde de Taunay, não foi sinão depois dessa iniciativa da ordem moral e material, que “ella chegou a invejável grão de possança e prosperidade, collocando-se quasi que de repente entre os primeiros povos do globo”

Pelo que vai na expressão de Taunay, pensa-se não só no tom intimista de sua carta escrita a um amigo e, depois, publicada no jornal referido por Giralda Seyferth. Pensa-se, também, no grau de disposição público e aberto de suas convicções. E junto da sua ocupação como político interessado na matéria da imigração, há outra: a de presidente da Sociedade Central de Imigração, o que parece reservar tom oficial às suas inclinações e preferências no tocante à questão imigracional. A motivação da Sociedade levou no bojo e entregou aos anos subsequentes algo de suas razões sob a forma de um Órgão intitulado *A Imigração*. Por meio deste jornal, o interesse migratório encontrava canal de expressão e expansão pública. De periodicidade irregular – às vezes mensal, às vezes bimestral -, esse órgão discutia as questões referentes à imigração no Brasil. Tudo – as disposições para o trabalho, a recolha dos imigrantes e seus respectivos assentamentos, a propaganda a favor da imigração – corre ao longo das várias edições que, do ano de 1893 até 1891, tinham trânsito nos domínios editoriais do Rio de Janeiro e, por extensão, de todo o país.

A Sociedade Central de Imigração foi fundada por três imigrantes alemães, um dos quais Herman Blumenau (fundador da Colônia Blumenau, em Santa Catarina). Visconde de Taunay só viria a presidi-la anos mais tarde, sob outra orientação e ao longo de outro período. Uma das edições coordenadas por Ao tempo em que A Sociedade Central de Imigração se dilatava nos anos subsequentes à sua fundação até as regiões publicitárias da imprensa, os três inauguradores da mais citada Sociedade já não mais dela faziam parte como membros ativos e oficiais. Temos desse imigrante vasta informação. Referindo-se à sua trajetória, Vanessa Nicoleli, em *Herman Blumenau: Uma experiência de Colonização em Santa Catarina (1846 - 1884) (2014)* foi uma das autoras que, em boa síntese, expusera sua biografia.

Dela tomamos de empréstimo o contexto e informações a respeito de um dos principais fundadores da *Sociedade Central de Imigração*. A propósito desta Colônia e dos colonos que a habitaram, a mesma edição com a qual se evidenciou o critério de discriminação entre a identidade imigrante na supramencionada fonte relata, num pequeno trecho, uma pertinente informação a respeito dos anos que se seguiram à fundação da Colônia Blumenau, em 1850. Ao tempo em que a referida edição do jornal foi tornada pública, em 1889, a Colônia Blumenau já não levava esse nome, pois em 1880 elevara-se ao grau de município. Por essa razão, um dos títulos que compõem a vasta parte das Informações dos Núcleos Coloniais é este: Ex-colônia Blumenau – título com que se anunciava a situação corrente da colônia. Mas Duarte Paranhos Schutel, de modo a no decurso do texto correspondente a essa datação – Junho de 1894 - apresentar sua crítica à política imigratória de que discordava, o autor das seguintes linhas

apresentara um acontecimento público pelo qual passara e do qual tirara o estímulo combativo contra Visconde de Taunay. Eis o que Duarte Paranhos Schutel escreve a respeito:

“É preciso que desapareça a raça catarinense. Esta raça, cuja destruição era votada, disfarçada e politicamente, pelo gênio mal desta terra, o Visconde de Taunay, é hoje o objeto dos mais rudes golpes da tirania em pertinaz e encarnecida luta. Aquele inventor da grande naturalização, queria que a população germânica superabundasse de tal forma em Santa Catarina que fossem os brasileiros absorvidos e pelo cruzamento desaparecesse o sangue brasileiro. Era a imigração alemã o meio.

O espírito centralizador sob a monarquia, continuava no surdo trabalho em que minava o nosso patriotismo, afastando da terra natal o que lhe podia valer e arruinando os filhos do norte para substituí-los. Era a colonização das Províncias do norte, o meio.”

(SCHUTEL, 2002, p. 169)

Por esse e outros períodos da obra de Duarte Paranhos Schutel a principal biógrafa do autor, Iza Vieira da Rosa Grizard, em *Duarte Paranhos Schutel: Escritor, poeta, médica e político. História de uma vida... (1999)*, concluiu tratar-se *A República Vista do Meu Canto* como um texto combativo, na conta de um símile da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha – e talvez isso se deva, no entanto, ao elemento afetivo de Duarte Paranhos Schutel pelo “sangue brasileiro” a que o autor fizera destaque. Ao demarcar a trajetória de Duarte Paranhos Schutel em quatro partes que, obedecendo à cronologia, obedecem às distintas ocupações que o personagem exercera – a de escritor, a de poeta, a de médico e a de político – a autora não se furtara ao empenho de tecer conjecturas entre os conseguimentos literários de Duarte Paranhos Schutel e as obras de alcance que o sucederam que se seguiram às suas. Sendo assim, considerando o valor e proveito do comparar da autora, valida-se seu argumento ao concluir, pela leitura, que ambas obras representam, sob a forma literária, a opinião individual de seus respectivos autores a propósito do surgimento da República no Brasil. Mas ao determos a atenção sobre o período correspondente à segunda parte do supracitado trecho, intuímos a noção contrária ao progresso étnico, cujo meio de realização teria passado, segundo o prisma e sentido político do autor, pelas preferências políticas de seu opositor, Visconde de Taunay.

A grande naturalização a que faz referência no abrir do terceiro período da data referida e, bem assim, a parte inteira desse período, fazem-nos pensar na validade da comparação feita por Iza Vieira da Rosa Grizard entre a obra de Euclides da Cunha e a última obra de Duarte Paranhos Schutel. De um lado, a obra de Euclides da Cunha; do outro, a de Duarte Paranhos Schutel. Também Euclides da Cunha expusera, com sua denúncia, a descrença referente à saga posterior à Proclamação da República. E o mesmo fizera Duarte Paranhos Schutel, em *A República Vista do Meu Canto*: ao escrever sobre o acontecido a propósito daquilo a que dava o

nome de Tragédia de Canudos, na nota correspondente à data 26 de Marco de 1897, o autor iniciara sua exposição tendo a resistência armada em Canudos como um símile de uma “Nova Troia” – e logo a seguir o autor descrevera sua previsão - “Canudos vai ser cercada” – e não percebia, como observador, nenhum “recanto no país onde não ecoasse como sinistro clarim a notícia do horrível desastre de Canudos”. (SCHUTEL, 2002, p.299). Cumpre escrever que, na enxuta e todavia interessante interlocução entre obra e leitor escrita por Rosângela Miranda Cherem ao livro *A República Vista do Meu Canto*, a comparação entre esta e aquela obra adquirem validade na medida em que, em ambas, segundo a autora, repousara certa desconfiança quanto ao novo regime republicano. Além disso, a autora, tendo em posse algumas cartas que Euclides da Cunha teria escrito a conhecidos seus, revelara a preferência de Euclides da Cunha pela gente sertaneja ao tratar da atividade literária.

Efeito do matiz de síntese que caracteriza a atualização e informação de todos os Núcleos Coloniais que são expostos na extensão do Jornal, a nota informava do retorno de um bom número de colonos que, ainda sob o Governo Imperial brasileiro, passaram pelo Rio da Prata a fim de encontrar lugar onde houvesse mais bem-estar e prosperidade. O fato é que, para a linha editorial do Órgão, os referidos colonos haviam sido seduzidos pelas “falazes promessas” de melhor lugar para viver e progredir. Pelo que foi na noite, houve uma perspectiva de promessa; então um grande número de colonos retirou-se para além do Rio da Prata.

Segundo o que se informava dessa segunda migração (a primeira, de alemães, para o sul do Brasil, seguida pela migração para além do Rio da Prata), os colonos, então àquela época convencidos da condição falaz – enganosa e equívoca - de prosperidade além-Brasil estariam de retorno à ex-colônia Blumenau. Bem errada se teve tal postura coletiva dos colonos por parte do redator da nota, e isso é dado a ver pelo início ao cumprido do qual esclarecia-se ao Ministério da Agricultura a quantas ia a ex-colônia Blumenau pelo que estava a acontecer com os colonos que a povoaram. Estes fugiram e estavam a retornar. Após essa nota, escreveram-se outras, parecidas e correspondentes às anteriores. As notas refletem as circunstâncias das colônias; e as notas em torno seguem o exemplo, sob a mesma forma e de extensão bastante proporcional às anteriores. Numa delas topamos com aquilo que a Duarte Paranhos Schutel pareceu ser a testemunha da intenção de Taunay: a da predileção pela matéria humana imigrada.

Confiada nessa hierarquia entre a gente imigrada e a matéria humana local a respeito da qual Visconde de Taunay discursara no Senado, não só as edições de *A Imigração* coordenadas por Taunay expunham os possíveis conseguimentos e vantagens da colonização, mas, também, as edições subsequentes revelavam a mesma perspectiva otimista em relação à

mesma tendência política. Nas edições que se seguiram às de Taunay como redator não se desfez a escrita de teor similar, em cuja redação . Sob a orientação de um sujeito de nome Beurapoire Rohan (à época – idos de 1891 – também presidente da Sociedade Central de Imigração), o referido teor e substância encontra-se ainda presente:

O empenho e esforço pelo fenômeno migratório criticado por Duarte Paranhos Schutel transparece, bastante evidente, nos títulos por onde ia, abaixo, as informações a propósito da *Propaganda a Favor da Imigração*. Nela intui-se a formação propagandística da política imigratória. Escrevendo este título, o Jornal informava, nas linhas que se seguiam, da relação entre as tais vantagens que o Império oferecia ao trabalhador rural e os escritórios que tinham lugar no exterior. Sob o título corria as informações que a separavam do restante que só dizia respeito à situação corrente dos vários núcleos coloniais.

Outra relação entre o objeto da ojeriza de Schutel e a política empreendida por Taunay merece destaque. Esta consiste no fenômeno da *grande naturalização* destacado por Schutel ao longo .da primeira metade de sua nota referente à imigração em Santa Catarina. Como exposto antes, a página de *A República Vista do Meu Canto* separada para a denúncia contra Taunay se afirma pela acusação seguida dos argumentos fáticos que ajudam a fazê-lo compreendido. Pela grande naturalização, isto é, por onde, em termos legais, seria possível um estrangeiro integrar-se à vida política nacional, Duarte Paranhos Schutel acreditava ser o caminho indesejado para o desaparecimento da “raça catarinense”, votada e desejada por Visconde de Taunay, seu há muito desafeto político.

Sobre *a grande naturalização*, escrevera Schutel como deve escrever alguém que não a ignora, mas, sim, a combate. O autor, porém, já não mais ocupava cargo algum ao tempo do redigir da nota e já o envolvia o pensamento dos possíveis efeitos caudatários da mistura entre a matéria nacional e a estrangeira. E lemos desse fenômeno combatido as linhas referentes ao ofício literário de Visconde de Taunay que, na primeira página e até de modo a torná-la divulgada, escrevera em *A Imigração* do mês de outubro de 1889 uma nota que levava esse título – a grande naturalização – e que a esse respeito argumentava em favor. De fato, o texto não havia respondido à intenção de só tratar da questão migratória em Santa Catarina. Levado o seu conteúdo à obra de Duarte Paranhos Schutel, este não se torna inteiramente correspondente. Não estava a tratar da questão de Santa Catarina para a qual Duarte Paranhos Schutel fizera referência, mas estava a tratar da naturalização ou de como colaborar nela, como um líder editorial e político interessado na imigração. Mas se tanto não escreveu, dos efeitos políticos deu expressão, apresentando o direito da elegibilidade para cargos públicos aos imigrantes e estrangeiros que ao Brasil chegaram. Sua nota tratara, de par em par, das possibilidades

positivas da naturalização de imigrantes. Uma naturalização não só fundamental, como também capaz de abrir aos imigrantes a possibilidade dos mais altos cargos públicos no Brasil.

Ao longo de sua nota, tanto o *nativismo* como qualquer outra perspectiva de preservação étnica brasileira são guardados com ressalvas e, além disso, atacadas. E seu argumento, mediante o qual intencionava submeter à crítica a política de ser nacional e daí estar disposto “às aspirações das maiores mediocridades e incapacidades”, repousa no mesmo tema com que se aproximava da dissonância entre o *nativismo* e o *estrangeirismo*. Dessa relação - dialógica sim, mas de importância para a questão migratória com a qual mais simpatizava - escrevera o seguinte: “Acabe-se de uma vez com essas tolas barreiras do nativismo, decretando-se a lei da naturalização”.

Suas outras obras escritas, mais reconhecidas e mais famosas que seus vários textos de imprensa, nem por serem mais extensas deixam de tratar da *grande naturalização* contra o que Duarte Paranhos Schutel tecera críticas. Não só no jornal *A Imigração*, mas para alguns outros escritos, é presente essa sua opinião: a de receber, com leis receptivas, os imigrantes. Exemplo disso é sua obra *Goyaz*, reeditada pelo filho e literato e historiador Affonso de Taunay em 1931, época em que este já ocupava a cadeira nr. 1 da Academia Brasileira de Letras. Nesse tempo, a obra *Goyaz* estava a gozar de uma segunda edição, cujo tempo corrido em relação à originária e primeira compreendia a extensão de quase meio século. Segundo parece, o ligeiro esgotamento de sua obra e o alto valor comercial mencionado pelo filho do autor ao dar o prefácio da obra sua assinatura, indica a ampla ressonância e expansão de suas opiniões, cujo núcleo permanecera alvo da discórdia de Duarte Paranhos Schutel.

Isso porque nela, embora não se dignasse o autor Visconde de Taunay a só expor suas considerações a propósito da imigração, fizera dela um tema que erguera-se de entre e de sob os principais acontecimentos que pudera experimentar e para os quais encontrara meios de expressão sob a forma de ensaios. Como Visconde de Taunay houvesse sido eleito em 1872 e, na eleição seguinte, em 1875, reeleito para o cargo de deputado, encarregara-se da elaboração de um texto desse testemunho do valor de *Goyaz* para a comemoração do Centenário de Independência dos Estados Unidos da América. A inteira exposição de seu texto *O grande certame universal da Filadélfia em 1876. O convite dos Estados Unidos ao Brasil*, texto que não consentira outro tema que não algum que dissesse respeito às relações entre a política brasileira e do exterior. No capítulo primeiro da obra, as boas-vindas aos imigrantes assumem a forma de um pedido e de um reconhecimento pelo que estes até o Brasil podiam trazer.

Dividido entre um dever de entregar aos leitores as contribuições goianas para o Brasil e a busca por elogiar e dar-se ao chamamento da gente estrangeira para cá, Visconde de Taunay declarou o seguinte:

Vinde, vinde! Aqui encontrareis a hospitalidade na sua mais bela e ampla forma – a grande naturalização. Vinde! Aqui achareis todas as leis protetoras, a prática das aspirações generosas do século, a garantia para vossas famílias, a liberdade, a segurança e a paz! Trazei-me o concurso de vossa inteligência, de vossa ilustração, de vossa atividade, de vosso trabalho, e eu, ajudado por esta natureza que vos obumbra, dar-vos-ei riqueza e felicidade, consideração e amor.

Visconde de Taunay, a fim de dar fundamento jurídico às suas ideias, descrevera os exemplos da política externa que pudera ajuntar. Uma vez que, pela constituição de 1863 dos Estados Unidos da Columbia, este país (a atual Colômbia) parecia revelar-se a Taunay como uma nação que melhor encontrara caminhos para tratar de seu destino com mais acerto, o autor da nota tinha nela um exemplo a ser emulado e não a temia como molde para dar sangue estrangeiro às categorias políticas do país.

Ao contrário, o tinha por farol a seguir e atrás dele buscava acrescentar uma alternativa à questão migratória do Brasil. Como tivesse aberto sua explanação com a referência a esse fenômeno legal, jurídico e migratório, o restante segue a toada, cuja nota de repouso é a justificação de sua ideia de naturalizar os imigrantes e torná-los menos discerníveis da gente brasileira. Então um relativo bom número de argumentos. Uma menção que diz respeito a essa escolha e preferência é a sua grande simpatia pela possibilidade de tornar os imigrantes ministros, cargo que, à época que escrevera o texto, estava vedado aos imigrantes para cuja carreira pública os cargos de senador e deputado eram os limites extremos dados a alcançar por eleição. Isso ganha destaque de última palavra no texto.

Dessa conjuntura feita, de um lado pela intenção de Taunay e por outro, da publicação dessas intenções na imprensa, Duarte Paranhos Schutel nada esclarecera quando político ativo em seus vários mandatos de deputado: apenas em *A República Vista do Meu Canto* deu a conhecer suas opiniões, ao menos sob a forma da prosa, ou, antes, de modo combativo. Ainda quando se refere à questão imigratória, sua exposição sai dos domínios dos imigrantes e seus costumes para penetrar na questão republicana e, daí então e com menor intensidade, também no problema da escravidão no Brasil.

No entanto, reconhecidas as suas reticências diante da imigração e do que com ela buscava fazer Visconde de Taunay, é curiosa a sua relativa desconfiança em relação à política

imigratória do supracitado político e escritor com o qual esteve em rota de colisão no pleito eleitoral do ano de 1884. E sobre essa desconfiança cabe a breve evocação cronológica dos empreendimentos do pai de Duarte Paranhos Schutel – um dos empresários responsáveis pelo avançar da colonização italiana em Santa Catarina. Cumpre considerar que os empreendimentos envoltos ao vulto paterno não receberam a atenção descritiva de Duarte Paranhos Schutel, mesmo nos períodos de *A República Vista do Meu Canto* em que, consideradas as prejudiciais consequências da imigração presumidas pelo autor, o mesmo entregara-se ao esforço polêmico e combativo contra a figura de Visconde de Taunay – tomado por um *gênio mal desta terra*, justamente em razão de ter feito abundar no Desterro, em detrimento dos brasileiros, a gente imigrante.

No estudo de Walter F. Piazza, *A Colonização Italiana em Santa Catarina (1976)*, de modo concentrado no terceiro capítulo em cujas linhas o autor dissertou, com variada natureza de fontes, sobre os aspectos geográficos que se antepuseram à colonização italiana, lemos, para além das características geográficas que justificam o título – como o autor descrevera: das características geográficas da colônia que se assentara às margens do rio Tijucas-grande - o fato de que havia sido a firma do pai de Duarte Paranhos Schutel – a firma de nome Demaria E Schutel -, um dos agentes responsáveis pelo assentamento da colônia denominada “Nova Itália”, em Santa Catarina.

Embora o filho se dignasse à crítica contumaz e direta à política imigratória no Desterro, tendo como partidador a lembrança de um de seus grandes entusiastas Visconde de Taunay, de muitos imigrantes dando opinião num de seus escritos de nome *A Massambu*, o pai de Duarte Paranhos Schutel havia sido de certa forma um empreendedor da imigração italiana em Santa Catarina, décadas antes. Dito mais precisamente, o ofuscamento dessa parcela biográfica e genealógica da família de Duarte Paranhos talvez se justifique em razão do fato de terem tido lugar nos anos que acompanharam o tempo do nascimento do autor, na Província de Santa Catarina.

Walter Piazza, ao tratar daquilo que teve por uma “Empresa Colonizadora” – segundo suas palavras, uma Sociedade Particular de Colonização formada por dois cidadãos de origem estrangeira: o Dr. Henrique Ambauer Schutel, pai de Duarte Paranhos Schutel, médico de profissão violinista, e Carlos Demaria, nascido em Gibraltar, súdito inglês e armador – esclarecera as proporções jurídicas que à época tornaram possíveis os empreendimentos imigratórios de ambos os agentes interessados no tema e na possibilidade imigratória. No grosso dos escritos de Duarte Paranhos Schutel que tiveram por objeto, mesmo que vagamente,

a questão imigratória, as referências às ações de seu pai não adquirem a nitidez que entregara às suas considerações a propósito das preferências públicas de Visconde de Taunay.

Segundo Walter F. Piazza, “no então extenso termo de São Miguel, às margens do rio Tijucas Grande, seis léguas acima do litoral” (PIAZZA, 1976, p.34), a firma Demaria & Schutel conseguiu do Governo Provincial de Santa Catarina a soma de quatrocentas mil braças de terras devolutas. E o fim dessa expressiva quantidade de terras seria a expansão de uma colônia agroindustrial e pastoril. O empreendimento que tinha sua liderança na figura do pai de Duarte Paranhos Schutel também conseguiu, em 25 de junho de 1836, novas concessões e liberações que redundaram na entrega de mais duas léguas quadradas de terra.

Mas no que concerne às determinações legais referentes à imigração que acompanharam, perto e ao mesmo tempo intimamente, a Sociedade Particular de Colonização, cabe registrar as três Leis a que Walter Piazza dera expressão: em primeiro lugar, a Lei Geral de 15 de dezembro de 1830. Esta lei viera a ser uma determinação extintiva das despesas referentes às colonizações estrangeiras. Depois, em meados da mesma década, as determinações normativas que regulamentariam as localizações para imigração quando promulgada a Lei n. 12 – e então, mais tarde, a promulgação da Lei Provincial n. 49, em junho de 1836, seriam ações legais paralelas que acompanhariam a cogitação e a posterior execução das ações imigratórias.

Além disso, a referência ao empreendimento paterno não ganhara expressão em seus textos, tampouco os períodos em que alguns imigrantes alemães recebem sua atenção em *A Massambu*, outra importante obra de Duarte Paranhos Schutel a respeito da qual o Zahidé L. Muzart expressara ser um texto emprenhado de uma alteridade integral – uma alteridade que devia-se ao “choque pela novidade” (GRIZARD, 1989) entre o civilizado narrador e os roceiros que, confrontados à gente da corte da qual Insulano tinha conhecimento como estudante de Medicina, tomavam a dianteira e preferência na comparação entre o civilizado – o personagem que comporta-se como alguém da cidade – e o roceiro, por quem Insulano, em sua hesitação de aceitação e recusa, adota uma posição de preferência, como num estímulo de amor “ao primitivo” (GRIZARD, 1989).

E em que pese as opiniões de Duarte Paranhos Schutel sobre os imigrantes advindos da Europa, cumpre relatar uma das passagens mais enfáticas a respeito desse tema: em *A Massambu*, o autor, ao narrar as circunstâncias de seu retorno a Santa Catarina depois dos anos durante os quais estivera na sede da Corte, no Rio de Janeiro (e isso foi feito a fim de levar para frente sua formação intelectual, não deixara de oferecer narrações que, ao tratar de seu retorno,

trataram, também e de passagem), da situação corrente de alguns imigrantes, bem como dos lugares em que estes se achavam.

No entanto, em *A Massambu* o contato com imigrantes não é assim tão claramente evidenciado. Num dos períodos da referida obra, Duarte Paranhos Schutel – escrevendo à época sob o pseudônimo de Insulano –, revelara o sinal distintivo com o qual reconhecera o fato de que um dos personagens da obra estava a tratar com alemães e não com nenhum outro personagem brasileiro. O personagem imigrante, reconhecera-o pelas feições distintas e pelo falar arrastado. Segundo sua narração, a forma de estender os “rr” ao falar um personagem de origem alemã – em síntese: a forma com a qual este se expressara, uma forma vazada em conversa com um sujeito que o acompanhava em retorno ao Desterro – fê-lo ter ciência de lidar, àquelas alturas do texto de viagem, com imigrantes alemães, com os quais entabulara rasa conversação e a respeito do que escrevera, depois, de sua admiração relativa ao esforço de saída da Alemanha e chegada ao Brasil.

Antes, a obra expressara pequena demonstração do local em que se encontravam alguns imigrantes, alemães em sua totalidade. Aliás, é bastante curioso – e também intrigante - o que dos alemães verbalizara uma personagem do romance de Duarte Paranhos Schutel a propósito destes. Uma indistinção clara tomara a impressão da personagem, uma vez que, ao referir-se aos imigrantes alemães como *os diabos* os tomara, também, por *carcamanos*, apelido em geral associado aos imigrantes italianos:

“Estes alemães, diz o bom do matuto, quando lhe passa pela frente um colono com seu cargueiro e sua mulher escarranhada num matungo, levando os filhos dentro das bruacas; — estes alemães são os diabos. Vêm para aqui, logo acham quem lhes dê terras, e até quem lhes ajude a derrubar e a fazer a casa. Plantam, num instante têm cavalos, gado, roça e logo vão abrindo sua venda e fazem um negócio. Não sei como é que eles podem arranjar tudo isso quando estão tomados todo o dia: nos domingos, isso antão não falemos, é cachaça e mais cachaça. O que me admira é nunca faltar a eles dinheiro nem feijão. Malcriados, não há como eles, e ninguém vá lá bulir no que é deles, porque logo saltam com o pau, e é *burra* pra aqui, *burra* pra ali e querem matar tudo. Não sei pra que é que estão mandando estes carcamanos cá pra roça; é a gente mais má que eu conheço. Vêm aqui comer o que é dos outros, ajuntar o nosso dinheiro e tratar mal a gente, e são uns vadios, que não fazem nada, nem os botam na guarda nacional, nem nada. Nós cá é que sofremos tudo.” (SCHUTEL, 1989, p.157)

E para o anterior da suprarreferida expressão de uma personagem referente aos costumes e comportamentos de imigrantes alemães, na obra *A Massambu* há, também, a narração da passagem pela estrada que levava à Caldas, adjunta e em meio à colônia dos alemães por que passara Insulano em seu retorno ao Desterro. Nesse sentido, a obra também

entregara detalhes da matéria que constituía muitas das habitações dos imigrantes – habitações observadas pelo autor e contadas pelo personagem Insulano.

Sob o título do capítulo intitulado *A Festa de Santo Amaro* – capítulo cujo título é seguido por um excerto retirado da obra *O Pároco da Aldeia*, do autor português Alexandre Herculano – Duarte Paranhos Schutel anunciara o lugar em torno do qual a colônia dos alemães se encontrava ao tempo do retorno de Duarte Paranhos Schutel ao Desterro. Aliás, cumpre escrever que esse momento da narrativa consiste numa das poucas – talvez únicas - expressões que se afirmam, em *A Massambu*, pela narração dos aspectos materiais da colônia; e mesmo aí, nesse momento, ela é descrita de passagem, sem grandes detalhes.

As habitações – tema acima descrito como um dos elementos constitutivos da narração dedicada à passagem de Insulano por entre os domínios da colônia alemã -, casas e moradias da extensão que não passava do comprimento de uma milha terrestre, são descritas como extensões habitacionais que aos, olhos de quem passava, logo entregariam à estrada adjacente seu aspecto de estrada solitária sem nada em torno. As habitações da colônia, que ficavam ao sopé de uma colina, são assim descritas, de modo até elogioso: “Poucas são as casas de tijolo, as mais porém, quase todas são rebocadas de branco e construídas com certa elegância e regularidade [...]” (SCHUTEL, 1989, p. 107).

Mas Insulano, dando continuidade à narração do terceiro dia em que presenciara a Festa de Santo Amaro (Festa para a qual o autor reservara o espaço de cinco capítulos diferentes), se seguindo ao detalhe da matéria e elegância das habitações dos imigrantes, em nota de rodapé, descrevera também outras circunstâncias, então mais pertinentes aos hábitos dos imigrantes e aos modos com os quais estes encontravam distrações. Cumpre destacar que os cinco capítulos que se seguem até o fim da narrativa que, sob o título *A Volta*, constitui a narração do retorno de Insulano à Santa Catarina, são precedidos por três curtos e todavia interessantes capítulos de nome *Três Dias em A Massambu* – ou seja: três dias em que o autor se encontrava no ermo a que dera destaque no título de sua obra literária.

A propósito do nome que entregara como título da obra *A Massambu*, Insulano registrara – e o registro permanecera em sua reedição, no ano de 1889 – o que vinha a ser *A Massambu*. Antes de iniciada a parte primeira de seu escrito, cujo título compreende o nome *A viagem* e abaixo dela uma pergunta: “Tu sabes o que é uma excursão pelo interior do Brasil?” - resposta para a qual, supondo o autor não saber o leitor sem nunca tê-la feito, o autor descrevera, em punho, que o *Maçambu* ou *Macembu* (são assim também grafados na obra) seria um

“rio de curta extensão do continente da província de Santa Catarina; nasce das serras do Tabuleiro e Cambierela e deságua légua e meia ao sul da freguesia da Enseada de Brito, defronte da extremidade meridional da ilha, um pouco para dentro da baía. É navegável por pequenas embarcações até três ou quatro léguas acima de sua foz, que é longa mas pouco profunda. Perto de sua barra no lugar da Passagem há um pequeno povoado pela estrada, que segue para o sul” (SCHUTEL, 1889, p.33)

Depois, iniciada a obra e descrito, de passagem, o personagem Insulano a chegar, de canoa – uma canoa cuja propriedade de um patrão se materializara no acompanhamento deste na viagem da personagem -, junto ao companheiro com o qual, às quatro horas e meia de uma tarde, aprontara-se em viagem em direção ao Desterro, o romance expõe o primeiro sinal material da chegada de Insulano e de seu companheiro ao Desterro. Ao tempo da chegada nos limites do Desterro, a narrativa revela o estado de contemplação em que se encontrava Insulano, quiçá resultado das conversações arrefecidas pelo fluir da viagem. O lugar consiste no Saco dos Limões, e uma vez transposto o lugar em que este se achava, Insulano descrevera o que havia encontrado tão logo o avançara – isto é: um “punhado de casas aninhadas entre duas colinas e do meio das quais se elevavam pequenos outeiros” (SCHUTEL, 1989, p.35).

Uma vez transposto o Saco dos Limões (segundo o autor, em nota: “um pequeno saco logo ao sul da cidade do Desterro, povoado, quase arrabalde da capital” (SCHUTEL, 1989, p.35), Insulano descortinara, por entre o movimentar das ondas enegrecidas pelas quais passava de canoa, não só a expressão cada vez mais nítida das casas entre duas colinas e outeiros e o surgir do mato, mas, também, três outras presenças da cidade para as quais o autor, ainda em nota, dedicara considerações, quais sejam: o Estreito, o Cemitério e o Menino Deus. Sobre o Estreito, Insulano escrevera ser ele o elemento físico que separava um pedaço da Ilha de Santa Catarina do Continente; sobre ele, escrevera também de suas extensões e características físicas. Segundo o autor, ele não tinha mais de 180 braças de vão.

Logo na sequência do breve detalhamento das casas, Insulano descrevera o aspecto álaçre, dançante e festivo das mulheres que habitavam a referida colônia que, em sua narrativa, não levava nome algum e que lhe causara relativo espanto e admiração como um egresso do Rio de Janeiro e mais uma vez recebido na terra onde, anos depois, iniciaria sua carreira política e profissional como médico. Cumpre escrever também que, no que concerne às linhas em que escrevera sobre os imigrantes, o autor incluía também a característica festiva dos brasileiros em terras adjacentes, e, mesmo, em terras próximas.

Sobre as mulheres, a fim de descrevê-las, dando destaque ao seu humor e à natureza de seus divertimentos, na nota, que então tratara dos imigrantes, Insulano recolhera uma descrição de um capitão de nome Paulo José Miguel de Brito a respeito das mesmas. A nota fazia parte da memória política desse capitão, e o seu registro para que dera destaque Insulano datava de 1816, 15 anos antes da publicação de *A Massambu*, e diga-se, possivelmente referente às mulheres pertinentes aos inaugurais movimentos imigratórios no Sul do Brasil.

Das mulheres imigrantes (quiça exclusivamente alemãs), diz o excerto, com o qual anelava em concordância Insulano: "— As mulheres são em geral agradáveis em suas maneiras... — são dotadas de muita urbanidade, de maneiras dóceis e meigas: são inclinadas aos divertimentos; sabem cantar, tocar algum instrumento de cordas, e dançar, e não se observa nelas aquela bisonhice, que se encontra nas mulheres e outras capitânicas do Brasil."

Logo adiante, ao ter com um dos imigrantes narrados maior intimidade, dele tendo recebido fogo e com ele acendido um cigarro (deste ouvindo também, em alemão, que lhe entregassem o fogo), fez com que um pedaço de comentário caísse pela narrativa a respeito dos imigrantes alemães e advindos de outras nações da Europa. Depois de topados os imigrantes, um dos quais uma garota de pés descalços que o recebera, de rosto corado e com simpatia e a quem o personagem fizera um afago e se despedira, o personagem de Duarte Paranhos Schutel entra num estado de evocação do que há pouco sucedera.

Nesse sentido, o personagem de Duarte Paranhos Schutel, bebendo da garrafa dos alemães – uma garrafa que recebera viera coberta de palha - e com eles tendo maior intimidade, escrevera de seus costumes, de suas virtudes e de seus vícios, um dos quais a frequência assídua à aguardente. Tendo o personagem Insulano bebido à farta e com os imigrantes alemães entabulado longa conversa, declarara, pelo que ocorrera de excesso entre ele e os imigrantes, que, se havia um inimigo – um impedimento, uma dificuldade - da colonização alemã no Brasil, este seria *a aguardente*, bebida com a qual as personagens alemãs estavam a entregar-se a libações ardentes durante a narrativa.

Outro ponto referente aos imigrantes merece destaque: em *A Massambu*, parece constituir a virtude dos imigrantes a coragem que constituíra no sair da Europa e chegar na América. Em que pese as posteriores críticas a Visconde de Taunay no ano de 1894 – críticas carregadas do tema imigração e mesmo contra a forma com a qual seu opositor pretendia levá-la adiante - assim o autor escrevera sobre tal virtude. Pelo que vai na narração de Insulano, lê-se que o observar de uma garota alemã na colônia fez nascer no narrador um estado de contemplação no qual o mesmo se pôs a pensar nas comodidades ancestrais – comodidades abandonadas nas cidades populosas de onde partiram – e na nova circunstância a que

adentraram como gente imigrada. Assim o autor expressara-se, numa evidente demonstração de espanto e reconhecimento pelo empenho dos imigrantes em terem saído de “suas cidades populosas” e terem, por efeito, viver “satisfeitos no meio das florestas incultas do nosso interior”.

“Minhas ideias tomaram outro curso; a vista daquela menina tão galantinha me fez pensar **na vida que levam os colonos alemães aí pelos sertões**. É admirável como esses homens, habituados à vida das cidades populosas e a todas essas comodidades que delas provêm, porque inda que cultivando a terra em alguma aldeia mesquinha, sempre a facilidade dos meios de comunicação os põe em quase contato imediato com as grandes povoações, — e homens ricos de crenças e hábitos que os prendem a seus lares abandonam tudo e, tentando uma viagem tão longa pelo oceano, vêm se acomodar e viver satisfeitos no meio das florestas incultas do nosso interior.” (SCHUTEL, 1989, p. 155-156)

Nesse sentido, assim como Visconde de Taunay elaborara textos a propósito da identidade brasileira, Duarte Paranhos Schutel o fizera. E isso não somente em *A Massambu*, mas, também, em *A República Vista do Meu Canto*. Ao sinal do dia 27 de agosto de 1900 redigiu um texto cujo início havia sido convertido numa explanação dos costumes e usos de seu povo. No que tange às duas expressões – costumes e usos – entendia-as como as características essenciais que dão a cada povo seu caráter distintivo. Mas com a questão imigratória – isto é: a chegada de imigrantes ao Brasil –, Duarte Paranhos Schutel aí encontrara uma das causas dos problemas sociais dos quais dera testemunho: a perda da identidade nacional. No que via no país via também nada de identitário estar formado ou estabelecido – e disso escrevera em 27 de Agosto de 1900, numa das últimas notas de *A República Vista do Meu Canto*.

Por onde se vai correndo as lamentações de Duarte Paranhos Schutel a respeito desse problema não lemos outra evidência, senão a da comparação. Primeiro a comparação entre a gente brasileira – assim o autor as tinha dividida, numa hierarquia: o clero, os escravos e “a mal distinta entre a nobreza e o povo” (SCHUTEL, 2002, p. 350) -; depois, a comparação entre uma época e outra, sobretudo aquelas cuja feição fora demarcada e discriminada nos últimos dez anos que antecederam seu escrito. O “impulso de progresso do país” a que Duarte Paranhos Schutel faz referência na nota aparece em sua interpretação como um fenômeno motivador da tragédia para onde ia o Brasil – uma tragédia de cuja manifestação pudera ajuntar aquilo que tinha por sintoma de uma nação onde nada estaria feito, onde nem mesmo estaria “formada a sociedade, com os seus princípios e fins imprescindíveis para a organização de um país

civilizado” (SCHUTEL, 2002, p. 351); e com essa menção expõe – como que a comparar o passado e o presente - um antes e um depois: um antes marcado pela mal feita, mas, apesar disso, reconhecida hierarquia social do Brasil, e um depois: um além que consistia no desaparecimento do que, passado o processo imigratório e a gradual libertação de escravos, correspondia à reconhecível distinção entre a gente brasileira. A massa indistinta que do povo brasileiro andava fazendo o progresso tornara-se um centro de preocupação ao escritor e político Duarte Paranhos Schutel.

E a ela o avanço cronológico de que dava testemunho acrescentara o fenômeno da imigração, que, num estudo de Maria Catarina Chitolini Zanini, *Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana (2007)*, como em outros, fora também discutido como um processo civilizador. A hierarquia social, também dela escrevera – e nisso também confiara à imigração boa parcela de culpa. E se nem esta era facilmente identificável em tempos antigos, ao tempo em que escreveu – no ano em 27 de agosto de 1900 - houvera outra, pior que a anterior. Com efeito, esse texto que leva o título da data a respeito da qual escreve é do número daqueles que dão expressão dos efeitos, diretos e indiretos da imigração, de cuja importância ambicionava colocar o leitor a par. O fim da escravidão, diante do qual observava os ex-escravos a viver como quer se achassem; a imigração – parcial e em grossa e vinda de toda a Europa- enfim. toda esse conjunto de fenômenos formavam um avanço contra o qual nem a Antiga Monarquia nem a Nova República pareciam capazes de conter. Exemplos destes vemos na parte que corresponde à diferenciação entre os acontecimentos públicos naturais e aqueles que foram embalados e precipitados pelo nascer da República.

Disso escrevera Duarte Paranhos Schutel, numa de suas últimas notas redigidas ao texto *A República Vista do Meu Canto*:

“Se a monarquia não tinha forças para embarçar a marcha lenta dos acontecimentos e deixava que seguissem sua marcha natural, a República vindo de surpresa e com a espada, precipitou o curso dos fatos, lançando o país no triste estado em que se acha e o qual em vão se pretenderia arrancá-lo, porque este passo era fatal.” (SCHUTEL, 2002, p. 350).

Pelos dois fatos, o da República e o da Monarquia, corria a distância entre algo incontido e algo precipitado, e este segundo era o fator do progresso que corria o Brasil. A questão migratória, vista por Duarte Paranhos Schutel como a grande naturalização, que durante muito tempo tinha sido planejada por Taunay e que havia algum tempo era um objeto de dissonância entre este e aquele político, surge como um de entre os vários movimentos a que Duarte Paranhos Schutel aprecia como algo sem “ideia, sem plano, sem cálculo, sem nenhuma

orientação”. E esse processo -segundo lemos em Schutel, anárquico e sem ordem - começava com o fim da escravidão no Brasil e incluía a política migração e o surgimento da República nos últimos anos do século XIX. Ambos os fenômenos – a escravidão e seu fim; a imigração e seus efeitos; a República - são tidos por causas para o problema de que dava testemunho.

O curso dos fatos precipitados referido acima reunira as contrariedades de que Duarte Paranhos Schutel escrevia suas opiniões, e por ele topamos com o estado recente do país a que corria a vista como escritor já afastado, por conta própria, da carreira política. O resultado desse processo acelerado consistia, pois, na nação brasileira extensa e que no entanto carecia de um senso de identidade nacional; e eis porque intuímos nessa convicção uma parcela daquilo a que já demos atenção em períodos anteriores deste estudo, isto é: a noção de que a imigração – sobretudo a alemã – teria sido o meio de fazer desaparecer o sangue brasileiro.

Ao dar detalhes de sua preferência na nota que corresponde à data 27 de Agosto de 1900, não há uma única referência em cuja finalidade não esteja o descompasso do estado atual da nação brasileira e as exigências para o *Mundo Civilizado*. Para o autor também o ingresso nas Grandes Nações exigia algumas premissas, às quais a altura dos tempos em que escrevera uma das últimas notas tornara mais exigentes. Se para lá havia nações que as atendiam com acerto; aqui vivia um povo que, sob seu ponto de vista, não formava uma sociedade, “com os seus princípios e fins imprescindíveis para a organização de um país civilizado”. Em 05 de Outubro de 1900 teria escrito, com igual ou maior ímpeto de denúncia, semelhante referência ao estado recente do país. Em relação à nota durante a qual escrevera a respeito da vacuidade de um princípio identitário, seu argumento não se movera dali e dali mesmo encontrara outras premissas, uma das quais o desaparecimento não só da identidade brasileira como também o desaparecimento do Brasil como Nação, à época tomada com um quê de desesperança.

Os “tristes espetáculos que oferecem a Capital e os grandes centros de povoações” aos quais dá luzes de palco e amplo destaque e com cuja referência encerra seu livro, surgem como o horizonte do qual tira a conclusão do fim da Nação, a cujo desmoronamento geral, para Duarte Paranhos Schutel não se oferecia esperança de salvação. Para Duarte Paranhos Schutel, a “grande e opulenta Nação da América do Sul, de raça latina e origem portuguesa”, pertencia então ao passado: era, segundo escrevera o autor, página da história do Brasil. Pelo tom de sua nota, intui-se, da expressão centros de povoações, as geografias brasileiras que à época foram receptivas à chegada de gente forânea, uma das quais os núcleos de povoação aos imigrantes, destacados e alinhados ao longo das edições de *A Imigração*.

Nessa última obra de Duarte Paranhos Schutel, os valores e aspirações de grandeza surgem como exclusivas ao regime monárquico. Quando a República, “feita com flores e

cânticos de alegria”, inaugurara-se pela participação de agentes políticos (da alta magistratura política) e do povo (a Duarte Paranhos Schutel não saíra a distinção entre agente responsável e população), daí se seguiu a ruína de que dera expressão: o país caíra em desgraça, e a anterior opulência e fortuna pública pareceram ceder ao tempo em que, dez anos depois, desgraçadamente expressava-se como um governo nocivo, emprenhado da intenção de pôr em marcha a cobrança de altos impostos. Em *A República Vista do Meu Canto* há uma nota de nome *Ruínas*: e como as demais anotações e ao modo de muitos registros do livro, o título se segue à data ao longo da qual o autor se pôs a redigi-la. Pela data para a qual Duarte Paranhos Schutel alcançara a linguagem desabrida e combativa que a caracteriza – Dezembro de 1894 – já se lê o período que, distando à Proclamação da República o hiato de mais de meia década, fê-lo escrever das resultantes políticas da República.

O autor dá início à nota com uma frase que havia dado realidade ao desespero, talvez em todo o Brasil e mesmo através dos ânimos “mais calmos e precavidos” (SCHUTEL, 2002, p. 206) os quais anunciara numa nota de nome *Ruínas*. Adiante, na mesma note, lê-se de seu testemunho a causa de tal desesperação, sobretudo sob o título *Ruínas: A República*, e, por extensão e por ela responsáveis, os agentes públicos que a dirigiam à época. Sua obra, quando estende-se até o gênero de governo dos primeiros presidentes republicanos, toma-os por sujeitos tiranos. Segundo Paranhos Schutel, “o triste estado a que chegou este país atualmente é, com efeito, capaz de arrancar do peito qualquer vislumbre de esperança.” (SCHUTEL, 2002, p. 206). E a escrita dos males e do triste estado em que se achava a Nação é seguida pela desconfiança quanto aos meios possíveis de eliminá-los. Pensando em soluções ou esperanças das quais, nas palavras inaugurais da nota, alertara da improbabilidade de realização, escrevera ainda da atmosfera superior que encontrava na forma de governo ao ano em que nascera, quando a Monarquia ainda era a forma de governo com que a Nação – assim o autor tem os limites geográficos do Brasil - orientava-se politicamente.

Com efeito, como nenhuma nota defendera abertamente a monarquia ou por ela teve a afeição que lhe desse um título de homenagem ou retroativo reconhecimento, temos de reconhecer que nessa nota correspondente à data supramencionada há certo entusiasmo nostálgico pela forma de exercício de poder e atuação pública que caracterizara o tempo durante o qual Paranhos Schutel era ainda alguém jovem, nos anos que se seguiram ao seu nascimento. Em vias de reconhecer o passado como um tempo de mais fortalecido espírito democrático, livre e forte, escrevera o seguinte: “Ter nascido em um país livre, grandioso, florescente e respeitado e vê-lo esfacelar-se, cair e desmoralizar-se; assistir ano por ano, dia por dia a essa desorganização profunda, fatal, inconsciente dos grandes cataclismos sociais; que

aflição!” (SCHUTEL, 2002, p. 207). Se Duarte Paranhos Schutel intuía no passado a grandiloquência do Brasil, uma das causas da degeneração que chegara às raias dos fuzilamentos clandestinos – para o autor, cotidianos e frequentes – de que dera tesetemunho a partir da escrita de um dos redatores do *Jornal do Comércio* de Lisboa e daí então de sua concordância com ele, corresponde, em certa medida, às ações de Floriano Peixoto, contra quem o escritor testara o alcance de suas denúncias ao saber do militarismo que caracterizava o seu governo e a República. Mas afora as ações públicas de Floriano Peixoto, o curso das ideias em circulação e os usos práticos que delas se faziam em favor da República são apresentadas no livro em que, em sua maior parte, afirma-se pelas anotações e textos da autoria de Duarte Paranhos Schutel.

Uma nota de *A República Vista do Meu Canto* demonstra, pelo que nela se registrou – isto é: a *Transcrição* de uma entrevista de cujo conteúdo se distendera a acusação contra as lideranças republicanas -, o fato de que Duarte Paranhos Schutel, em seu estado de homem longe da atividade pública, se mostrava, apesar disso, atento e vigilante às condições de pensamento e intelectuais do Brasil e, também, de Portugal. De fato, durante a escritura da obra o autor não pareceu impedido de ir aos jornais a menos que lá encontrasse um tema, uma notícia e um mote que lhe pudesse informar dos acontecimentos republicanos e do Brasil: e mesmo na eventualidade dessas notas que se afirmam pelo simples registro ou pela meditação do conteúdo de uma entrevista, há a relação com os acontecimentos que têm mais presença em sua obra, quais sejam: os problemas da República e seu modo de dar-se com as outras categorias públicas do Brasil.

Da mesma forma e de modo mais noticioso possível, uma das primeiras notas da obra é também reflexo de uma notícia, ou até mesmo de um registro que circulava a latitude do contexto beligerante a respeito do qual informava-se da prisão de um homem de nome Gaspar (referindo-se a Gaspar Silveira Martins) e do conhecimento de certa movimentação de tropas militares durante o dia que se seguiu à Proclamação da República no Brasil. Por esse tempo, circulava a notícia de tropas em praças, e nem mesmo o muito pouco entusiasmo público percebido por Duarte Paranhos Schutel no dia anterior aparelhava-se ao grande número de envio de notícias. Mesmo a edição última da obra *A República Vista do Meu Canto* não testara a exatidão dos fragmentos danificados, tampouco os recuperara: em 16 de Novembro de 1889, para além da menção ao *Jornal do Comércio*, há outra que inicia com a lembrança de determinada fonte. Nessa data, uma frase curta, uma das últimas, orientada com a finalidade expressa e apenas sob o impulso de recordar-se das leituras noticiosas iniciara assim: “Ver nota

do Conservador”, em provável menção a certo órgão opinativo do Partido Conservador, de cujo nome ficamos tolhidos pela danificação do documento depois redigido em cuidadosa edição.

Um dia antes, na sexta-feira ao longo da qual surgira o levantamento da República, a nota correspondente à data e ao importante acontecimento teve sua redação orientada pela linha cronológica da tarde. Embora não se leia nela a referência aos jornais, esta é estentendo-se de um pouco depois das três da tarde até as sete horas da noite, deixa ver uma abertura investiga a propósito da reação do Presidente Provincial, a deposição de ministros e prisões (um dos quais o Imperador) A brevidade do relato incluía algo de aprisionamentos, autoridades policiais em movimento e expedientes suspensos. No entanto, se a sessão na qual trabalhava havia sido suspensa em razão da falta de membros suficientes, pois assim ele a explica como determinante causal de não haver sessão, não assim foram as outras que, por razões diversas, não haviam aberto as portas. Segundo o autor, o Presidente e repartições haviam suspenso o expediente.

Nesse dia, em 16 de Novembro de 1889, a fonte de que dispôs para o redigir da nota foi a extensão de certo telegrama do Jornal do Comércio, e como todas as outras notas, o autor agira, a partir daí, de modo que escrevendo iniciasse com o que nele havia de informação e encerrasse com o fato da Sessão interrompida da Assembleia, onde ainda encarregava-se de suas funções públicas como deputado. A escrita de Duarte Paranhos Schutel porém, por mais razoável que fosse, havia passado longe da tarefa de detalhar e dar minúcias de suas impressões. A propósito dos fatos que haviam sido registrados no Jornal, passou rápido por todos os acontecimentos correspondentes ao dia, e em seu modo prático, apenas escreveria destes mesmos na nota do dia seguinte.

3.4 Duarte Paranhos Schutel e Eduardo Prado: uma correspondência ideológica

No dia 22 de Outubro de 1894, Duarte Paranhos Schutel deparara-se diante de uma folha impressa que havia sido publicada num jornal a qual tomara, em *A República Vista do Meu Canto*, por pertencente ao jornal *Tribuna do Povo*. O conteúdo dessa folha aparecerá a seguir, uma vez que é necessária uma breve referência à constância das evocações de notícias e jornais em sua obra. Em relação a este jornal, assim como em relação ao conteúdo transcrito dessa edição para o qual reservara espaço em sua obra pessoal, os fatos de sua biografia intelectual e literária incidem na constância com que o autor Duarte Paranhos Schutel não mantinha seus olhos longe das páginas de jornais e veículos de imprensa. E isso é dado a ver, para além das publicações em *A Regeneração* – jornal em que expusera suas ideias e para a

qual trabalhara sob a responsabilidade de dono da tipografia – também em sua obra última ao longo da qual havia sido constante a evocação de jornais e títulos de colunas e notícias.

De entre muitas das notas de seu livro, todas deixadas à tinta, sem edição definitiva, e que antes da edição tardia, em 2002, estavam no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, há muitas que são apresentadas como expressões de leituras de jornais, quando não até menos que isso, como só lembretes e registros pessoais e lacunares, deixados sem correção: coube em sorte a elas – às notas deixadas em lacunas - oferecer ao leitor as fontes descritivas dos eventos mais imediatos que acompanharam Duarte Paranhos Schutel em sua última década de vida: os jornais e o texto de alguns de seus correspondentes e autores. Mas por mais que escrevesse seus lembretes e sugestões posteriores de leitura, muito mais escrevera suas próprias impressões.

O interesse pela imprensa e pelo que nela se publicava, possivelmente relativo a ou efeito de sua carreira literária ao longo da qual se entregara, em torno e além das publicações romanescas e dos anos durante os quais exercera a função médica, à atividade jornalística no jornal *A Regeneração*, manifesta-se constituído de notas e, também, no registro de opiniões a propósito de textos e colunas que correram nas páginas de muitos órgãos e jornais da época. E é esse fator de registro – às vezes incipiente, escrito às pressas; às vezes completo, com elaborações que ganham continuidade nas notas que se seguem - que dá ao texto o seu característico ainda mais pessoal e íntimo: são os períodos ao longo dos quais o autor traçara as recomendações pessoais e sua lista anárquica de compromissos os períodos em que percebemos o timbre íntimo e inteiramente pessoal da obra.

Por exemplo, lemos no estudo de Iza Vieira da Rosa Grisard, *Duarte Schutel: Escritor, poeta, médico e político: História de uma vida... (1999)* – quer dizer, no estudo da única autora que escrevera a biografia do autor, compreendendo desde o seu nascimento, na Província de Santa Catarina, passando pela origem étnica de seus progenitores, por seus anos como médico, escritor e político até chegar em sua morte, em seu estudo a meio caminho entre a biografia e a homenagem póstuma muito relacionada ao seu escrito último, *A República Vista do Meu Canto* -, uma sucinta iniciativa de classificação da obra aqui em estudo.

Iza Vieira da Rosa Grisard emprestara à obra o peso que têm os escritos de cunho filosófico e político. Mas, o que é mais e ainda mais interessante, na classificação seguinte ao empréstimo dessas duas qualificações ao livro de Duarte Paranhos Schutel, também salientara o lado inteiramente pessoal que nela surgira, para o qual mais tarde se unira pelo parentesco distante com um dos correlegionários do autor, um político de nome Francisco Tolentino Vieira de Souza, de quem era bisneta.

Em que pese as motivações da única biógrafa do autor, é digno de destaque esse fato de parentesco, revelado, com ênfase, ao fim do trabalho a meio caminho da pesquisa e do reconhecimento pela trajetória de Duarte Paranhos Schutel. O âmbito pessoal de que a autora arrancara as linhas a fim de encontrar-se justificada perante o leitor na última página de seu estudo ou, o que é mais, um fato em que a autora encontrara nada menos do que uma justificativa em agradecimento à obra final de Duarte Paranhos Schutel, reiterando “a boa memória” e perdoando aquilo por que o autor, no Proêmio, pedira perdão.

Mas sobre os trechos pessoais e, não necessariamente devido a isso, no que alude aos trechos movidos pelo jornalismo na obra: assim eles estão dispostos no início do livro, ao tempo em que, na segunda nota, para que se desse ao trabalho de saber do boato da prisão de Gaspar Silveira Martins (desafeto público de Marechal Deodoro da Fonseca), evocara o título do *Jornal do Comércio*, sem mencionar edição ou página. Formas semelhantes de expressão também foram dispostas no meio do livro, quando, a fim de tornar-se de um novo texto combativo e todavia antirrepublicano mais a par, escrevera, a propósito daquilo que tinha por “ditadura constitucional” da República – expressão de afeto contrário à República com o qual explicaria, em 25 de Julho de 1894, ser a constituição uma máscara que encobria a ditadura, mais atuante pelo poder da espada do que pelo respeito às leis -, o lembrete que o orientaria a ler um texto de nome *A Morte Brasileira*, seguido por outro, por um lembrete que o faria ler *A Notícia* (não qualquer notícia, e sim o jornal que levava este nome).

Aliás, é digno de destaque o fato de que, ao longo da obra, e precisamente no que concerne ao mesmo ano a propósito do que trouxera o registro de Eduardo Prado – o ano de 1894 -, Duarte Paranhos Schutel registrara a lembrança de arrancar a algumas edições dos jornais em circulação - *Tribuna do Povo*, *Jornal do Comércio*, *A Plateia*, jornais expostos não necessariamente nessa ordem - notícias sobre alguns acontecimentos da época, todos eles referentes às situações conflitantes e beligerantes que corriam ao longo dos primeiros anos do Brasil republicano. Assim, o antirrepublicanismo que nele, na qualidade de leitor e escritor, era forte e empedernido, fica ainda mais evidente ao se debruçar sobre os acontecimentos e opiniões que registrara a título de posterior leitura. Por exemplo, ao insistir em que se lesse, mais adiante e em outro momento, o *Tribuna do Povo* de seu primeiro ano, *A Plateia* n. 1010, e, também, o *Correio da Tarde*, do Rio de Janeiro – todos eles jornais que informavam dos acontecimentos públicos e que não estão isentos da repetição em sua obra, pois nela aparecem com frequência -, de seu interesse pelas notícias e na sua forte integração com a política nacional aparecem os referentes históricos de que as notícias tratavam, quais sejam: os crimes de Floriano Peixoto, os modos pelos quais algum líder político expirara (assim é entendida uma

nota que, sem expressar nada além de uma dúvida, afirma-se pela suposição de como haveria falecido o Sargento Silvino), entre outros acontecimentos, um dos quais algum que se afirmava pelo saber a quantas ia a revolução no Brasil, em Santa Catarina e em outros Estados. Ainda em 1894, tudo o que ele havia posto como lembrete a fim de alcançar a ciência de certo acontecimento, dizia respeito à República e seus problemas.

Naquela altura da obra, Esta folha era uma das que compunham o todo do Suplemento nr. 8 do jornal Tribuna do Povo, de São Paulo. E por ocasião do que foi escrito no Suplemento, Duarte Paranhos Schutel escrevera uma nota toda entregue às opiniões antirrepublicanas do autor com o qual concordara a ponto de não pensar que tivesse alguma chance de escrever senão com as palavras deste. As linhas a que dera espaço sob o subtítulo transcrição em seu texto tinham algo de combativo, quando não até mais do que isso - e o que é mais: levavam a autoria do autor Eduardo Prado (autor a respeito do qual Duarte Paranhos Schutel, lá mesmo no fim da nota, nada escrevera que não o seu nome). Sendo assim, as opiniões escritas do canto do qual Duarte Paranhos Schutel observava a República – opiniões que ele publicamente declarara no início da obra como suas – são interrompidas nesta nota, para, em vez disso, colaborar ao leitor com a opinião de um autor estrangeiro.

Dessa edição, e de algo do Suplemento ao qual se entregara à leitura, Duarte Paranhos Schutel acabara por colaborar no seu texto estancar o ritmo de sua obra pessoal e de sua autoria a fim de, pela pungência da escrita de um dos redatores do Jornal do Comércio de Lisboa, Eduardo Prado, apresentar, a modo de demonstração e fidelidade ao escrito que lera, o conteúdo quase inteiro da entrevista do autor Eduardo Prado concedida ao jornal Tribuna do Povo, de cujo nome do entrevistador não temos informação além do fato de ser um de seus redatores.

Nesse sentido, a exposição de Eduardo Prado lhe interrompera a composição individual, emprestando-lhe, àquela altura, a segurança de transcrever o pensamento quase inteiro - sem encaixe nem espaço para as suas próprias opiniões - de Eduardo Prado, sobretudo aquelas que se afirmavam a propósito da questão que deu título à obra: a República no Brasil. De certa forma, esta nota – que é uma das mais longas mas nem um pouco familiares às demais - havia sido a única ao longo da qual o autor que tomara parte do tema republicano não havia sido o próprio Duarte Paranhos Schutel mas sim outro autor e outra liderança, cuja opinião fora registrada quase integralmente, tendo como únicas edições a edição que se fez ao início e ao fim.

Na entrevista, Eduardo Prado desandara a escrever sobre a República no Brasil, sobre seus líderes e sobre seus problemas: e mesmo as ideologias que corriamⁱ entre aquilo que Schutel e ele próprio chamava “mocidade” são entendidas por importantes acentuações de

distúrbios tão salientes que uma parte podia ser compreendida no fato de muitos alunos da Escola Militar terem aderido à causa republicana de modo agressivo. No texto, em tais e tais temas, sobre o Partido Republicano, sobre Peixoto, sobre o militarismo, e, antes disso, sobre a “inflamada mocidade” o autor não desejava que ela, a República, durasse muito, e ao modo de quem escreve num tom combativo, debitava os problemas recentes do Brasil na conta da República e na de seus governantes.

Pelo que vai escrito na entrevista, pensamos ser este autor de nome Eduardo Prado o mesmo que escrevera, no mesmo contexto e sobre o mesmo mote – e a título de melhor compreensão cronológica, anos antes -, a combativa obra chamada *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, escrita ao longo de dois anos, de 1889 a 1890, na Europa. A pesquisadora Regina Zilbeman, em seu estudo intitulado *Os fastos da ditadura militar, de Eduardo Prado – o Brasil de um exilado (2015)* traz ainda a contribuição de que a editora em que Eduardo Prado desenvolvera seus artigos contrários à República no Brasil (A Revista de Portugal) era, à época, dirigida pelo escritor lusitano Eça de Queiroz e nela a autora reiterara duas dimensões: os *fastos* republicanos e os *fastos* – os registros públicos - cujas manifestações Eduardo Prado arrancara às ações republicanas, expondo-as na sequência.

Sobre o conteúdo ideológico da obra, cumpre registrar que logo nas linhas introdutórias da mesma lê-se que o destino de cada um dos seis artigos consistia na denúncia daquilo que Eduardo Prado tinha por “práticas adotadas pela ditadura militar no Brasil” – e é sobre elas que o autor português escrevera. Nesse sentido, semelhante perspectiva que tinha por objeto de denúncia o surgimento das repúblicas na América e as posteriores práticas de suas lideranças surge, em *Fastos da Ditadura Militar*, já no primeiro capítulo da obra, a um parágrafo de distância do título que tratava dos *Acontecimentos no Brasil* – acontecimentos que ao autor chegavam sob a forma de telegramas e que tratavam, quase que exclusivamente, da Revolução no Brasil, do partido republicano, das decisões de D. Pedro II uma vez imposta a República, etc.

De mais a mais, em que pese as semelhanças entre a obra de Eduardo Prado e a de Duarte Paranhos Schutel, cabe supor que ambos concluíam do surgimento e da presença das Repúblicas na América o mesmo pensamento, nas duas obras registradas de modo similar. O artigo com que Eduardo Prado abriu seu livro *Fastos da Ditadura Militar* traz ao leitor a não-surpresa do autor diante dos fatos republicanos. A imagem do modo republicano de fazer política a entrar em foco – não só nas Américas, como também no Brasil - apresentara-se, segundo sua opinião, como uma cena com a qual ele já estava acostumado.

Passada coisa de um mês depois da Proclamação da República no Brasil, o autor português, no seu seminal artigo escrito no mês de dezembro de 1889 – no mesmo ano durante o qual Duarte Paranhos Schutel pusera em marcha a escrita de seu último livro –, escrevera artigos sobre os fenômenos recentes do Brasil que, vindos pelo “conciso modo telegráfico”, consistiam no desaparecer de mais uma monarquia e no surgimento de outra república nas Américas. Ainda no que se refere ao passo introdutório do livro de Eduardo Prado, entende-se que a obra, de trânsito restito no Brasil, tinha nas *teorias liberticidas* a que faz críticas uma das mais fortes raízes dos problemas do Brasil. Fosse lá nas páginas desta obra, ou em muitas das linhas da entrevista derrancada por Schutel em sua obra íntima, o tema permanece o mesmo e bem assim o ânimo que lançava dúvidas no rumo do Brasil republicano. Em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, Eduardo Prado propôs que houvesse, por exemplo, num dos seis artigos que juntos formam a obra que parecia ainda mais polêmica e mais combativa que a entrevista exposta por Duarte Paranhos Schutel, a permanência de um tempo em que era, segundo ele e sua opinião, ainda possível ter e adotar “opiniões contrárias às do povo, às do exército e às da marinha” (PRADO, 1890, p. 11).

Ainda no mês de Outubro de 1894, a obra íntima de Duarte Paranhos Schutel seguiu da forma tradicional do texto, ao longo da qual, cada nota, como quer se encontre e sobre o que quer se diga, é redigida pelo autor e em pouco ou quase nada nasce de uma transcrição de escrita alheia à sua. Antes mesmo da nota para a qual reserva a opinião de um autor português, escrevera a respeito da Invasão Federalista no Rio Grande, em uma linha – um lembrete apenas – e, de maneira a rematá-la com o registro das atitudes políticas que pensava terem algo de um “jacobinismo escandaloso” (SCHUTEL, 2002, p. 189), em parcial referência àquilo que, noutra nota – do mesmo ano e que, em lugar de tratar das impressões que o autor tivera a propósito dos eventos do mês de outubro de 1894, tratara, no entanto, das ideias que o autor nutrira a respeito da segunda quinzena do mês de fevereiro daquele ano – compreendia como um símile aos micróbrios da literatura revolucionária de *Alphonse Karr*, numa explícita comparação à degradação moral na França e a que estaria tendo lugar no Brasil, uma vez proclamada a República.

Contudo, talvez haja explicação para as notas mais curtas ou talvez escritas como lhe ditaram as opiniões de um autor, fosse ele quem fosse: depois dessa não houve, em *A República Vista do Meu Canto*, outra parecida. É, também, significativo o relato da baixa participação que teve na execução das notas do mês de outubro, e isso é dado a ver, ao menos de modo descritivo, na nota que se seguiu a esta que corresponde à entrevista de Eduardo Prado. A esse respeito, Rosângela Miranda Cherem destacara os trechos bruscamente interrompidos pelo

autor, os quais também tivera na conta de manuscritos não datados, fragmentos extraviados e, também, sequências descritivas que, ao que lhe pareceram, pareciam dispostas a formar uma futura unidade.

Esta é uma das notas curtas – também sem título e que, dessemelhante à quase todas, não recebe a indicação do dia do mês. que informam de acontecimentos, um dos quais determinado fuzilamento contra os revoltosos de cuja responsabilidade e culpa o autor pensara em Floriano Peixoto. No entanto, esse fato de “presos fuzilados”, para cujo registro ele iniciara com a acusação de seus executores, não acompanha a acusação afirmada em provas que lhe pudesse ter em Floriano Peixoto a responsabilidade de autor e executor. Segundo Duarte Paranhos Schutel, “Floriano não deu ordem para fuzilar – diz estarem mortos cinco – não mandou fuzilar alguém” (SCHUTEL, 2002, p. 189).

No entanto, a nota subsequente – esta que tem em opiniões de Eduardo Prado a sua justificação e razão de ser – é toda ela transcrições, ora longas ora exaustivas, a propósito de acontecimentos dantes registrados no mês de Outubro de 1894, e mesmo antes e depois desse mês. Alguns fatos registrados tiveram lugar tanto na obra de Duarte Paranhos Schutel como nos jornais a que Duarte Paranhos Schutel se dirigia como leitor. E como se estivesse a proteger tanto quanto possível a opinião livre de Eduardo Prado e obedecesse à pauta que escolhera como uma das que ganhara expressão na nota anterior – leia-se: o pedido por Imprensa livre em São Paulo -, o literato e político Duarte Paranhos Schutel se permite ao papel de simples enunciador de leituras. Em lugar de expor o seu pensamento sobre algo, simplesmente restitui a quantia mais interessante de opiniões desse autor que conhecera numa leitura do Suplemento do Tribuna do Povo. A entrevista que lera consistira substancialmente nisto: na recusa de seu autor ao Partido Republicano e na tentativa de descrever por quaisquer fatos o problema desse mesmo partido e de suas lideranças. Embora não as nomine – quer fosse o líder, este não recebe nome algum que não o de Floriano Peixoto– o autor dá ao leitor o pouco que se poderia ter de sua polêmica entrevista, em cujo conteúdo o futuro do Brasil não ia muito bem.

O Partido Republicano em suas mãos foi submetido a um processo de acusação e mesmo isso atraiu a atenção de Duarte Paranhos Schutel, para cuja obra última reservara a significativa transcrição, a única desse gênero em toda a obra. Disso, do teor de que não se absteve da concordância embora não a tenha registrado na nota cuja parte inteira formara um emaranhado de palavras que não são suas, Duarte Paranhos Schutel parece refletir que embora as maiores tiranias de Floriano Peixoto (assim ele as tem, como tirânicas) incluíssem determinadas ações conscientes, no fundo de muitas delas haveria uma experiência intelectual e de inteligência corrompida entre os jovens e os mais experimentados políticos republicanos.

A entrevista, que do título abaixo se iria ler das ideias de seu autor, Eduardo Prado, o combate contra o Partido Republicano Brasileiro, tem início com a apresentação do que, para o autor do texto, consistia no maior pecado e crime das lideranças republicanas no Brasil: “o de ter inflamado a mocidade das escolas militares do Brasil, escolhendo dentre ela os seus carrascos e os executores de seus crimes... [...]” (SCHUTEL, 2002, p. 189). Findado o parágrafo, de cujo problema o autor, assim como Duarte Paranhos Schutel, não via um fim próximo, iniciava-se o seguinte. E como o texto, sendo em tudo coerente ao tom inconformado e nada indiferente à República e seus comandantes, exibira a antiética da política republicana com a observação extracontinental a propósito do fenômeno intelectual que tinha lugar no Brasil, o Positivismo, acaba por não inverter a lógica definida no início: a de criticar o Partido Republicano e aquilo por que o autor tinha na conta de ideia diretriz – a ideologia comtiana. Assim, por exemplo, o autor Eduardo Prado julgara muito natural levar ao leitor a impressão de que a ideologia positivista, destronando a mocidade da razão, levava esta mesma ao papel de agente de crueldades, principalmente os alunos da Escola Militar, da qual ele escreve de modo a tê-la como um dos mais corrompidos e intelectualmente esvaziados grupos que a realidade do país já havia produzido.

Mas o registro e o tom contrafeito que em sua opinião impressa teve lugar, também voltamos a ler numa outra nota de Duarte Paranhos Schutel escrita alguns anos depois e que, voltando a tratar da juventude e, por extensão, da juventude e mocidade militar, buscava tirar lições dos fatos e as apresentar ao leitor. De forma e maneira distinta da nota anterior, esta havia sido escrita pelo punho de Duarte Paranhos Schutel; nenhuma citação ou referência direta lhe preencheram as linhas. E seu texto no mínimo têm um aspecto de concordância ou então um entendimento que complementa o anterior, pois voltando ao tema da Escola Militar, fala dele e de muito que era de seu interesse e participação: a República e os meios de colaborar nela.

Escritor de semelhante tendência política (tanto assim que sua escrita cedera à disposição de transcrever as partes mais definitivamente contrárias à República que nasceram do esforço crítico e combativo de Eduardo Prado), Duarte Paranhos Schutel, quase três anos depois, precisamente no dia 09 de Junho de 1897, escrevera uma nota em cujas linhas se lê que o real mérito e condição da Escola Militar independia e corria longe do que muitos escreviam sobre ela. Nesse sentido, dos vários problemas que seguiam em frente sob a diretriz dos acontecimentos e suas respectivas ideologias dantes escrita por Eduardo Prado, Duarte Paranhos Schutel concentra-se, em primeiro lugar, neste: na afeição da imprensa e de opinião pública que se tinha da Escola Militar

Como se em lugar de administrar o problema só crescesse entre ele e os fatos a insatisfação e o brado de alarma, Duarte Paranhos Schutel dedicara uma nota a fim de descrever o somatório de problemas nascidos a propósito da Escola Militar, a respeito do que não entrega ao leitor as feições ideológicas que corriam nos currículos e na posterior formação dos estudantes. Para o autor, entre o escrito e o acontecido corria a grande distância entre a atenuação e o fato perigoso. Segundo o autor, os alunos que na Escola Militar estudavam e aí então exerciam suas atividades – dizia, com ênfase, dos mais entusiásticos e politicamente definidos em favor da República – cometiam excessos e atos de rebeldia bastante perigosos. Esse comportamento e seus possíveis efeitos aparecem na escrita da nota correspondente ao dia 09 de Junho de 1897. E nela lemos que na atividade cultural do Brasil à época – na imprensa e nos meios através dos quais as opiniões se encontravam em posição de expandir-se - Duarte Paranhos Schutel intuía a perspectiva em cujo bojo passava o negar do perigo do fato da Escola Militar.

Por motivos de preocupação, Duarte Paranhos Schutel declarara ser equívoca a atenuação e omissão diante dos acontecimentos e, em cena a variedade de perigos, um dos quais a tirania de opinião temida por todos que pudessem manifestar-se contrários aquilo que passava pela Escola Militar, compreendera ser pouco razoável e pouco séria a qualificação que julgavam compatível ao aspecto contestatório e agressivo dos educandos. O perigo não andava longe o bastante, e levando adiante a crítica por um meio através do que atingira o problema de como e por que sensibilidade a Escola Militar caíra na opinião pública, Duarte Paranhos Schutel informa que concordaram todos que “esse fato era sem consequências, nem importância nem significação” (SCHUTEL, 2002, p. 315).

No segundo parágrafo da entrevista, Eduardo Prado dá nome ao autor distante daquilo que tinha e expressara como “corrupção da inteligência da mocidade” tendo em Benjamin Constant o agente de corrupção de inteligências dos jovens, com sua doutrina endeusadora, mais de acordo com a tirania que era o positivismo, não se furtara a declarar Floriano Peixoto o rematador dessa referida corrupção.

Se levado mais fundo ainda, dessa referência ao ideário republicano cuja consequência Eduardo Prado escrevera a respeito, acabamos por encontrar uma breve nota da qual intuimos a concordância de Duarte Paranhos Schutel com a descrição do estado ético e engajado dos jovens com a República. Se a imagem que Eduardo Prado tinha da cultura literária e dos escritores do Partido Republicano compunha-se, de modo sintético, do bacharelismo ignorante e do militarismo prático, a imagem que criara Duarte Paranhos Schutel do fenômeno expressava-se, também, no efeito que estas ideias tinham na mocidade.

É digno de menção que Eduardo Prado, em resultado da situação momentânea para a qual exercera a campanha de imprensa a fim de atacá-la, obstruindo os seus dogmas e dando incentivo aos meios com os quais seria possível arrefecê-la, Em 23 de Fevereiro de 1894, uma notícia cujo teor transmitia a quantas, como e para onde ia os jovens republicanos fez nascer no autor a ideia de redigir um pequena frase, escrita entre parênteses: "A mocidade lança-se num abismo". A par das correntes de opinião que envolviam os jovens, Duarte Paranhos Schutel ainda e então escrevera certo lembrete para si, isso logo após a curta descrição das regiões íferas para as quais lançava-se a mocidade, cujo estado de degeneração achava-se avançado demais para ser salvo de alguma forma. Ele redigira: [*Ver Estado de hoje*], em provável alusão a certo jornal de circulação à época do qual se lhe acrescentava as notícias. É digno de menção que, a referida linha com a qual dera expressão do ir da juventude ao abismo, de jornais e não de outras fontes nascera: e não sendo o autor um desconhecedor dos acontecimentos, vistas as pretensões daquilo que julgava lições e ensinamentos aos jovens, escreveu sobre a educação dos jovens e com isso sobre o futuro do Brasil, doravante e mesmo nos dias anteriores orientado pela filosofia positivista.

É digno de destaque, porque levara, debaixo do semblante da Filosofia, para o exercício da análise ensaística toda a extensão do positivismo e suas respectivas ressonâncias na vida pública do Brasil, o conhecido estudo de Cruz Costa, *O Positivismo na República: Notas sobre a História do Positivismo no Brasil (1956)*. A despeito de ser um dos primeiros estudos cujas páginas foram escritas sobre o tema com os caracteres em voga à época – a saber: a História das Ideias a propósito da qual Cruz Costa escrevera uma obra homônima e para a qual o livro referido veio a ser uma parcela de contribuição - esta obra interessa-nos pelo destaque que deu à ideologia positivista, à sua época já gasta e em cujos domínios temáticos Cruz Costa adentrara. E Não obstante distar dos acontecimentos testemunhados por Duarte Paranhos Scutel o correr de quase seis décadas, o estudo, organizado em notas, aumenta linha a linha as informações a propósito da expansão dos ideais positivistas entre os republicanos brasileiros. Então, dessa leitura e mais dos *insights* presentes no livro de memórias de Duarte Paranhos Schutel percebemos escorregar de algumas de suas notas – sobretudo as que ficam à roda do assunto do *Positivismo e Militarismo*, dantes mencionado por Eduardo Prado – uma forma similar de envolvimento com os problemas colocados em pauta no estudo.

Da parte de Cruz Costa, a forma de reconhecimento da ideologia positivista no país em amplo desenvolvimento no período Republicano, nos importa pela similitude que tem com a forma de que usara Duarte Paranhos Schutel ao evocar para seus leitores os acontecimentos que mais lhe haviam ocupado a atenção: o uso de jornais em cujas impressões lia-se dos

acontecimentos e, também, das opiniões a propósito dos mesmos, são, com frequência, o meio por que os comentários que se seguem, ao passarem pelas referências noticiosas, ganham destaque, quer seja em *A República Vista do Meu Canto*, quer seja em *O Positivismo na República*.

Mas a obra de Cruz Costa, cujo título exprime a ideologia positivista a “influir na Inteligência” no Brasil por parte do eixo político a que o autor, em sua obra de 1953, emprestara o rótulo de *Apostolado* (a saber: a categoria política que se revestia do ressaibo do caudilhismo monarquista a que o autor faz referência e que, nem sempre mas de modo enfático, representava a classe militar brasileira) ajuda-nos a compreender melhor a historicidade da ideologia positivista no período republicano – uma ideologia que, segundo o autor, encontrava-se, à época da escrita da última obra de Duarte Paranhos Schutel, já em estágio de declínio.

Cumprir esclarecer que, além da exposição do referido declínio e ofuscamento em meio às categorias políticas da República que não correspondiam àquilo a que Cruz Costa chamara *Apostolado*, Cruz Costa destacara um fenômeno explicativo para tal fenômeno: o redobrar de forças de tendências ideológicas de origem europeia, sobretudo o esperencismo e outras que, segundo o autor, tinham origem germânicas. Na obra referida, é ressaltada, também e em nota, outra importante correspondência literária que, ao autor, despertara o interesse assim como despertara a atenção de Rosângela Miranda Cherem em seu estudo introdutório à obra *A República Vista do Meu Canto*: trata-se da referência às contribuições intelectuais de Euclides da Cunha, autor que outrora, entre o final do século XIX e o início da centúria seguinte, se debruçara sobre a massa social brasileira e nos efeitos que as ideologias à época contemporâneas – estrangeiras e todavia recentes - exerciam sobre ela.

Nesse sentido, se lemos em *A República Vista do Meu Canto* o relato ácido, por vezes irônico que se justifica pela crítica ao positivismo destacado por Eduardo Prado no Brasil e, com ela, o binômio *Positivismo e Militarismo*, compõe-se de comentários e notas a respeito do assunto. Nesse pormenor, o título não é o único sinal da aproximação entre as duas tipologias com as quais Cruz Costa busca tratar do problema; isso porque seu ensaio inicia-se com a referência às opiniões que manaram das páginas da seção ineditorial do *Jornal do Comércio* do ano de 1908. E além, seu texto refere-se, também, ao governo de Prudente de Moraes e aos outros que se seguiram ao início da “jovem república”, entregando às diretrizes ideológicas desse tempo (um tempo durante o qual recrudescia o *florianismo*)

Assim como Duarte Paranhos Schutel, seu escrito tem como referência a passagem de tão grande número de edições de jornais, dos quais se chamava para o dever de comentá-los, principalmente as notícias que mais diziam respeito aos temas sob os quais se anunciava os

títulos de cada nota. Era Raimundo Teixeira Mendes – filósofo e matemático positivista brasileiro - o autor do artigo de cujo teor analítico Cruz Costa lançara mão em um de seus ensaios, *Positivismo e Militarismo*.

Como ponto de partida da relação entre o Positivismo e o Militarismo, Cruz Costa lê e conclui dos artigos de Teixeira Mendes o esforço de análise a propósito da prolongação dos limites geográficos brasileiros em relação aos países vizinhos, com os quais “o nosso país regulava os problemas de fronteira.” (SOUZA, 19...). Segundo o autor, esse fenômeno com o qual abre uma das notas de sua obra seria um dos expoentes da expressão militarista, da qual, já não chegando os escritos de Schutel que por vezes começando nos domínios de uma nota terminam nos domínios das referências à manobras militares do Exército em combate contra os revolucionários, também são reiterados na obra de Cruz Costa. Mas dessa circunstância, seu ensaio apresenta a tamanha tensão que se havia colocado entre o Brasil e as nações da América Latina, de cujos governos ora telegramas reconhecidos e descritos pelo autor – um dos quais o telegrama n.9 -, ora manobras militares impuseram à política estrangeira do Brasil a necessidade de ação e resposta às circunstâncias.

Alguns dos empregos bélicos que acabaram por pedir ao Brasil certa resolução quanto às questões das fronteiras e, por isso, quanto à organização do exército, são citados de maneira a desenhar o cenário com os acontecimentos de que a seguir escreverá a respeito, alguns tácitos, mas todos eles referentes aos acontecimentos de ordem militar que envolvia o Brasil e outras nações. Desses acontecimentos, Duarte Paranhos Schutel não escreve com clareza; quando ele se pôs a descrever algo que envolvia as manobras militares o fez de modo a só salientar os fatos que tiveram lugar dentro do Brasil e bem referente às suas opiniões nos períodos da obra durante os quais lê-se, para além do “clarão dos *Krupps*” (em franca referência aos canhões da indústria *Krupp*) a romper a claridade do dia, os trechos interrompidos pelo autor, e isso é frequente numa nota desgarrada das demais e que, no entanto, pertence, na edição definitiva de sua última obra, ao dia 28 de fevereiro de 1894.

No entanto, a questão que envolvia as fronteiras nacionais são referenciadas em sua obra. Eis alguns exemplos: a questão do Acre – motivo de impasse entre o Brasil e as demais nações vizinhas -, de cujo problema reconhecia-se a movimentação do Presidente da Bolívia, General Pando que, partindo para a linha de frente de seus comandados. dirigira-se, ele também e junto ao exército, para a região “em litígio”; e, assim e de modo semelhante, a questão fronteira entre o Brasil e os domínios nacionais do Peru – a saber: a fixação dos limites e fronteiras entre esta e aquela nação -, na qual entrava como mais um elemento de tensão o *Telegrama n.9*, criada pelo chanceler argentino, Estanislau Zeballos. A narração dessas

circunstâncias não nos revela o conteúdo desse telegrama; apenas anuncia-o como um fator diplomático que colocara entre o Brasil e outras nações um impasse diplomático e militar.

No entanto, o estudo do historiador Adelar Heinsfeld, *Falsificando telegramas: Estanislau Severo Zeballos e as relações Brasil-Argentina no início do século XX* (2008), iniciando-se, pelo título, na referência à tensão entre Brasil e Argentina no início do século XX, de exemplos a exemplos dessa tensão e passando pelo ponto de inflexão na política estrangeira do Brasil que foi o assumir de Rio Branco o Ministério das Relações Exteriores também abarca a resultante de tal assumir político: com ela e a partir dela o Brasil buscava a hegemonia política no Cone-Sul.

Em verdade, para além do aspecto dos limites políticos e geográficos do Brasil a obra de Duarte Paranhos Schutel evidencia o que tinha lugar nos limites internos do Brasil: em 1893, por exemplo, destacara, em notas curtas e que se afirmam pelo tema bélico que as envolvia, alguns acontecimentos referentes às manobras militares que levavam no bojo o contexto dos conflitos que se seguiram à Proclamação da República. A “Armada Revolucionada” referenciada pelo autor em 01 de dezembro de 1893 – uma armada que, segundo seu relato, parecia constituir a energia anti-florianista que tinha Duarte Paranhos Schutel na conta de um grupo capaz de “sacudir o jugo da tirania” (SCHUTEL, 2002, p. 73) -, e, além dela, a narração das forças de Floriano Peixoto que, rendendo-se no Desterro, abriram brechas para que se instalasse o Governo Provisório – em suma, esta e aquela narração correspondem a algumas das manobras militares narradas na obra. Além disso, cumpre escrever que no mesmo ano de 1893, o autor, expusera o eixo ideológica que, segundo o autor, estariam a andar junto à República e com isso a tornar ainda mais negativa. Mesmo antes dessa referida nota Duarte Paranhos Schutel relacionara as ideias em circulação e os maiores responsáveis pelo governo republicano; no entanto, com a ajuda de uma forte denúncia do autor, reconhecemos nessa nota o fato de que nas “lições que tanto exaltaram o coração da mocidade” – ou antes, atrás delas – é que se iria se encontrar, “em germes”, a causa da corrupção e perdição republicana.

Em enlace com a conclusão de Eduardo Prado, Duarte Paranhos Schutel redigira uma nota correspondente ao dia 20 de Dezembro de 1893. Mesmo o redigir dessa nota não escapara ao exercício de titulação: depois da data há um outro título que se com o nome de *Crise*, e com ele o autor escrevera não da omissão das autoridades, e sim de suas considerações ideológicas, nas quais relacionara a ideologia positivista como um eixo responsável do Governo Provisório a que faz referência. É possível imaginar que o que se lê abaixo do título surgira como reação e resposta às circunstâncias do Governo Provisório que se instalara no Brasil. Um Governo, qualquer governo, mas um governo de tendência positivista – um governo a respeito do qual,

em 21 de Dezembro de 1893, o autor relacionaria a um certo “conluio” no Estado, um conluio positivista. Cumpre esclarecer, sobretudo em referência às últimas notas escritas por Duarte Paranhos Schutel no ano de 1893, que estas foram escritas num modo “telegráfico” – ao menos assim as qualificou Rosângela Miranda Cherem, em nota. Segundo a autora, os diversos trechos das diversas últimas notas do ano de 1893 sugeriam determinado exercício e ocupação posterior: a de, a partir delas, preparar um “futuro artigo” ou, até mesmo, “um texto maior” a propósito do tema o qual está dado a ver, com ênfase, a partir da nota correspondente à data 18 de Dezembro de 1893 em que, ainda de modo lacunar e telegráfico, Duarte Paranhos Schutel dá destaque à deposição de Júlio de Castilhos, um dos expoentes dos positivistas no Rio Grande do Sul.

Mas a crise que Duarte Paranhos Schutel considerara, mesmo que em poucas linhas, era a dificuldade das condições da Campanha: segundo o autor, “as forças revolucionárias do Sul” quereriam voltar atrás – isto é: suspender os esforços de apoio à República – caso o poder não saísse das mãos dos positivistas. Da primeira para a segunda linha, e mesmo através de outras notas, é plausível entender a equação desenhada por Duarte Paranhos Schutel: “A Revolução nega o poder ao Positivismo. O Governo Provisório nas mãos dos positivistas” (SCHUTEL, 2002, p. 81).

A nota que informa da diluição de todas as classes e desaparecimento da hierarquia em social não volta a excluir-se do testemunho de narrar o que trouxe a passagem da monarquia para a república, ainda que de forma passageira. Fê-la a dar mostras da educação com que foram crescendo o povo e já fora do período de maior fluxo migratório do qual participara como opositor, ainda este problema não estava solucionado. Isso porque onde quer que leiamos da Monarquia ou República uma característica – da primeira um elogio, da segunda um reclame combativo -, lemos também impressões a respeito da participação voluntária e involuntária do povo nesse contexto de época do qual tratara.

Uma das manifestações descritivas que registram a possível correspondência entre esses agentes – quer fossem imigrantes, quer fossem gente tomada por brasileira segundo as impressões de Duarte Paranhos Schutel – é consequência de um acontecimento do qual o autor tratara na forma de uma nota mais alongada, na parte primeira de sua obra – para o bem da integração do tema, por mais que o autor iniciasse com uma dúvida a propósito das decisões que se tomaram no Diretório Liberal de que fez parte. É digno de destaque que nessa época o autor ainda se dava à carreira pública, e embora nas fontes de sua biografia o mote da imigração não apareça com ênfase ou como um problema que se serviu de sua atenção e energia, algo de suas obras – em *A Massambu*, e em algumas das páginas de *A Regeneração* – revela certa

constância desse tema como um polo de preocupação a respeito do qual o autor escrevera. Uma pauta assim tão revisitada no Jornal *A Regeneração*, ao longo de cujas edições o tema da imigração e, de forma mais constante, o ataque à figura de Visconde de Taunay andaram unidas, teve lugar onde exercera a função de escritor e proprietário, surge, também nas primeiras notas de *A República Vista do Meu Canto*.

Uma vez instalada a república, ele, o autor, já não mais escrevera outras obras literárias que não esta de que se vai tirando conclusões a propósito da República e das impressões que dela Duarte Paranhos Schutel foi registrando, uma das quais os efeitos da política migratória.

Seu esforço em estar a par dos eventos mais significativos não fracassara em face dos eventos beligerantes que houve nos anos que se seguiram à República. E sua nota expõe um exemplo de ampla ressonância; sem dúvida sua nota faz-nos supor seu desconforto em relação à condução referente à política migratória. Havia então um combate: era o conflito armado entre imigrantes e brasileiros, do qual o autor tratara como um evento previsível, sobre cuja probabilidade alertara antes e do qual tinha a concepção de algo em que via como um plano anterior que, passado algum tempo, “surtira efeito”: o de pôr em conflito a gente imigrante e a gente brasileira. É curioso o alvitre que o penúltimo parágrafo faz surgir; após a exposição dos fatos para os quais, parece, os brasileiros deviam ser as vítimas, Duarte Paranhos Schutel mais uma vez tangencia as equivocadas inclinações políticas sobre a matéria da imigração no Brasil.

No entanto, em que pese os trechos cheios de lacuna dessa referência (assim também registrou), a que acontecimento público Duarte Paranhos Schutel estava a referir-se? Tal informação, assim como noutros temas, não aparece assim descrito. De fato, pelas outras notas e também por essa compreende-se que seu autor não estivera tão alheio assim dos embates republicanos e dos acontecimentos que se seguiram à Proclamação da República no Brasil. Mas esse acontecimento, embora representasse todo o vastíssimo plano dos conflitos entre republicanos e monarquistas, luta entre colonos alemães e brasileiros, provavelmente à roda e no decorrer do ataque das tropas e forças pró-laurianistas, em 1893, contra o Palácio do Governo de Eliseu Guilherme é tema de muitas das linhas que se seguiram ao trecho durante o qual se lê impressões da deposição de Lauro Muller e suas consequências por ocasião da deposição de Lauro Muller foi para Duarte Paranhos Schutel um erro; e reprimindo a razão do acontecimento, com isso voltara ao fato de que, a propósito do adjetivo de que se usou a fim de informar da maior elaboração textual a partir do qual se descobre o que o autor pensava desse ocorrido, pensa-se nas outras que, partilhando da mesma edição, ficam como que alheias ao contexto dos governantes republicanos e que no entanto informam, a despeito disso, dos efeitos da imigração em Santa Catarina, e, por extensão, no Brasil.

A maior parte das notas que dão forma ao *A República Vista do Meu Canto* são curtas, e assim são pelo estilo que, distinto dos outros que experimentara na escrita das obras antecedentes, expressa-se como efeito do caráter íntimo e reservado da obra, em tese não proposta à circulação entre os demais. Muitas das notas, diga-se, expressam-se sob a forma de apontamentos incompletos. Assim são os que na obra estão a fim de fazê-lo lembrar-se, como de uma nota, de um acontecimento ou de uma leitura a ser feita. De certa forma, as palavras abreviadas, que em pouco ou em quase nada relacionam-se com as que as antecederam ou com as que se vai ler quem se der a lê-las, não tem relação nem com o estilo dos seus maiores textos, nem com os trabalhos literários mais bem-acabados, e mesmo através do Proêmio, onde se lê da opinião literária do autor o estilo de que lançou mão, percebemos ser efeito do ânimo que ditou cada nota da obra. Mas não assim essa que levara o título de *Falsa Representação – Falso Poder*. Escreveu-a; porque em escrevê-la conseguira dar, depois da notícia de ter escrito à consciência de seus leitores sobre importância da não abstenção eleitoral, também a expressão dos combates armados que se seguiram à instalação da República e tudo o que, para este autor, tinha a ver com ela. Por aquilo que foi registrado em seu livro de memórias, rendida a anterior forma de governo monárquico, houvera conflitos, um dos quais um conflito entre colonos alemães e brasileiros. E disso Duarte Paranhos Schutel também escrevera em sua obra, salientando, sem sonegar detalhes, o fato de que os brasileiros contra os quais imigrantes alemães assestaram em luta, havia muitas gerações residentes no Brasil, pediam, desarmados, que Lauro Muller resignasse ao cargo.

Mas seu relato não incide somente sobre o efeito desses embates: antes deles e mesmo além deles o autor escrevera de um acontecimento bastante relativo ao estado em que atuara sob a responsabilidade das altas funções públicas. Era passado um acontecimento (a renúncia de Lauro Muller ou, como exposto nas palavras de Duarte Paranhos Schutel, a sua deposição forçada pelas circunstâncias e pelas forças inimigas) quando disso e de suas resultantes políticas Duarte Paranhos Schutel escrevera que um bom número de colonos alemães foram aliciados – seduzidos, convocados – pelos monarquistas a fim de lutar contra o jugo invasor na Capital, quando deposto o antigo Governador, Lauro Muller, em 1891.

A respeito disso, cumpre escrever que, reconhecida a incipiência dos trechos, nessa nota, - a nota de título *Falsa Representação – Falso Poder* -, o nome de Lauro Muller não aparece em sua inteira extensão. A leitura topa só com a referência a certo governante de nome Lauro, e de modo distinto às outras que trataram desse político catarinense, seu nome primeiro é o único registro nominal escrito, o qual, a fim de esclarecer o fenômeno, fê-lo escrever que, uma vez deposto, coube a Paula Ramos trabalhar em seu favor, convocando um bom número de

imigrantes para a luta. E o que é mais: mesmo o evento da luta que teve lugar entre os colonos alemães mercenários e os brasileiros denunciada por Duarte Paranhos Schutel teria se iniciado após deposto um político que levava esse nome. Da parcela de *A República Vista do Meu Canto* da qual ficamos com dúvidas a propósito de um fato, de um nome ou de algo a mais – uma informação, uma fonte, um acontecimento –, os períodos cujos detalhes não são inteiramente escritos – ou até mesmo reescritos, indicando assim, conforme Rosângela Miranda Cherem, revisões frasais –, muitos menos chegam a dar o nome inteiro aos sujeitos de que esteve a escrever e cuja vida ativa penetram no contexto descrito pelo autor. No entanto, pelo que vai nas linhas que se seguem à relativa lacuna, temos com que pensar que esse sujeito fosse Lauro Muller, governador de Santa Catarina em 1891.

As datas e a cronologia linear desses acontecimentos não foram registradas de modo a entregar ao leitor a ordem dos acontecimentos, mas há no seu relato descrições com as quais supor que o evento narrado fosse aquele em que, malgrado os fragmentos de cuja qualidade incipiente e incompleta salientara em nota como uma “folha avulsa e não datada”, deposto Lauro Muller, Hercílio viera em seu socorro. As manifestações desarmadas que pedia do novo mandatário a renúncia ao poder teriam sido respondidas por colonos alemães, os quais apresentaram-se à opinião de Duarte Paranhos Schutel como mercenários que recebiam “a tanto por dia” – ou seja: um valor não informado e no entanto tido por quantia remunerada com o escopo de fazê-los lutar. Então, lemos se seguir a essa referência inicial as opiniões mais contundentes de Schutel, e com elas um contexto no qual participara o povo brasileiro e o de origem e nascimento estrangeiro. A propósito do mesmo acontecimento, Duarte Paranhos Schutel escrevera mais: e abandonando a linha cronológica dos fatos, insere em sua nota um trecho que ocupara-se de seu envolvimento íntimo e pessoal com o fenômeno.

Por um breve relato que corre numa das notas de Duarte Paranhos Schutel, conclui-se que o período durante o qual o autor recebera o impacto das circunstâncias que levaram no bojo a deposição de Lauro Muller do cargo de governador havia coincidido com o intervalo de tempo ao longo do qual o autor exercera, ao menos a nível menos frequente e à guisa de dispensar cuidados a um amigo, a função de médico. Essa mesma nota inicia-se com a reflexão de outro fenômeno – o fenômeno eleitoral brasileiro.

Nessa nota de *A República Vista do Meu Canto*, polêmica como muitas outras que escrevera na intenção de tratar dos fenômenos referentes à República, o autor tratara, inicialmente de um dos problemas do governo republicano cuja manifestação também encontrara lugar naquilo que tinha por “tempos da Monarquia”: o prolema eleitoral – a fim de tratar daquilo de que tomara conhecimento em razão da imposição dos fatos (uma vez “vencido

pelas circunstâncias” – assim expressou-se o autor ao tentar mudar o fluxo da exposição com o relato da mudança de opinião que teve ao longo de sua trajetória política a respeito do abster-se ou não abster-se nas eleições, como quer se pensasse Duarte Paranhos Schutel sobre como havia sido eleito certo Senador com uma pequena parcela do eleitorado, escrevera o autor que arrancara à abstenção eleitoral a que foi forçado pelo Diretório Liberal de que fazia parte um ensinamento: o de encontrar na abstenção um meio de protesto contra o modelo republicano de eleição, a respeito do qual o autor não oferece informações que não sua contrária opinião a respeito).

Mas na segunda parte dessa nota, começando com o relato de deposição de Lauro Muller e se prolongando até o que sucedeu por ocasião desse fato entre os seus correligionários e por entre os acontecimentos públicos de que foi testemunha viva, o relato de Duarte Paranhos Schutel também tivera por referente o cuidado que dedicara a um amigo seu a propósito do conflito que se estabelecera entre os mercenários alemães e os opositores civis contrários ao governador Leonardo Muller. Nessa nota o autor evocara o retorno esporádico e eventual à medicina, e a nota em que narrara esse fato é a única que oferece ao leitor algo desse conhecimento do qual se estabelecera, primeiro, num escritório de seu pai e, depois, noutra lugar a respeito do qual publicara no jornal *A Regeneração*.

Ainda sobre a profissão médica de Duarte Paranhos Schutel, é preciso informar que o cuidado e reconhecimento da criação artística de Duarte Paranhos Schutel – a criação literária, em especial – esteve presente no e em torno do autor desde a época em que cursara o curso de medicina, no Rio de Janeiro. Do curso médico para a criação literária, essa guinada demonstrou-se confirmada pela publicação de *A Massambu*, em parcial referência ao seu retorno ao Desterro depois de ter estudado medicina no Rio de Janeiro. Tal escrito publicado ainda no Rio de Janeiro em cujo enredo lê-se o retorno do autor a Santa Catarina e os fenômenos novos que caíram de um salto sobre ele – o hábito dos imigrantes e, menos mutável, as características geográficas de Santa Catarina -. No mesmo ano de publicação de *A Massambu* (escrito cuja manifestação pública assumiu a forma de publicações em folhetim na revista *Popular*, do Rio de Janeiro), o autor teria defendido sua tese aceita para defesa. Tal tese guardara o nome de *Considerações sobre os agentes anestésicos* e fora apresentada à banca de opositores em 20 de novembro de 1861.

A respeito do encargo da medicina, lemos de sua biografia escrita por Iza Vieira da Rosa Grisard o significativo trânsito que teve o autor Paranhos Schutel nos anos em que, presente e fortalecido o cólera em Santa Catarina, fez-se em três partes divididas o Desterro. Mas nesse período em que se servira da tinta a fim de escrever sobre a deposição do Governador e com

isso não se descuidar da informação dos acontecimentos que se seguiram a isso, o autor já não mais exercia a profissão médica no escritório que antes havia sido de seu pai e de cuja oferta do serviço lê-se, em *O Despertador* do dia 23 de Agosto de 1864 (um dos jornais de circulação em Florianópolis) o local onde eram realizadas as consultas médicas. Isso posto, convém o retorno à obra de *A República Vista do Meu Canto*, onde, ao que parece, o autor, nos idos de seu autor se achara diante de um amigo ferido a quem entregara seus cuidados médicos.

Nesse sentido, cumpre dizer que sem aquele evento – o da deposição de Lauro Muller – não haveria este – o de seu ligeiro retorno à atividade da medicina, de cujo compromisso e rotina profissional, como consta no estudo de sua biógrafa, Iza Vieira, foi o autor se afastando, ainda na década de 80 do século XIX, quando, oficialmente requereu-se ao Governo Imperial a sua demissão dos cargos de Inspetor da Saúde Pública e Comissário Vacinador da Província de Santa Catarina. Mas o tema do retorno esporádico do autor à medicina nos fornece uma matéria para ampliar e nela compreender uma de suas opiniões sobre os efeitos da imigração em Santa Catarina. Numa das passagens da obra, Duarte Paranhos Schutel revela o atendimento que prestara a um sujeito de nome Severo (de entre vários sujeitos próximos do autor, um de cujo nome só lemos uma vez ao longo de toda a obra) e, com isso, revela também a opinião que tivera e criara do *uso* indevido dos imigrantes alemães. Eis o relato: “Por ocasião de acudir ao ferimento de Severo, falando com os médicos que em casa dele se achavam, eu disse: "o maior mal que esta gente podia fazer a nossa terra, era este: acender o ódio de raça; chamar alemães, para combater brasileiros é da mais malvada barbaridade!" (SCHUTEL, 2002, p. 62).

Com uma tal declaração, cujas linhas requerem a mesma atenção que se deve dispensar às anteriores que trataram da mesma questão – o problema étnico e aquele a respeito da imigração no Brasil –, o autor estava a referir-se a um dos efeitos de que discordava e de cuja manifestação temia quando tratara da denúncia à *grande naturalização* proposta por Visconde de Taunay. Se detivermos a atenção ao trecho que aqui e antes se expressou – o trecho que Duarte Paranhos Schutel escrevera a propósito daquilo que tinha por má condução política de Visconde e Taunay sobre o tema da imigração (ao passo que Duarte Paranhos Schutel, malgrado o empreendimento migratório do pai, nisso reconhecia um problema antes possível e então já estabelecido nas dimensões àquela altura alarmantes do país, Visconde de Taunay, por seu turno, assumia uma posição favorável e entusiástica pela imigração), lemos que o título de que usara a fim de registrar seu descontentamento – o título *A Polônia Brasileira* –, guarda certo nível de aproximação temática com esta nota que, passando pelas páginas iniciais da obra, justifica-se pelas informações a propósito da deposição de Lauro Muller.

Em outras palavras, frase que abre a denúncia torna reconhecíveis as outras que escrevera sobre o tema da imigração: ao voltar a escrever sobre a imigração e seus resultados, um dos quais a participação ativa de colonos alemães sob a função de mercenários armados, tratara de vincar o problema já assimilado por inteiro com o anúncio de que ele, Duarte Paranhos Schutel, já estava a par desse processo que em tempos anteriores já se desenhava. Nesse sentido sob a linha estreita “Sempre a mesma ideia!” - linha que evocava não só o caminho ao longo do qual trataria do desaparecimento dos brasileiros pela via da política imigratória, bem como os conflitos entre e “ódio de raça” promovidos por agentes públicos cuja identidade não são descritas. Este e aquele sintoma da imigração são denunciados de modo a assumirem a mesma propriedade: a de efeitos cujo característico e problema a sua convicção pregressa não teria deixado consentir. As informações seguintes da luta referida, de que Duarte Paranhos Schutel não desejava, e de cujas informações não tomamos conhecimentos por que se leia a sua obra, estão presentes na nota de nome *Inquérito*.

A respeito de Lauro Muller, Duarte Paranhos Schutel não escreve poucas linhas. Assim como em que se referira a Floriano Peixoto e ao primeiro presidente civil da República de nome Prudente de Moraes, em que se referia a Lauro Muller, Duarte Paranhos Schutel escrevera importantes considerações. De início e de modo pelo qual se intui modo apressado de escrita, Duarte Paranhos Schutel testemunhara descritivamente - no primeiro ano de seus registros, em 1889 -, a eleição de Lauro Muller ao cargo de Governador. Trazido pelo empenho de fortalecer a constância de suas notícias na obra, desse resultado eleitoral apenas escrevera, de forma incipiente e também lacunar, a respeito da possibilidade venal da eleição de Lauro Muller para Governador, no final do século XIX – uma eleição suspeita, que dúvidas trouxera à consciência do autor e que, para o autor, parecia um efeito das condições republicanas.

A respeito desse acontecimento, por um *Telegrama* ocorreu-lhe a ciência do fato, e de tal eleição Duarte Paranhos Schutel dera testemunho crítico em uma pequena nota que, entre outras que se seguiam ao título correspondente à data 18 de Novembro de 1889 e que também, adiante, apresentam-se sob a forma de breves notas e anotações incompletas de afazeres e registros mnemônicos de tarefas e apontamentos a não se esquecer, incide, de modo bastante estreito, sobre a dúvida que se soltara da honestidade de Lauro Muller.

Boa parte das denúncias referentes a Lauro Muller como governador e ao porquê de sua Eleição surgira, com ênfase e ampliado fôlego, no ano seguinte, em 1890. Uma das notas mais relevantes nesse ano de 1890 escritas pelo autor foi a que se referira, sob o signo cronológico grafado como 14 de Dezembro de 1890, às circunstâncias políticas que tornaram a eleição de Lauro Muller possível e também concretizada um ano antes. Na conta da corrupção da

Monarquia, mas também na da República, Duarte Paranhos Schutel tomara o problema eleitoral como um tema central dessa combativa parcela escrita por ele próprio. E, depois, o descrevera de forma a compreendê-lo historicamente ao longo de uma nota de nome *Contraste* – uma nota que, se seguindo à outra de nome *A Ditadura* (esta, aí pelo título e correndo abaixo dele afirmava-se pelo bom número de denúncias dirigidas à Ditadura Militar no Brasil Republicano e aos ensinamentos que o autor acreditava serem importantes aos que viessem depois dele), em nome da lisura eleitoral evocava a corrupção de certa eleição recente que tivera lugar em Santa Catarina: a eleição de Lauro Muller para Governador.

Nessa nota de nome *Contraste*, de modo peremptório, o autor se queixara da circunstância catarinense que, uma vez imposta a República, ganhara terreno até chegar às raias de um problema eleitoral. No final do ano de 1890, em 14 de Novembro, esse texto anunciara o *Clube da República* (por esse nome o autor chamara a Junta Governativa) que elegera Lauro Muller a Governador, um ano antes, em 1889. A primeira frase de sua nota abre-se queixosa e na seguinte exposição, com a qual o autor desenhara um dos efeitos da República em Santa Catarina: “Depois de imposta a chamada República do Brasil, no Estado de Santa Catarina tivemos desde logo o governo de uma junta de três membros, composta do comandante do batalhão, um médico militar e um paisano.” (SCHUTEL, 2002, p. 52).

E, o que se seguira a essa junta – se não criticada, ao menos tida por um problema para Duarte Paranhos Schutel - é o que mostrara as subsequentes linhas a propósito desse evento político esclarecido em 1890 – linhas em que Duarte Paranhos Schutel demonstrara sua desconfiança quanto a lisura da eleição daquele ano em Santa Catarina. No entanto, reconhecendo as significativas ocasiões em que o autor não se furtara ao combate franco contra algum político, o que estranha é que, embora Duarte Paranhos Schutel tivesse escrito, mais de uma vez, a respeito de um político de nome Bayma (assim foi em *A Regeneração*, assim foi também em *A República Vista do Meu Canto*, de modo incompleto e de cuja certeza não temos registro de estar se tratando), tendo dele e a seu respeito notas de jornais, de cujas edições e órgãos, lendo seus registros, ficamos também com os nomes e atalhos às fontes – o que estranha é que, apesar disso, Duarte Paranhos Schutel não tenha se dignado ao esclarecimento mais alongado, a propósito da junta governativa de três membros contra a qual fez críticas.

Embora o autor a tenha criticado, o mesmo se evadira de emitir uma opinião ao fato de que um de seus membros – um membro menor mas, apesar disso, um membro – dela fazia parte, sendo tal aquele a que Duarte Paranhos Schutel chamara médico militar – isto é: um político de nome *Bayma*. Embora a sua última obra em trecho algum tenha exposto o nome inteiro do sujeito pelo qual chamava por Bayma, provavelmente, quando o escrevera, esteve a

tratar de Marcelino Alexandre Bayma. Esse político, junto ao coronel João Batista do Rego Barros Cavalcanti e Raulino Júlio Adolfo Horn, integrara a junta governativa de Santa Catarina em 1889. Parecendo ainda referir-se diretamente aos eventos políticos locais que se seguiram à Proclamação da República no Brasil, numa nota do dia 18 de Novembro de 1889, portanto três dias depois do fato que deu matéria à sua última obra, Duarte Paranhos Schutel registrara a eleição de Lauro Muller a Governador.

Escrevendo para si, ao modo de um lembrete, registrara, após a inscrição lapidar que constituíra num *Lauro Muller Governador*, um signo que assinalava a sua desconfiança quanto a verossimilhança do fato. Após as nomeações, de cujas existências estivera a par a partir de um Telegrama, escrevera, apenas, uma interrogação, acompanhada de parênteses. De Raulino Horn o autor escrevera tratar-se o mesmo do líder do *Clube*, ao passo que de Bayma escrevera ser ele o líder Conservador. Infelizmente, conclusões mais aprofundadas a respeito de ambos os políticos não aparecem em sua obra.

Segundo o autor, o resultado da junta desses três membros, um dos quais um militar, sendo os outros dois um paisano e um médico (assim como o primeiro, também militar) produziu-se com uma eleição ajeitada, de cuja lisura o autor não só suspeitara como também viera a denunciar passado mais de um ano a eleição de Lauro Muller a Governador. De acordo com Giralda Seyferth, em seu estudo *Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania: A Imigração Alemã e o Estado Brasileiro (2004)*, Lauro Muller teria, de fato, ascendido ao Governo sem eleição e isso só se tornara possível devido ao apadrinhamento que este recebera quando ainda tenente do Exército: o apadrinhamento de dois políticos “poderosos na ordem republicana recém-instalada” (SEYFERTH, 2004, p.10). Este e aquele “padrinho” político seria, primeiro, Benjamin Constant, e, também, Esteves Júnior, Senador por Santa Catarina.

Isso posto, convém expor que neste capítulo dissertou-se a respeito das obras de Duarte Paranhos Schutel, sobretudo a obra que levava o título de *A República Vista do Meu Canto*. Desse esforço de compreensão buscou-se demonstrar a variedade de pensamentos e impressões que tiveram lugar na trajetória política e intelectual do autor; e bem assim o conteúdo de seus escritos, a partir dos quais lê-se de suas desavenças públicas e de suas afrontas privadas. Ao longo dos últimos parágrafos que, juntos, expuseram a variedade de escritos e linhas a respeito da eleição de Lauro Muller a Governador, compreendeu-se, também, a forma incipiente e lacunar com a qual o autor expusera o que ocorria concomitantemente a esse fato – e são exemplos desses fatos a formação da junta governativa formada em 1889, no Desterro. Ademais, em que pese a fonte de que se lançou mão a fim de destrinchar os bastidores políticos expressos por Duarte Paranhos Schutel, relatou-se, também, um dos trechos durante os quais o

autor, interrompendo o fluxo corrente de sua obra, expõe uma entrevista de Eduardo Prado – entrevista com a qual presumiu-se, por último, sua concordância e anelo do autor em confrontação ao modo republicano de orientação política.

4. Considerações Finais

No primeiro capítulo desta dissertação empreendeu-se o esforço de compreender como e por que uma obra literária pode ser tomada por uma fonte de conhecimento histórico. Para tanto, recorreu-se ao estudo *Estética como Ciência da Expressão*, de Benedetto Croce – obra na qual, malgrado apresentar a distinção entre a certeza da história e a certeza da ciência, seu autor não ignorara, no entanto, a relação complementar que constitui o conceito de intuição e o de expressão. Sem evitar a frequência assídua desses dois conceitos em sua obra, Benedetto Croce relatara a dualidade representada pelos *atos do pensamento* e os *atos verbais* – dualidade que, assim como o de intuição/expressão, refere-se ao conjunto de impressões de um sujeito e sua capacidade de a elas atribuir uma forma gramatical (isto é: uma exposição com palavras, delas tirando formas conceituas estéticas, assim como o fez Duarte Paranhos Schutel quando, em retorno à Santa Catarina, escrevera de suas intuições e experiências recentes e, também, quando se pusera a escrever sobre a recém-instalada República no Brasil, com as informações que pudera ajuntar ao longo de sua trajetória política). Cumpre salientar que a obra de Duarte Paranhos, na linguagem corrente que usara em *A República Vista do Meu Canto*, evocara a resultante da capacidade daquilo que Benedetto Croce escrevera como “estados complexos da alma” (CROCE, p. 38), principalmente quando o seu autor, em lamentação, encontrara meios estéticos de criticar a República e seus representantes.

Pela mesma razão – a razão de ter Duarte Paranhos Schutel exposto suas impressões críticas em obras literárias – pudera-se tentar responder ao primeiro esforço de compreensão exposto nas primeiras linhas desta parcela da dissertação: o esforço de entender como uma obra literária – ou, o que é mais, como um fato estético – pode ser compreendido como uma fonte de conhecimento histórico e, por regressão, científico. Um dos fatos que levam a essa possível conclusão é a identidade de natureza entre a imaginação de quem cria e escreve e a de quem lê e interpreta. Trata-se, em verdade, do elo comum e imutável de alguns dos referentes a respeito

dos quais um artista elabora seu fato estético, um fato que, sendo um modo de conhecimento “mais simples do que a chamada percepção do real”, não se relaciona somente “ao sentimento e à matéria psíquica” mas sim à realidade externa, também ela reconhecível pelo intérprete e leitor. Em suma, o autor evidenciara o fato real que vive sob e no enredo de obras literárias.

Foi, por isso, também, passando o estudo de Gerson Neumann, *Literatura, narrativas e migrações. Reflexões e perspectivas* (2019). Malgrado o aspecto tautológico dessa referência dantes usada nesta dissertação, o autor, ao tratar da importância de narrativas de viajantes como fonte de conhecimento para distintos campos disciplinares, não se furtara ao exercício de exemplificação. Tendo em autores como Chateaubriand, Flaubert, Goethe e Gerstacker o exemplo de escritores que, devido as suas circunstâncias itinerantes, criaram obras literárias nas quais liam-se suas aventuras. Nesse sentido, Benedetto Croce revelara, empenhando um valor humano e psicologicamente salutar ao gênio e assim rejeitando as superstições que o acompanham – superstições segundo as quais este é “alguém distante da humanidade” e que tem na “inconsciência a principal qualidade” de suas obras – os ingredientes reais com este que faz e elabora seu fato estético. Em enlace a essa percepção da filosofia de Benedetto Croce exposta em *Estética Como Ciência da Expressão*, o estudo de Gerson Neumann ajuda-nos a compreender a validade dos relatos de viajantes como fontes de conhecimento histórico: em dado trecho de seu estudo, o autor revelara

Em que pese a exposição no capítulo primeiro desta dissertação, cumpre destacar que a obra suprarreferida de Benedetto Croce correspondera, sobretudo no subcapítulo *Erros Análogos na Teoria da História e da Lógica*, a uma tentativa de refutar o modo pelo qual seu tempo tomava a lógica aristotélica: como uma mera – simples, rarefeita – silogística e como um verbalismo intransitivo. E ao refutar o sensualismo pelo qual podia ser tomada a expressão de um artista – segundo o autor: um sujeito de “disposição mais frequente” e de “maior aptidão” para exprimir-se plenamente – isto é: com acerto suas impressões e “estados complexos da alma” – Benedetto Croce, passando pela afirmação de que a estética é a ciência da arte – da arte e do ofício da expressão – a tem na conta de um passo fundamental do conhecimento científico.

Isso posto, convém saltar das considerações a propósito do capítulo inaugural desta dissertação para as considerações do capítulo que secundou o primeiro. Entre este e aquele correu a distância entre a teoria e a prática. O segundo capítulo desta pesquisa concentrou-se, de modo mais enfático, na trajetória política e intelectual de Duarte Paranhos Schutel, dando amplo destaque ao conteúdo de sua última obra *A República Vista do Meu Canto*. Nisso, salientou-se a característica lacunar e incipiente dos muitos trechos que a compõem, bem como os bastidores da Proclamação da República no Brasil e os efeitos que se seguiram a ela. Ao

mesmo tempo em que se foi descobrindo os eventos narrados por Duarte Paranhos Schutel – eventos locais, referentes ao Desterro; eventos do país, o qual foi conhecendo como político e jornalista do bissemanário *A Regeneração* – se foi salientando, também, as correspondências entre a sua biografia e seus escritos.

Em que pese o único trecho da obra *A República Vista do Meu Canto* que não fora escrito por Duarte Paranhos Schutel – leia-se: o trecho durante o qual lê-se de seu gosto e concordância pelos escritos do autor Eduardo Prado, autor de *Fastos da Dictadura Militar no Brasil* – as demais partes que a integram correspondem às impressões que o autor teve e experimentou a propósito de muitos eventos à época recentes, eventos que acompanharam os seus últimos dez anos de vida. Nesse sentido, convém recuperar, a bem da síntese, as correspondências entre o que foi exposto a respeito da obra de Benedetto Croce, *Estética Como Ciência da Expressão* e o que se expressou a respeito da escrita última de Duarte Paranhos Schutel: com a exposição e discussão a respeito da obra de Benedetto Croce empreendeu-se o esforço de assinalar que o autor Duarte Paranhos Schutel – o autor que também levava o pseudônimo Insulano – recebera o impacto de diversas experiências políticas e pessoais que o levaram a expô-las num fato estético, fosse em *A Massambu*, fosse em *A República Vista do Meu Canto*.

Na segunda parte desta pesquisa destacou-se, também e de passagem, as semelhanças entre a forma que estivera explícita em *A República Vista do Meu Canto* e as de que Duarte Paranhos Schutel se utilizara quando se pusera a escrever seus textos satíricos e informativos em *A Regeneração*. De tal aproximação formal percebeu-se não só o uso desabrido e admonitório de seus escritos (em *A República Vista do Meu Canto*, por exemplo, muitos são os políticos que se tornaram alvos de suas críticas – quais sejam: Floriano Peixoto, Lauro Muller, etc.), mas, também a repetição de determinadas disputas políticas, uma das quais entre o autor e seu adversário público Visconde de Taunay, a respeito de quem escrevera considerações críticas em *A Regeneração* e, depois, em *A República Vista do Meu Canto*. Malgrado o empreendimento migratório do qual o pai de Duarte Paranhos Schutel fizera parte – o empreendimento migratório de nome Sociedade Particular de Colonização – destacou-se, também, a razão de uma das mais pertinentes críticas de Duarte Paranhos Schutel ao seu adversário político: aquela que se justificara como uma incisiva determinação contrária às propostas da *grande naturalização* pela qual Visconde de Taunay tinha apreço e à qual dirigia seus esforços políticos.

Nesse sentido, cumpre também destacar o que do tema da imigração esteve presente em *A Massambu*, obra escrita muitos anos antes, em folhetim, na Revista Popular, do Rio de

Janeiro. No subcapítulo desta pesquisa ao longo do qual expressou-se a disputa pública entre Duarte Paranhos Schutel e Visconde de Taunay, adentrou-se, também, nos trechos durante os quais o autor expusera suas impressões a propósito dos imigrantes e de seus respectivos costumes. E não obstante esta e aquela exposição, considerou-se, por último, um dos aspectos mais curiosos da última obra escrita por Duarte Paranhos Schutel: o aspecto através do qual se reconhece as diversas leituras que acompanharam a trajetória política e intelectual do autor, uma das quais a de uma certa entrevista cuja resposta havia sido pedida pelo autor português Eduardo Prado, e em cuja extensão lê-se de suas opiniões ácidas a respeito da recente República do Brasil e seus respectivos problemas.

Considerando, em síntese, o que foi exposto no primeiro capítulo desta pesquisa e, atentando também ao que se expôs no capítulo subsequente, convém considerar que as duas obras suprrreferidas de Duarte Paranhos Schutel assinalam não somente as impressões e experiências de quem as escreveu. Além dessa dimensão de experiência – intuições – e expressão dela evocada, cumpre considerar que esta e aquela obra consistem em contrapartes descritivas de experiências que tiveram lugar num aspecto – seja ele geográfico, seja ele público e político – o qual Edmund Husserl emprestara o conceito de *lebenswelt* (mundo da vida), onde as evidências originárias pelas quais passou Duarte Paranhos Schutel assumem a forma de registros estéticos.

Referências bibliográficas:

- ACHEBE, Chinua. "An Image of Africa: Racism in Conrad's 'Heart of Darkness'" *Massachusetts Review*. 18. 1977. Rpt. in *Heart of Darkness, An Authoritative Text, background and Sources Criticism*. 1961. 3rd ed. Ed. Robert Kimbrough, London: W. W Norton and Co., 1988, pp.251-261
- BARTHES, Roland. **A Morte do Autor**. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BONOMO, Daniel. Recepção Lusófona de Hermann Broch – Período 1959 – 2015. In: **Pandaemonium**, São Paulo. Nr. 28, set/out 2016.
- BORGES, Jorge Luiz. **Prólogo**. In: CAZARES, Adolfo Bioy: **A Invenção de Morel**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.
- BLOOM, Harold. **O Cânone Ocidental: Os grandes livros e os escritores essenciais de todos os tempos**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994.
- BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. In: **Arquivos pessoais**, n. 21, 1998.
- CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**.
- COSTA, Cruz. **O Positivismo na República**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.
- CROCE, Benedetto. **Estética como ciência da expressão e linguística geral**. São Paulo: É Realizações, 2016.
- CUNHA, Jorge. Aprendizagem histórica: narrativas autobiográficas como dispositivos de formação. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 60, 2015.
- DUVINGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. In: **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice,
- ELIOT, T.S. **Tradição e Talento Individual**. In: **Ensaio**. São Paulo: Art Editora, 1989.
- ELMIR, Cláudio. **A História Devorada: No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo**. Porto Alegre: Escritos, 2004.
- ELMIR, Cláudio Pereira. O Caso Benjamin Wilkomirski: a dupla invenção da memória. In: **Anos 90**, n. 28, 2008.
- EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FAULKNER, William. **O Som e A fúria**. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

- FRYE, Northrop. **Anatomia da Crítica**. São Paulo: Cultrix,
- GASSET, José Ortega y. **Meditações do Quixote**. Campinas: Vide Editorial, 2019.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- HOLLER, Marcos; PIRES, Débora. Os jornais como fonte para a história musical em Desterro no séc. XIX. In: **ALCAR**, 2011
- HUSSERL. Edmund. **A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental: Uma Introdução à Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- HERVOT, Brigitte Monique. Georges Gusdorf e a Autobiografia. In: **Lettres Française**, São Paulo.v. 14, n. 1, p. 95-110, 2013.
- LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. In: Proj. História, São Paulo, 1998.
- LUKACS, George. **Ensaio sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira: 1897 – 1914**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.
- MUZART, Zahidé L. **Introdução**. In: SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A Massambu*. São Catarina: Editora UFSC, 1988.
- OLIVEIRA, Franklin de. **Entrada no Alumbramento**. In: BROCH, Hermann. **A Morte de Virgílio**. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PIAZZA, Walter. **A Colonização Italiana em Santa Catarina**. Santa Catarina: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix,
- POUND, Ezra. **Abc da Literatura**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- RICOUER, Paul. **O si-mesmo como Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- ROTH, Joseph, **A Marcha de Radetzky**. São Paulo: Difel, 1984.
- SARTRE, Jean-Paul. **Sobre O som e a fúria: a temporalidade na obra de Faulkner**. In: **O Som e a fúria**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SEYFERTH, Giralda. A Ideia de Cultura Teuto-brasileira: Literatura, Identidade e os significados da Etnicidade. In: **Horizontes Antropológicos**, 2004.
- STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa: Reflexões sobre uma nova velha história**. Revista de História, n.2/3, IFCH, UNICAMP, 1991.
- TASCA, Michelle F. Alexandre Herculano e a construção do texto histórico: escrita, fontes e narrativa. In: **HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA** , v. 1, p. 130-143, 2017.
- TRILLING, Lionel. **A Imaginação Liberal: Ensaio sobre Literatura e Sociedade**. São Paulo: É Realizações, 2015.

SANTOS, Adilson Silva. Sírios e Libaneses no Sul do Espírito Santo (1890 – 1930) (Tese). Vitória, 2019

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. In: **Mana**, 2007.

ZILBEMAN, Regina. Os fastos da ditadura militar, de Eduardo Prado – o Brasil de um exilado. In: **Revista Conexão Letras**. v.10, n.13, 2015.

